

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

Revista
Estudos
Libertários

Edição Especial nº 1

Análise dos efeitos da
pandemia de Covid-19

v. 2; n. 3; ed. especial covid-19 n. 1; abril 2020



SUMÁRIO

EDITORIAL

	AUTORES	TÍTULO	PÁGINAS
Wallace	de Moraes	EDITORIAL	3/6

ARTIGOS

Guilherme Castelo	Branco	UM CUIDADO ABANDONADO	7/10
-------------------	--------	-----------------------	------

Wallace	de Moraes	A NECROFILIA COLONIALISTA OUTROCIDA NO BRASIL	11/29
---------	-----------	---	-------

Ana Paula	Morel	DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA À EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	30/38
-----------	-------	--	-------

Guilherme Xavier	de Santana	FEDERALISMO, AJUDA MÚTUA E AS	39/54
Hannah	Cavalcanti	LIÇÕES LIBERTÁRIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA	

Juan	Magalhães	UMA ANÁLISE DO LIBERALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: A EXPOSIÇÃO DO ESTADO DE MAL-ESTAR SOCIAL	55/63
------	-----------	--	-------

Adriana Guilherme de Freitas	Delbó Leal	FILOSOFIA POLÍTICA NO BRASIL: UMA CONFRONTAÇÃO TARDIA?	64/73
---------------------------------	---------------	--	-------

Ana Paula	Bosatti	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O COVID-19 E A RECOLONIZAÇÃO DO CORPO NACIONAL	74/89
-----------	---------	--	-------

Marcelo	Bichara	SARS-COV 2 INFODEMIA, PÓS-VERDADE E GUERRA HÍBRIDA	90/101
---------	---------	--	--------

Eloísa Cecília Dias	Martins	IMAGINAÇÕES MULTIESPÉCIES SOBRE	102/114
Elizeu Pinheiro	da Cruz	O NOVO CORONAVÍRUS	
Sidnay Fernandes	dos Santos		

Yazmin Bheringcer dos Reis	Safatle	“É O VÍRUS QUE MANDA AGORA” VIVENDO A PANDEMIA DO COVID-19 ENTRE OS BONI EM PAPAÏCHTON, GUIANA FRANCESA	115/135
----------------------------	---------	---	---------

Editorial

Diante da pandemia de Covid-19, resolvemos fazer uma chamada para uma edição especial da REL com vistas à reflexão a partir de uma perspectiva libertária sobre seus efeitos para a vida das pessoas. Diante da urgência da pandemia, tivemos um prazo curto de 10 dias para envio dos artigos. Para nossa surpresa e felicidade recebemos mais de 20 excelentes trabalhos. Então, resolvemos fazer dois números. Esse é o primeiro. Temos artigos que vieram de diferentes partes do país e até de uma pesquisadora que está fazendo trabalho de campo junto aos Boni em Papaïchton, Guiana Francesa. Mais uma vez primamos pela interdisciplinaridade. Nesse número, publicaremos pesquisas de distintos campos do conhecimento como Filosofia, Antropologia, História, Ciências sociais, Economia, Educação e Psicologia. Assim, o leitor poderá transcorrer pelos diferentes modos de interpretação para entender pormenorizadamente os efeitos do Novo Coronavírus para a vida das pessoas, pois isso é o que nos importa. Quando pensamos nas transformações das instituições, da sociedade, da ciência, da educação, estamos pensando nas pessoas. Não nos interessa o lucro, o dinheiro, aliás, nos interessa sim, criticar esse sistema capitalista, racista, machista, homofóbico, contra a ciência emancipadora, discriminador, estadolátrico.

Abrimos esse número especial da REL com um dos principais especialistas em Filosofia Contemporânea e em particular no pensamento de Michel Foucault do Brasil. Guilherme Castelo Branco discorre sobre os primados da biopolítica na era da governamentalidade e conclui mostrando como a falta de cuidado com a vida dos mais vulneráveis fica mais evidente com a pandemia.

No artigo seguinte, Wallace de Moraes discute temas como colonialismo, racismo, necropolítica, geronticídio, outremização e anarquismo, apontando que os alvos principais da pandemia, em função das estruturas e opções governamentais, são negros, indígenas, trabalhadores pobres e seus idosos. Para representar essa realidade, apresenta o conceito de Necrofilia Colonialista Outrocida em curso no Brasil.

No terceiro artigo, Ana Paula Morel trata da urgência de se pensar na questão da educação em saúde como forma de combater a pandemia. Igualmente condena o obscurantismo propagado pelo governo, seja negando a necessidade dos cuidados, seja

negando a própria gravidade da doença. Ademais, trata do papel fundamental dos coletivos nas favelas para combater o avanço do vírus.

Apoio mútuo, federalismo, conceitos clássicos do pensamento anarquista, são trazidos à tona por Hanna Cavalcanti e Guilherme Santana para discutir os efeitos da pandemia. Ao fazê-lo invocam autores clássico como Proudhon, Kropotkin e Bertier. Os autores relatam exemplos de coletivos de periferias que se apropriam de práticas defendidas teoricamente pelo anarquismo para salvar vidas nesse momento.

Juan Magalhães, a partir de uma perspectiva anarquista, faz uma crítica acurada, necessária e bem articulada aos princípios do liberalismo econômico, demonstrando como essa ideologia é incapaz de resolver e ainda possui desprezo para os problemas sociais.

Adriana Delbó e Guilherme de Freitas Leal nos brindam com uma reflexão filosófica bem instigante, recorrendo a Foucault, Agamben, Mbembe e Arendt para refletir sobre nossa conjuntura, expondo uma crítica ácida ao sistema. O uso de máscaras é curiosamente tratado pelos autores em dois momentos distintos: nos protestos populares para proteção do gás lacrimogênio e agora na era da pandemia.

Ana Paula Boscatti discute a figura pública do presidente da república, denunciando como sua técnica de governo e gestão representam uma “masculinidade militarizada, altamente viril e vertical, uma heterossexualidade incorruptível e inflexível que se contraria com qualquer tipo de “desvio” de uma conduta estritamente normativa.” Trata-se da defesa de um mundo “masculinista”, acusa com maestria a autora.

Marcelo Bichara traz ricos detalhes do colapso socioambiental como pano de fundo para mostrar como a crise do Coronavírus impõe um recuo à hegemonia ideológica neoliberal. O autor debate com uma bibliografia absolutamente recente, escrita no calor da pandemia, e contribui com uma reflexão original, crítica e necessária, usando o referencial teórico da psicologia complexa, bem como o fenômeno contemporâneo da pós-verdade.

Eloísa Cecília Dias Martins, Elizeu Pinheiro da Cruz e Sidnay Fernandes dos Santos, a partir do conceito de multiespécies, propõem a garantia da existência das diversas espécies de animais (humanos ou não) e a segurança ambiental dos seus entornos por meio da criação de um Observatório Antropológico de Emergências Sanitárias e Ambientais. Deste modo, partem de um princípio coletivista, tão necessário para nossa sobrevivência.

Por fim, Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle, em pesquisa antropológica e inédita junto aos Boni em Papaïchton, Guiana Francesa, exatamente durante a pandemia, revela um subinvestimento constante que agora faz com que o vírus atinja mais fortemente negros e indígenas. A autora nos conta a impressionante história do grupo étnico boni que se originou através da fuga e da rebelião de pessoas negras escravizadas contra o poder colonial. Vale a leitura.

Agradecemos a todxs que colaboraram diretamente para que esse trabalho viesse a público. Os membros do conselho editorial, os pareceristas, e mais particularmente, Guilherme Santana, Juan Magalhaes, Isabella Correia, Caroline Lima Dias, Cello Latini e Kaio Braúna foram fundamentais.

Por fim, nada mais representativo que terminar com a letra de um Rap indígena trilingue¹ de Kandu Puri e Kaê Guajajara sobre a pandemia do Novo Coronavírus escrito no calor da hora. O rap é mais que uma verdadeira aula. É um manifesto, lindo e maravilhoso! Desejamos uma boa leitura e esperamos que este número sirva para inspirações indigenistas, negras, emancipatórias, anticoloniais, antiautoritárias, anarquistas!

Saudações libertárias!

Editor

Não foi só a bala que matou meu povo não
Tanta epidemia amontoou mais de uma nação
Um rio de sangue na água cristalina
Até o contato com suas roupas me assassina

Andando na minha miséria
Na mente lapsos de uma velha floresta
To tipo uma onça rugindo da cela Indígena gritando na favela
Vendo culturas inteiras sumindo
A epidemia vem matando
O maior grupo de risco há mais de 500 anos

Eu tentei, me isolei
E sempre ficam nessa de querer fazer contato
Nume'e kwaw hehe, a'e rupi nuexak kwaw
ima'eahy haw
(Ele não viu ele, por isso não viu sua doença)

Nuvem de doença que contagia
Causando falência múltipla de órgãos
Eu tava na mata vem e me mata numa
Falência múltipla de povos

¹ Zeeg'ete, do povo Guajajara do tronco tupi Guarani, e Kwaytikindo, do povo Puri do tronco macro jê.

Vi um parente indo se lavar
Num grande rio de lama tóxica
Prevenir ou se contaminar
Isso é uma guerra biológica
E tu que nunca foi de banho
Tá aprendendo a lavar a mão
Vai, compra tudo de álcool em gel
Olha pra tua poluição

Ah ando ure day gran txori i pa omi xute txahé
Kapuna prika i ambo nam ah ando heta kran
Ah ando hon upolatxa-ma tigagika tangweta
Ah ando hon upolatxa-ma i ne pa kwandom-na

(eu corri nessa mata para ter um bem viver
tiros para morrer. eu escapei. eu estive escondido igual sombra.
eu estive escondido para não ter doença)

Não foi só a bala que matou meu povo não
Tanta epidemia amontoou mais de uma nação
um rio de sangue na água cristalina
Até o contato com suas roupas me assassina

Como a varíola
Como a gripe
Tantas que o tamui suportou
Ninguém solta a mão de ninguém
Ainda bem que ninguém segurou

Amo teko uzeeng ihewe hekepe
(Alguém está falando comigo no sonho)
Akizezo mae wi nehe
(Não tenha medo das coisas)
Epita me nerâpuz pupe
(Fica em casa)

Ah ando hon upolatxa-ma tigagika tangweta
Ah ando hon upolatxa-ma i ne pa kwandom-na

Letra: Kandu Puri e Kaê Guajajara

UM CUIDADO ABANDONADO

Guilherme Castelo Branco

Professor Titular de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Bolsista da FAPERJ.

Resumo : O artigo versa sobre o surgimento da biopolítica e das mudanças que ocorreram no processo de gestão da vida na era da governamentalidade. No intervalo de dois séculos o cuidado com a vida, que animou parcela significativa da população, migrou do Estado para as empresas privadas, o que resultou no crescente abandono do cuidado com o bem-estar da população. No tempo atual, de pandemia, a desigualdade social e a falta de cuidado com a vida dos mais vulneráveis ficam cada vez mais evidentes.

Palavra- chave: biopolítica; vida; morte.

Abstract : This article deals with the emergence of biopolitics and the changes that occurred in the process of life management in the age of governmentality. In the span of two centuries, life care, which encouraged a significant portion of the population, migrated from the State to private companies, which resulted in the growing abandonment of care for the well-being of the population. In the current time of pandemic, social inequality and the lack of care for the lives of the most vulnerable become increasingly evident.

Keywords: biopolitics; life; death.

Em Portugal, o nome é mais apropriado que no Brasil. A instituição pública que cuida da saúde, da aposentadoria e dos cuidados médicos (de inumeráveis naturezas) dos trabalhadores e da população é a Segurança Social. No Brasil, o nome é outro: Previdência Social.² Quando passou a existir, ao longo do século XIX e XX, o lugar da segurança e da seguridade social exigiram a transformação do Estado, que passou a desenvolver uma tecnologia de governo centrada cada vez mais na vida e na população.

² Por este motivo, quando um brasileiro escuta o termo 'segurança', pensa em termos de polícia, de proteção ao patrimônio e à integridade física pessoal e coletiva. Esquece-se do aspecto serenizador da proteção de suas condições sanitárias e do conforto material ao longo da vida.

Há dois séculos, o Estado passa a ter preocupações que inexistiam em tempos anteriores, como taxas de natalidade, estudos sobre longevidade, morbidade, higiene, saúde pública, entre outros. A estatística torna-se saber essencial para tomadas de decisão para medidas com alcance social e política, a vida passa a ser um dos objetos mais importantes da Economia Política, e a população converte-se em alvo central das intervenções do Estado. Surge a Biopolítica, cuja racionalidade imprime seu poder e alcance na determinação das formas de vida, na produção econômica, e especialmente na condução da conduta das pessoas.

Num primeiro momento, vale a pena lembrar, a implementação de uma proto-biopolítica decorreu das pressões dos movimentos operários que passaram a exigir cuidados de saúde e habitação condigna no decorrer do século XIX. O controle da vida, portanto, não pode ser entendido como uma via de mão única. Estado e população acabaram por realizar um estranho pacto. De um lado, a população recebeu, sob o argumento de direito de cidadania, acesso à saúde, educação, moradia, entre outros, ao custo de seguir uma série de recomendações moralizantes sobre sua vida íntima e cotidiana, através da disseminação de valores burgueses sob uma roupagem científica. O Estado, por sua vez, recebeu um aporte financeiro gigantesco, verdadeiramente colossal, vindo das contribuições da população para a seguridade, para o financiamento de casas e manutenção do sistema escolar, que gerou aumento de impostos e ampliação de seu poder de intervenção. Somente a partir deste momento surgem extraordinários montantes de valores que geraram o capital financeiro propriamente dito.

Os diversos sistemas de seguridade sociais implementados nos mais diversos países, malgrado suas especificidades, possibilitaram que fossem estabelecidos padrões de confiabilidade e de garantia de cobertura social a um número significativo de pessoas. Claro que a estrutura de classes leva a diferentes graus de usufruto dos benefícios, sobretudo a partir do momento em que empresas e grupos financeiros entraram, não sem voracidade, no jogo nem sempre honrado e confiável de cuidar do bem-estar das pessoas. Valores de diferenciação social passam a pesar crescentemente na seguridade social, seja no âmbito privado como no âmbito público.

Quando, nos últimos decênios do século XX, acentuam-se os ideais do neo-liberalismo, que cuidam sobretudo de valorizar projetos econômicos tão somente individuais, uma ruptura se dá: o estranho e dissimétrico pacto entre Estado e população vai sendo crescentemente negligenciado. A distância entre as elites e a população cresce sem parar, o que tem gerado, em toda parte, protestos e manifestações massivas, sem

nenhum resultado efetivo. O cuidado inicial com a defesa da sociedade não tem mais valor, e está em vias de desaparecer. As elites econômicas, os que possuem 1% do capital ou do dinheiro, descolaram do Estado e do povo. A burguesia não mais participa dos governos e não se sente implicada nos problemas políticos e econômicos e, além do mais, tem a proteção dos Estados. A cumplicidade dos Estados, por outro lado, retirou direitos da população, passou grande parte de sua tarefa para as empresas e permitiu a concentração de renda das elites através do esvaziamento das indústrias nacionais (diminuindo os conflitos de classe e as lutas por direitos sociais), criando uma globalização que tem lugar certo. Todos sabem onde fica a sede da globalização e da produção global, e, ainda que em outro local, onde está a sede da especulação financeira (e onde estão algumas de suas sucursais). A globalização e as finanças têm territórios fixos e endereços certos. O mercado, por sua vez, ao contrário do que alguns dizem, não tem mão invisível, pois na verdade é de tão poucos que é quase impossível enxergá-los³.

Inesperadamente, surge uma pandemia, no ano de 2020. Sua ocorrência espanta muitas pessoas, porque ainda não está sob controle, e o vírus que se espalha leva milhões de pessoas a adoecerem e centenas de milhares de seres humanos mais vulneráveis morrem em poucos meses. Num primeiro momento, o vírus não distingue classes sociais. Mas as desigualdades econômicas, os sistemas de saúde privados e as políticas públicas de saúde se encarregam de fazer a distinção. Escolhas são feitas entre os doentes, levando em conta suas origens, seus ‘desposuimentos’ e seus privilégios. Serão avaliados seus lugares de residência, seus estoques de comida e bebida, seus organismos mais ou menos bem cuidados. Daí também decorrerão os tratamentos médicos, os locais onde os atingidos pela doença serão recebidos e em quais condições, se terão equipamentos apropriados e remédios em quantidade e qualidade necessários.

No momento inicial da pandemia, a preocupação maior dos governos e dos organismos de saúde é a o da gestão da quantidade de doentes. O problema é de gestão dos sistemas de saúde, que não podem ser sobrecarregados. Os doentes são coadjuvantes na ordem das inquietações. Depois disso, parecerá natural que as pessoas continuaram a adoecer, num ritmo controlado e doravante silencioso. Em fins de 2020, as pessoas terão assimilado o impacto inicial e não darão mais importância, a partir de então, ao

³ O que vemos são empregados de financeiras e empresas de valores, buscando seu quinhão, nas imagens das bolsas de valores.

relativamente pequeno número de pessoas doentes. Eles não serão mais objeto de atenção e de noticiário. A doença já entrará na fase de sua normalização.

Os sobreviventes, a imensa maioria, vão enfrentar os desafios econômicos e políticos lançados pela doença e pelos efeitos da quarentena que realizaram. Alguns sonharão com a transformação, para melhor, do mundo e do planeta. Outros terão suas oportunidades e perspectivas de vida desfeitas. Outros viverão o desespero de perder seus pequenos negócios e empregos. Outros buscarão receber os lucros esperados e devidos e valores a receber adiados. Outros vão aproveitar, com deleite, tudo que ganharam na especulação do comércio da vida e da morte.

As incertezas insistirão.

Muitos não vão tirar a menor lição do surto da doença que aconteceu no ano de 2020, e se comportarão como os homens de tempos atrás descritos no poema⁴ de Manoel Bandeira:

Quando o enterro passou

Os homens que se achavam no café

Tiraram o chapéu maquinalmente

Saudavam o morto distraídos

Estavam todos voltados para a vida

Absortos na vida

Confiantes na vida.

.....

⁴ Seu nome é 'Momento num café', publicado no *Estrela da manhã*.

A NECROFILÍA COLONIALISTA OUTROCÍDA NO BRASIL⁵

Wallace de Moraes

Professor de Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) e História Comparada (PPGHC) da UFRJ.
Pesquisador do INCT/PPED e líder do grupo de pesquisa OTAL/UFRJ.
Bolsista da FAPERJ.

Resumo: Diante do contexto da pandemia da Covid-19, procuro situar a postura do governo federal brasileiro, em contrário ao isolamento social horizontal, como parte da necropolítica. A partir da simbiose desse conceito com o de colonialismo, outremização e anarquismo proponho a categoria Necrofilia Colonialista Outrocida, cujo objetivo é expressar a indisfarçável simpatia pela morte de negros, indígenas, pobres e seus idosos. Necro-Estado e liberalismo econômico compõem o pior dos mundos para as novas senzalas e florestas brasileiras.

Palavras-chaves: Necrofilia Colonialista Outrocida; anarquismo indígena; anarquismo negro; Geronticídio; Necro-Estado

Abstract : In the context of the COVID-19 pandemic, I seek to situate the position of the Brazilian federal government, in opposition to horizontal social isolation, as part of the necropolitics. Based on the symbiosis of this concept with that of colonialism, otherness, and anarchism, I propose the category Othercida Colonialist Necrophilia, which intends to express the undisguised sympathy for the death of blacks, indigenous people, the poor and their elderly. Necro-State and economic liberalism compose the worst of the worlds to the new “senzalas” (slave quarters) and Brazilian forests.

Keywords: Othercidal Colonialist Necrophilia; indigenous Anarchism; Black Anarchism; Gerontecide; Necro-State.

⁵ Agradeço os comentários e sugestões de Luciana Simas e dos membros do grupo de pesquisa OTAL/UFRJ: Juan Magalhaes, Guilherme Santana, Isadora França, Denise Andrade, Cello Latini e Kaio Braúna. É claro que toda responsabilidade sobre o que está escrito é inteiramente minha.

“Nós indígenas sabemos muito bem o que é enfrentar doenças que vem de longe, sem cura mesmo de nossas medicinas tradicionais. Todos nós que vivemos hoje somos os sobreviventes de inúmeras epidemias que exterminaram povos inteiros e destruíram outros tantos. Somos a resistência hoje a tudo isso que nos atingiu e atinge, frutos da nossa força em nos reerguer após cada caída. Somos os que insistiram em se manter de pé e em assumir quem é e não vamos arredar nunca. Que Ñawêra nos dê o caminho e nos proteja nessa nova tempestade. Força guerreiras e guerreiros!”

(Kandu Puri e Kaê Guajajara)

“A carne mais barata do mercado é a carne negra
Só cego não vê
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
(...)
Que fez e faz história
Segurando esse país no braço, meu irmão
O cabra que não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador...”

Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Capelletti (compositores)

Esta letra ficou marcada pela voz de Elza Soares

Os militares, por ofício da profissão, não podem ter aversão a matar pessoas. Ao contrário, são treinados para isso. Homens como o nosso presidente não conhecem nada para além de dar tiros. Por isso, em cadeia nacional de rádio e TV, e em entrevistas sobre a pandemia defendeu: “O brasileiro precisa ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali, sai, mergulha, tá certo? E não acontece nada com ele”. Disse ainda que “por ter histórico de atleta era imune ao vírus.”⁶ Em resumo, discorrendo sobre a medicina, é especialista em matar o inimigo, em guerras, e não em salvar vidas. Ademais, sobre política, costuma dizer que o PT “instaurou o comunismo no Brasil”. Pelo exposto, demonstra um profundo desconhecimento de matérias básicas do ensino médio de qualquer escola. Ratifica que nunca teve aula de Biologia, Sociologia, História,

⁶ Fonte: jornal O Globo dia 27 de março de 2020 e coluna de Bernardo M. Franco no mesmo jornal. Disponível em: : <https://oglobo.globo.com/brasil/o-brasileiro-pula-no-esgoto-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus-1-24330995>

Filosofia. Contudo não tem bom senso e continua opinando sobre o que não conhece. Essa postura, aparentemente ingênua, estúpida e ignorante, é atroz e faz parte de sua cruzada contra seus inimigos (imaginários e reais). Diante desses fatos, não sem nexos, seu símbolo de campanha eleitoral era uma arma que atirava para alguns lados, inclusive para a educação pública de qualidade.

Seu slogan era: “bandido bom, é bandido morto”. Mas ele não serve para qualquer bandido. Ele não propõe matar o empresário-bandido que sonega impostos, super-explora trabalhadores, comete assédio dos mais diversos com os empregados, nem o banqueiro-bandido que acumula lucros recorde a cada trimestre cobrando tarifas e juros absurdos em empréstimos aviltantes para vulneráveis e trabalhadores. Ele não propõe matar o político-bandido que vende seu voto para grandes capitalistas em detrimento dos interesses dos governados, que faz lobby no Congresso em favor do capital (estrangeiro e nacional), que rouba dinheiro da merenda das escolas públicas, que “contingencia” verbas da saúde, da educação e da pesquisa científica, que autoriza aumento do valor dos transportes públicos acima da inflação. Ele não propõe matar o pelego-bandido que apoia retirar direitos trabalhistas e não se preocupa com direitos dos idosos que são obrigados a trabalhar mais tempo para que o Estado possa isentar de impostos determinados grupos empresariais. Ele não propõe matar o ministro-bandido que se nega a taxar as grandes fortunas, que retarda o apoio social em tempos de Covid-19, que gasta bilhões do banco central com a contenção do aumento do dólar, garantindo recompra para determinadas empresas “iluminadas” em um país com 32 milhões de miseráveis. Ele não propõe matar o “empreendedor-bandido” que se apropria de uma estrada pública, constrói pedágios e passa a cobrar absurdamente. Muito menos os garimpeiros-bandidos que destroem as florestas e a vida de milhares de indígenas. Nem o policial-bandido que mata negros, pobres e favelados sob argumentação de auto-de-resistência. Não propõe matar o paramilitar-bandido que impõe toque de recolher, o terror e assassina em série nas favelas. Ele não propõe matar os filhos-bandidos com suas plantações de laranjas e de fake News. Enfim, o suicídio passa longe de sua cabeça.

O bandido que ele deseja matar tem endereço certo. Mora nas favelas, periferias e nas florestas. Trata-se de um desejo racista e de classe. Seu amor pela morte é colonialista, pois busca aniquilar negros, indígenas, pobres e seus descendentes. A negação da demarcação de terras indígenas e quilombolas e a liberação da destruição da floresta amazônica com vistas a favorecer garimpeiros, pecuaristas e o agronegócio em geral são exemplos incontestes. A não condenação pública e imediata do assassinato de

Marielle Franco, de líderes indígenas e de milhares de negros e pobres, que acontecem diariamente no Brasil, representa a mais pura aplicação da política da morte racista. Trata-se do uso mais genuíno da necropolítica, pois exerce seu poder soberano não só para deixar matar símbolos daquilo que menospreza, odeia, quanto ainda os estimula. Muitas vezes seu silêncio é ensurdecedor, mas na maioria das vezes estimula o assassinato do outro por meio de fake News nas redes sociais. No bojo, expressa cruamente o caráter intolerante de toda uma elite governamental, reunindo em seu conjunto todos os preconceitos igrejistias, militaristas, conservadores. Em suma, negros, indígenas, militantes políticos, socialistas, homossexuais, mulheres, moradores de favela, rebeldes, LGBTQIA+ são por ele considerados bandidos-inimigos, colocando em prática a Necrofilia Colonialista Outrocida (explicaremos mais a frente).

Não à toa, nas colônias, relatou Frantz Fanon, o porta-voz do colonizador é o soldado, o militar. O colonizado é aconselhado a não se mexer sob coronhadas, tapas na cara e tiros. Trata-se da linguagem da pura violência, militarista em sua essência. “O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado” (Fanon, 1968).

A política usada pelas metrópoles nas colônias tem semelhanças com a utilizada atualmente nas favelas, periferias e florestas do Brasil. Esses espaços são zonas colonizadas, as novas colônias, a começar pelos seus habitantes, ampla maioria de negros, indígenas e seus descendentes. Não importa aos colonizadores e a seus capitães, intermediários, que os novos colonizados morram. Na perspectiva deles, os colonizados são seres inferiores, estão no mesmo nível de animais, são sub-humanos (hooks, 2019; Krenak, 2019; Kopenawa & Albert, 2019; Ramose, 2015; Nascimento, 2019; Fanon, 1968; Morrison, 2019; Césaire, 2010). Por consequência, a vida dos escravos é uma forma de morte-em-vida (Mbembe, 2018).

Nas comunidades não existe a presença estatal para garantir saneamento, direitos básicos de saúde e educação, emprego, assistência social. A principal ação estatal se faz pelas forças de repressão. A polícia mata, prende, tortura e recebe o “arrego” do traficante amigo. Mas também não é correto dizer que apenas a polícia, como seu braço armado, se faz exposta. O Estado está presente também na cobrança dos impostos extraídos compulsoriamente quando se faz a compra de qualquer produto ou serviço legal. Assim, é necessário dizer que o Estado está nas favelas na forma de extrator de dinheiro e também como repressor. Como nessas novas senzalas não há nenhuma retribuição em forma de

serviços básicos, significa meramente o ato de um roubo estatal (como Proudhon (1977) chamou a legalização da propriedade privada da terra para alguns). A presença do Estado nessas comunidades constitui-se na mais significativa materialização do poder soberano de decidir sobre quem pode morrer, a necropolítica. Nada diferente do papel imperialista exercido nas colônias em África, nas Américas e na Ásia. Nada diverso das aldeias comunais na Europa durante as Idades Média e Moderna.

“A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a cidade árabe pobre, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher deste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto: surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente mas sempre alerta: “eles querem tomar o nosso lugar”. É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono” (Fanon, 1968: 29).

Para impedir que o colonizado se rebele e almeje tomar o lugar do colono, que paradoxalmente foi construído pelo próprio escravizado, existe o Estado, que às vezes por estar tão ameaçado precisa colocar um militar no comando para resguardá-lo. Foi assim com Napoleão Bonaparte após a Revolução Francesa e aqui em 1964. Exemplos não faltam. Já conhecemos essas histórias. O Estado criado nas colônias não é um qualquer, mas um estado da morte, da prisão, da tortura, do controle sobre o colonizado. É, portanto, um necro-Estado. A sua consolidação não ocorreu apenas sob o capitalismo, como alguns defendem. Para os anarquistas, todo e qualquer formação histórica do Estado teve como sua essência o militarismo e o assassinato do rebelde, do insubmisso, do escravizado, do servo, do trabalhador, por meio da morte física ou da prisão, uma necropolítica (para usar um termo atualizado). Bakunin disse que o Estado não admite no interior das suas fronteiras outro Estado. Devo dizer que o Estado não admite dentro de suas fronteiras um revolucionário com força suficiente para lhe causar medo, arrepios. Ele não admite um negro, um indígena autônomo que não lhe peça benção todos os dias.

Não obstante, esse Estado convive perfeitamente bem com paramilitares, que normalmente são constituídos por militares e ex-militares a serviço de poderosos

políticos, latifundiários, garimpeiros. No Brasil, a proximidade é tanta que alguns deles são condecorados em casas legislativas. Em resumo, o militarismo oficial normalmente possui seus paramilitares para fazer o jogo mais sujo possível ou conta com a anuência dele para cometer atos covardes contra os bandidos-inimigos em favor dos bandidos-amigos. É a necropolítica em favor da necrofilia.

Esses exemplos não servem apenas aos Estados colonialistas e capitalistas europeus, os tidos socialistas praticaram a necropolítica em abundância. Mataram milhares de anarquistas e populares que queriam liberdade e não se submetiam aos ditames do partido no comando. Os Estados africanos, asiáticos, americanos mesmo quando comandados por autóctones também impuseram o terror para seus governados. Foram também protótipos de necro-Estados todos os modelos antigos, medievais e modernos de imposição de autoridade e hierarquia de uns poucos sobre os muitos. Os necro-Estados capitalistas matam e prendem todos que atentam contra a instituição definidora da desigualdade e sagrada para os liberais: a propriedade privada, que desafortunadamente está acima da vida em todo lugar. Nos necro-Estados europeus e norte-americanos seus alvos preferências eram os rebeldes, principalmente anarquistas, insubmissos que mataram centenas de autoridades na passagem do século XIX para o XX. A Interpol foi criada nesse momento justamente para caçar anarquistas pelo mundo. Vários desses revolucionários, inimigos mortais de todo e qualquer Estado, foram assassinados pelo militarismo e paramilitarismo internacional. O nazismo foi apenas a aplicação na Europa daquilo que já se fazia nas colônias há séculos, constituindo-se na máxima relação entre militarismo e paramilitarismo.

Todavia, o necro-Estado colonialista foi absolutamente mais cruel, pois dotado de cunho racista, ultrajante, covarde, invasor, em que o outro, não tinha status de humano. Era tido como um animal. Na visão idílica liberal, matava, prendia, açoitava, um bicho. A função de todos os necro-Estados é garantir os interesses dos bandidos-amigos, isto é, dos ricos proprietários, por isso seus governos são plutocráticos. Mas não basta ter legalizada uma plutocracia neoliberal desavergonhada (De Moraes, 2019). Não basta ser governado por um capitão. Não basta limitar o espaço do colonizado com a polícia ou com o paramilitar. Segundo Fanon (1968), é necessário fazer do colonizado a quintessência do mal. Esse processo ocorre com a desvalorização da cultura, das vestimentas, dos mitos, das religiões, e de tudo que o singulariza. Para além disso, a associação com os colonizados representa a perversão, depravação, a heresia. O igrejismo cumpre papel fundamental nesse processo de “demonização” da cultura do colonizado na

sua cruzada contra a ciência. Ao agir dessa maneira, o igrejismo, o militarismo e os governantes em geral emitem um sinal também para os governados brancos que devem seguir seus valores “superiores” e se sentirem como parte, em unidade, de uma mesma cultura⁷ igrejista, militarista, estadolátrica, autoritária, hierárquica, narcisista e destilando profundo ódio contra os diferentes. Para tanto, o fascismo e o liberalismo econômico são suas ideologias perfeitas, pois justificam tanto uma suposta superioridade de raça quanto de classe baseadas num nacionalismo “ariano” (exemplo clássico nazista) ou uma comunidade imaginada (Anderson, 1991) que no conjunto justifica a subordinação e a exploração de colonizados, trabalhadores, servos, assalariados ou não.

Sabemos que existe uma disputa conceitual sobre o significado do colonialismo e suas variantes, colônia, neocolônia, pós-colônia. Nesse sentido, concordamos com Mbembe (2019: 99), segundo o qual, tudo seria o mesmo teatro, os mesmos jogos miméticos, com atores e espectadores diferentes (pelo menos!), mas com as mesmas convulsões e a mesma injúria. Segundo ele, a colonização francesa na África nunca terminou de fato. Ela apenas passou a usar mil máscaras diferentes, mas os resultados permaneceram.

Aqui no Brasil, as favelas são as novas senzalas e os capitães do mato continuam a perseguir, prender e matar negros, indígenas e pobres em todos os lugares. Estes só são aceitos se souberem ficar no seu lugar de colonizado e calados: na cozinha e na plantação. “Ponha-se no seu lugar” é o lema que não sai das nossas cabeças. Qualquer um de nós que se assanhar será chicoteado, torturado, preso, assassinado. Somos tolerados somente se obedecermos, bajularmos, produzirmos riquezas, limparmos a casa, entregarmos comida, em uma palavra, se formos governados pelos senhores. A lógica continua a mesma. Somos sempre vistos como inferiores por mais que tenhamos títulos de doutores, pouco adianta, somos subalternizados. Jamais seremos lidos, debatidos, citados como os brancos. Reservam-nos os piores empregos, praticamente somos destinados a lavar banheiros, cozinhar, servir nos shoppings centers. Continuamos nas lavouras, dirigindo ônibus, catando lixos, entregando cartas, vendendo bugigangas nas ruas, como entregadores de aplicativos. Desde as lei de terras de 1850 nos fazem de desempregados permanentes para que estejamos aptos a aceitar os empregos mais aviltantes. Reclamam

⁷ Kom’Boa Ervin (2018) demonstrou todo esse processo nos EUA. Quando foi criada a ideia de raça pela elite branca governante justamente para diferenciar pretos e brancos, separando-os e facilitando a dominação de classe, que impôs aos negros uma exploração ainda maior.

quando somos ladrões e fingem não saber o porquê. Pior, ainda dizem que foi opção, pois “se quiser trabalhar, tem muito emprego por aí”. Mentira, seus ...!⁸

A forma como a pandemia do Novo Coronavírus vem sendo tratada pelo governo federal é bem ao estilo de um representante da metrópole, eivada por uma necropolítica e (des)implementada por um necro-Estado, com um Napoleão à frente, absolutamente condutor da morte dos colonizados e dos bandidos-inimigos, não coincidentemente, conduzida/apoiada por militares, paramilitares, igrejistas, liberais econômicos, bajuladores de Hitler e dos bandidos-amigos.

Nesse momento, se faz necessário teorizar sobre a nova conjuntura. Logo após a chegada do vírus ao Brasil, tratei da incapacidade de o liberalismo econômico salvar vidas (Moraes, 2020). Agora é a hora de uma contribuição filosófica. A seguir apresentarei um conceito para melhor caracterizar a postura dos governantes diante da COVID-19.

Do Colonialismo, da Necropolítica e da Outremização

Para melhor apresentarmos o conceito de Necrofilia Colonialista Outrocida, é mister compreender a partir de quais referenciais ele se forja. Entendamos, então, suas categorias parteiras: colonialismo, necropolítica, outremização e o anarquismo.

O colonialismo foi uma prática capitalista, empreendedora, apoiada e financiada por diferentes Estados (reinos) europeus. Enquanto a Coroa e seus empreendedores ficavam com a maior parte do dinheiro, os militares e paramilitares faziam o jogo sujo, pois foram eles com suas armas que guerrearam, conquistaram, humilharam, mataram, torturaram e escravizaram os colonos, os sub-humanos. Foi um sistema estritamente racista ao idealizar a ideia de raça (Morrison, 2019) e de cor aos outros, atentando contra africanos (black, pretos, negros), vermelhos (indígenas), amarelos (asiáticos). O único que não tinha cor era o branco. Para se contrapor a essa simples ideologia, Dupuis-Déri (2019) propõe chamar os europeus e seus descendentes por beges, pois na verdade, também não possuem a pela branca da cor de uma nuvem, que subsumidamente procura dar a ideia de pureza, limpeza e identidade racial.

O empreendimento colonialista foi sustentado ideologicamente por igrejistas que justificavam as atrocidades contra os povos que “não tinham Jesus no coração”. A

⁸ Tive imensa vontade de colocar até um palavrão, mas aqueles que nunca sofreram, nunca passaram por discriminações por cor da pele, aproveitariam para tentar desmerecer todo o texto. Os que entendem sobre o que falo, fiquem à vontade para completar como queiram.

alegação, na época, atestava que “não tinham alma” e, por incrível que possa parecer, eram justificadas pela bíblia, um livro também racista, como nos lembra Fanon (1968). Em resumo, o colonialismo foi uma prática capitalista, autoritária, violenta, racista, disciplinadora, de morte, sob a benção supostamente dos representantes de Deus, governada pelo necro-Estado e praticada na ponta por militares, em cinco palavras: racismo, estadolatria, capitalismo, igrejismo e militarismo sintetizavam o colonialismo.

Achille Mbembe (2018) trouxe-nos o conceito muito eficaz de necropolítica. Seu objetivo é analisar a junção das categorias de biopoder (Foucault) e de soberania e estado de exceção (Schmitt). A necropolítica consiste, portanto, na capacidade que o soberano tem de definir quem deve morrer e quem deve viver. Todos os Estados funcionam a partir do direito de matar. O outro deve ser eliminado quando representa ameaça ao poder político do soberano ou ao poder econômico dos seus protegidos. São seus objetivos:

“dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos da morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (Mbembe, 2018: 71).

Essa prática de matar o outro vai ao encontro daquilo que Toni Morrison (2019) chamou de outremização que procura expressar como o escravizador se convence psicologicamente da sua distinção natural e divina com relação ao escravizado. Dessa maneira, ele se sente legitimado para cometer atos covardes como de torturar, estuprar, açoitar e matar. Trata-se do uso da justificativa divina, logo, igrejista, que nega a ciência, que subjaz a existência de diferentes raças. A outremização tem a necessidade de criar o outro, o estrangeiro, estabelecendo uma relação direta com a ideia de nacionalismo. Todavia, a outremização transcende o nacionalismo, pois vê o outro a partir da invenção (supostamente científica, mas certamente social, política, cultural e econômica) da ideia de raça. Em outras palavras, a raça é uma invenção, mas o racismo, não. O racismo, portanto, é uma consequência de algo que não existe.

Enquanto os conceitos de colonialismo, necropolítica e outremização identificam diversas ações de arbitrariedade realizadas por governos, empresários, colonizadores, militares, paramilitares, igrejistas etc contra colonizados, a filosofia política anarquista pode não só contribuir para acurar as críticas dessas instituições, pois já faz parte de seu DNA, como também no encontro de soluções com vistas à superação dessas ações

racistas. Dos conceitos anarquistas que podem contribuir para a superação da sociedade racista estão:

a) ação direta – realização de atos pelas próprias mãos dos interessados, sem a necessidade de intermediários. Está diretamente ligada à ideia de autonomia, independência, negando assim a necessidade de representação política, econômica etc;

b) revolução social – quando os explorados destroem o Estado e todas as instituições que os subjagam, matam e torturam, impedindo que vivam com bem-estar nas suas terras. A sua aplicação tem por objetivo a destruição de tudo que impede a emancipação dos governados, que devem assumir as rédeas das suas próprias vidas e daquilo que produzem;

c) propriedade coletiva dos meios de produção – um dos primeiros passos da conquista realizada pelos colonizadores consiste na tomada das terras dos colonizados, transformando-as em propriedade privada deles, chegando ao extremo de fazer do colonizado também sua propriedade e tendo que trabalhar naquela terra antes sua para enriquecer o patrão, novo senhor, governante econômico. O anarquismo propõe o fim indiscutível de toda e qualquer propriedade privada dos meios de produção, que também não deve pertencer a qualquer Estado, mas aos próprios trabalhadores. Assim, as terras permaneceriam coletivas, possibilitando a prática dos princípios do comunalismo africano e das aldeias indígenas tal como eram antes do colonialismo.

d) Autogestão – significa independência em todos os sentidos da vida. Serve perfeitamente para legitimar a autodeterminação dos povos. Acabar com o autogoverno foi a primeira ação dos colonizadores no processo de dominação. Retomar a autogestão deve ser o objetivo principal das comunidades colonizadas.

e) O antiteologismo e o antimilitarismo tipicamente anarquistas ajudam a desvencilhar os governados das ideologias que nos escravizaram, propondo o fim das opressões físicas e psicológicas que estas instituições nos acometem com suas armas e suas bíblias.

f) Ajuda mútua, horizontalidade, igualdade, liberdade, abolicionismo penal, federalismo e a conseqüente negação das hierarquias, das autoridades, dos governos, do necro-Estado, das prisões são contribuições teóricas anarquistas que servem para lutar pela emancipação do jugo racista, patriarcal, militarista, igrejistia, economicamente liberal, homofóbico, em uma palavra: liberdade! Para os povos escravizados nenhuma palavra faz mais sentido. Esse conceito é o mais importante para o pensamento anarquista, o mais preservado, o mais exaltado, sem ele simplesmente não há anarquismo. Bakunin disse: “a sua liberdade

leva a minha ao infinito.” “Se existe uma única pessoa escrava na sociedade, então não existe liberdade”. Se não existe liberdade, é um dever de todo anarquista lutar por ela.

Perceba que a liberdade do anarquista é absolutamente diferente da liberdade para o pensamento liberal que diz “que a sua liberdade termina quando começa a minha”. A concepção de liberdade do anarquismo é anticolonialista, é coletivista. A liberdade do liberal é individualista, é seletiva, é para poucos. Por isso, o liberalismo econômico não só foi o combustível do regime escravista economicamente como conviveu com ele sem nenhum constrangimento, justificando a escravização de seres “não-humanos”.⁹ Por tudo, o anarquismo tem muito a contribuir na luta anticolonial do passado e do presente. Como forma de ilustrar a iminente ligação com a luta anti-colonial, citemos uma dos seus mais importantes teóricos:

“Serão inimigos (...) não somente governadores sádicos e prefeitos torturadores, não somente colonos flageladores e banqueiros gulosos, não somente políticos lambe-cheques e magistrados vendidos, mas igualmente, e pela mesma razão, jornalistas acerbos, acadêmicos felpudos e com caudas de estupidez, etnógrafos metafísicos e expertos de índoles caninas, teólogos extravagantes e belgas, intelectuais falantes e hediondos que se acreditam descendentes de Nietzsche (...), os paternalistas, os beijoqueiros, os corruptores, os que dão tapinhas nas costas, os amantes do exotismo, os divisores, os sociólogos agrários, os enganadores, os mistificadores, os falsificadores e, de uma maneira geral, todos aqueles que, desempenhando seu papel na sórdida divisão de trabalho para a defesa da sociedade ocidental e burguesa, tentam de diferente maneira, e por passatempo infame, desagregar as forças do progresso – com o risco de negar a própria possibilidade do progresso – todos sequazes do capitalismo, todos representantes declarados ou envergonhados do colonialismo saqueador, responsáveis todos, detestáveis todos, negreiros todos, devedores de agora em diante da agressividade revolucionária” (Céisare, 2010: 46/47).

Se o texto de Céisare contém todos os componentes da teoria anarquista, ou vice-versa, pouco importa. O que quero chamar a atenção é para a confluência entre ambos. Tenho certeza que um pode ajudar ao outro na luta comum: anti-colonial, anti-capitalista, anti-estatal, anti-autoritária, cuja defesa da liberdade seja seu maior propulsor.

A partir da simbiose argumentada entre colonialismo, necropolítica, outremização e anarquismo, desejo agora conectá-los, aprofundá-los e atualizá-los ao contexto

⁹ Losurdo (2006) tem uma excelente pesquisa sobre a associação entre escravismo e liberalismo.

brasileiro de pandemia da Covid-19. Objetivo, de tal modo, contribuir para o debate com outra categoria descendentes daquelas: Necrofilia Colonialista Outrocida.

Da Necrofilia Colonialista Outrocida

Já podemos adiantar que o supracitado conceito está diretamente inspirado por diferentes filosofias/pensadores, a saber: na crítica do colonialismo (Fanon, Césaire), na necropolítica (Mbembe), na outremização (Morrison) e na filosofia política anarquista (Kropotkin, Bakunin), no anarquismo negro (Kom'Boa Ervin, Gelderloos), nos ensinamentos das sociedades indígenas (Kopenawa, Krenak, Munduruku), no comunalismo africano (Sam Mbah.), no quilombismo (Abdias Nascimento) e na simbiose entre indigenismo e negritude (hooks, Parsons).

Para o caso brasileiro, na atual conjuntura e para outros tempos, não se trata apenas de uma deliberação do soberano de deixar morrer e deixar viver (necropolítica), mas de uma política deliberada pela morte, uma simpatia, um amor pelo extermínio do “pária” da sociedade, do opositor, do outro, do bandido-inimigo. Nesse sentido, penso que o conceito de necrofilia é mais apropriado, mais direto. Não se trata apenas de um oposto a biopolítica de Foucault, no campo de se regular a vida, a necrofilia não é apenas uma regulamentação da morte, mas busca representar um desejo pela morte. Todavia, não é a morte de qualquer um. Por isso, ela deve estar casada com o conceito de colonialismo.

É, portanto, uma necrofilia colonialista quase hedonista, pois sente prazer na morte do africano, do indígena, do asiático (do chinês), do árabe e de todos os seus descendentes em diáspora que não estão prontos apenas para servir e têm dificuldades em aceitar o lugar destinado pela supremacia branca. É, nestes termos, uma necrofilia colonialista. O termo colonialista busca marcar que seus principais alvos são povos não europeus. Mas ele não atenta apenas contra estes.

Dá a necessidade do conceito de outrocídio, pois explica porque outras “minorias” para além dos alvos do racismo sofrem diante do conservadorismo reinante. Desta maneira, o conceito de outrocídio busca marcar a discriminação, a perseguição e o amor pela morte (simbólica, psicológica e/ou física) do pobre, do idoso improdutivo, da comunidade LGBTQIA+, da mulher independente, do anarquista, do comunista, do ambientalista, do adepto das religiões de matriz não judaico-cristã, do analfabeto, do deficiente físico, daquele que atenta contra a propriedade do rico.

Denominei esses processos discriminatórios por governanças sociais (De Moraes, 2018) cujas bases centrais estão pautadas na governança social xenofóbica, ufanista, nacionalista. Seu primado é o narcisismo que não reconhece o outro como possível de respeito e reconhecimento como igual. Em última instância, não representa apenas o desrespeito pelo outro, mas um desejo por sua humilhação, que envolve seu aniquilamento psíquico.

Para que o outrocídio prevaleça impune é necessário negar a ciência emancipadora e atacá-la com toda força, pois assim se encontra terreno fértil para o cultivo de preconceitos, para propagação de dogmas que servem aos interesses dos governantes obcecados por poder e lucro, baseados em Fake News e Fake History.

Para abreviar, o conceito de Necrofilia Colonialista Outrocida tem por objetivo representar várias formas de assassinar literalmente, ou psicologicamente, diversos segmentos sociais de governados da sociedade, sistemas ambientais, epistemológicos, religiosos e animais do planeta, cometendo assim o geronticídio (velhocídio), negrocídio, indicídio, pobrecídio, feminicídio, homofobicídio, transgericídio, analfabeticídio, epistemicídio, cientificídio, orixacídio, xamanicídio, ecocídio, animaticídio.¹⁰ Como forma de resumir todos essas posturas, chamarei de Necrofilia Colonialista Outrocida¹¹, cuja característica central é apresentar a crítica ao militarismo, ao igrejismo, ao nacionalismo, ao capitalismo, liberalismo econômico, ao necro-Estado. Instituições que prezam pela prática do conceito, pautadas na negação da alteridade e no narcisismo ufanista xenofóbico. Cabe ressaltar apenas mais uma questão. A necrofilia colonialista outrocida pode atacar todos as suas frentes em conjunto, assim como pode eleger um de seus alvos como principais para um determinado momento. Durante a pandemia de Covid-19, os idosos estão na alça de mira dos necrofílicos.

Geronticídio como parte da necrofilia colonialista outrocida no Brasil

Todos sabemos que a Covid-19 ataca fundamentalmente, mas não só, os mais velhos. No ano passado, o governo federal aprovou a redução de seus direitos via reforma

¹⁰ Existe um processo de matança generalizada de animais selvagens e também de criação de animas para consumo humano. Estou denominando como animaticídio. “Estudo da WWF com mais de 3 mil espécies mostra que os humanos destruíram 50% da população de animais selvagens do mundo em apenas 40 anos”. Fonte: https://istoe.com.br/388151_MATANCA+INDISCRIMINADA/

¹¹ Tratei dessas formas de discriminações em (De Moraes, 2018) sob o nome de governanças sociais. O conceito de Necrofilia Colonialista Outrocida complementará aqueles.

da previdência. Não satisfeito, atualmente, está em via de conflito com o confinamento social. Ao tomar essa atitude, caminha, sem o menor embaraço, no sentido contrário da preservação da vida dos nossos idosos, pois prefere que a economia permaneça em funcionamento. Trata-se exatamente da tese defendida por Chomsky (1998) em um de seus livros: “Primeiro o lucro, depois as pessoas”. É necessário recorrer à História para entender tais posturas, aparentemente insanas, psicopatas, fascistas, descabidas, sádicas, desumanas, colonialista.

É importante demarcar aqui mais um argumento com vistas a situar a necrofilia colonialista outrocida. Ela está em perfeita consonância com o capitalismo e a sua fase mais fiel: o liberalismo econômico. Para este, é inconcebível que uma pessoa perca sua capacidade produtiva. Não é tolerável. É descabido. Ainda mais se concebermos que determinadas pessoas devem ser financiadas pelo Estado sem trabalhar. Os idosos são seus principais alvos. Mas não todos eles. Aqui entra o colonialismo para melhor explicar que há uma diferença fundamental de raça e de classe.

Idosos membros das classes dominantes não fazem trabalho manual, embrutecedor, se desgastam menos, têm acesso ao conhecimento científico, se alimentam melhor, desfrutam de tudo e de superiores recursos que a medicina possui para alongar suas vidas, seu bem-estar. Sem trabalho manual e com toda assistência médica disponível, sua perspectiva de vida é muito maior do que a do idoso pobre. Por conseguinte, podem ficar mais tempo no trabalho produtivo (na verdade, postos de comando) com menos problemas do que o velho “favelado”, o camponês, o estivador, o operário, o faxineiro, o camelô, o entregador de aplicativo, em suma, os governados.

O idoso governado normalmente realiza trabalho manual, não tem assistência médica qualificada, e possui todas as carências que os povos colonizados sofrem há séculos. Com a chegada da terceira idade, sua capacidade produtiva cai progressivamente, pois depende muito mais da força física. É a lei da vida. Mas o capitalismo está pouco preocupado com isso, pois almeja o aumento constante da produção. Desta forma, os governantes econômicos preferem contratar um trabalhador mais jovem com maior capacidade produtiva. O resultado é o altíssimo índice de desemprego nos extratos sociais anciões. Para piorar, alguns sobrevivem com dinheiro público da previdência social, que segundo a perspectiva do liberalismo econômico é um dinheiro que onera as cofres públicos. De tal modo, o aposentado não tem valor e é tido como um estorvo, sendo

amplamente desrespeitado, um alvo central da necrofilia colonialista outrocida.¹² Idosos (negros e indígenas) que ocupam normalmente a parte produtiva braçal são os principais alvos desse sistema.¹³

Essa postura tem uma história, uma origem. As sociedades tradicionais, indígenas, africanas e asiáticas davam um extremo valor aos mais velhos, seus ancestrais, pela sabedoria, pelo domínio das tradições e da história do próprio povo, eram, portanto, seus líderes naturais e amplamente respeitados (Sam Mbah, 2019; Kopenawa & Albert, 2019; hooks, 2019; Krenak, 2019; Nascimento, 2019). Com os europeus, nas comunas ainda existentes na Idade Média em profusão (Kropotkin, 2000), não era diferente.

Mas tudo mudou com o aprofundamento do domínio político da Igreja (apoiada por militaristas - nobreza). A partir de então seus ancestrais populares que não quiseram aceitar a “verdade” cristã e se submeter aos ditames do poder real foram tidos como pagãos, bruxas e hereges, sendo interrogados, queimados e enforcados (Hoffner, 1973; Federici, 2017). Esse processo de acabar com a sabedoria popular, comunal, anti-institucional na Europa foi irradiado e deveras ampliado para o resto do mundo sob o nome de colonialismo, imperialismo.

O igrejismo e o militarismo exportaram as trevas “divinas” patriarcais praticadas na Europa, acrescidas de uma maior violência de cunho racista. Sob o domínio europeu nas colônias, o idoso, museu da sabedoria do seu povo, era prontamente descartado. Não interessava aos senhores a garantia da sua vida. Muitas vezes eram jogados ao mar, enforcados ou largados nos porões para a morte. Sua cultura era inclusive considerada um perigo para os propósitos colonizadores. Precisava ser aniquilada, pois um povo sem conhecimento da sua História é mais fácil de ser dominado, subjugado, escravizado.

Hoje, durante a pandemia, a despreocupação com o isolamento social, que se sabe coloca em risco principalmente a vida dos mais velhos, pobres, significa apenas a reedição da lógica colonial casada perfeitamente com o vírus do liberalismo econômico. O idoso tem status de “outro”. É, portanto, uma postura da necrofilia colonialista outrocida que

¹² Outro conceito que nos auxilia a entender a questão é o de “governança social da estética produtiva” (De Moraes, 2018), pois busca representar que, na sociedade capitalista e colonialista, jovens esbeltos e com físico de atleta, são mais valorizados que seu oposto. O idoso enfraquecido fisicamente é considerado por padrões ávidos por produção constante e rápida como não adequado para o trabalho produtivo, resultando no descarte humilhante dos mais velhos.

¹³ Os livros de Kropotkin (1953), Krenak (2019), Kopenawa & Albert (2019), Nascimento (2019), absolutamente na contramão do liberalismo econômico, são lindos exemplos do quanto devemos respeitar nossos idosos.

mata preferencialmente, no Brasil, negros, indígenas, seus descendentes e seus idosos, tidos como párias, descartáveis, improdutivos, gastos da previdência social, que se morrer por uma “gripezinha” não tem problema. Os lemas tipicamente necrofílicos colonialistas outrocidas são: “o Brasil não pode parar” (slogan da campanha midiática que o bolsonarismo tentou emplacar no Brasil) e “isolamento vertical” em contrário à ideia de isolamento social horizontal defendida pela OMS (Organização Mundial de Saúde). Alguns milhares vão morrer, mas...¹⁴, o importante é manter a economia girando para agradar aos bandidos-amigos. É o mesmo pensamento de um general no *front*. Ele sabe que milhares de soldados da linha de frente serão liquidados, porém o importante é ganhar a guerra. A vida desses soldados não tem valor. Quem não pode morrer é o general, o presidente, o bispo, o pastor, o banqueiro, o empresário. O resto... não importa, são os outros. A vida sob o jugo militar tem diferentes valores. Se incluirmos, o fator colonialista, sabemos que algumas outras vidas têm menos valor ainda.

A sorte dos idosos pobres, negros e indígenas é que a Covid-19 não faz distinção de classe social. De tal modo, grande parte da sociedade sensata defende com toda força o confinamento social horizontal com vistas à auto-proteção de idosos brancos e ricos. Não se trata da preocupação real com idosos negros e indígenas. Se fosse o caso, também se rebelariam contra a reforma da previdência, os baixos salários, as discriminações, a falta de um sistema de saúde e de educação públicos e de qualidade, falta de empregos e de salários decentes, o liberalismo econômico que mata todo dia independente de qualquer vírus.

Pelo exposto, está um curso no Brasil a necrofilia colonialista outrocida praticada e/ou apoiada por militaristas, paramilitares, capitalistas, igrejistas, racistas, cujos alvos principais, desde os capitães do mato até os capitães do Planalto, são os bandidos-inimigos (indígenas, negros, pobres e seus idosos).

Nada melhor do que terminar com o Rap indígena trilíngue¹⁵ de Kandu Puri e Kaê Guajajara sobre a pandemia do Novo Coronavírus.

Não foi só a bala que matou meu povo não
Tanta epidemia amontoou mais de uma nação
Um rio de sangue na água cristalina
Até o contato com suas roupas me assassina

¹⁴ A vontade de matar os pobres por parte dos governantes é tamanha que quase coloquei uma palavra “inadequada” para expressar a realidade.

¹⁵ Zeeg'ete, do povo Guajajara do tronco tupi Guarani, e Kwaytikindo, do povo Puri do tronco macro jê.

Andando na minha miséria
 Na mente lapsos de uma velha floresta
 To tipo uma onça rugindo da cela Indígena gritando na favela
 Vendo culturas inteiras sumindo
 A epidemia vem matando
 O maior grupo de risco há mais de 500 anos

Eu tentei, me isolei
 E sempre ficam nessa de querer fazer contato
 Nume'e kwaw hehe, a'e rupi nuexak kwaw
 ima'eahy haw
 (Ele não viu ele, por isso não viu sua doença)

Nuvem de doença que contagia
 Causando falência múltipla de órgãos
 Eu tava na mata vem e me mata numa
 Falência múltipla de povos
 Vi um parente indo se lavar
 Num grande rio de lama tóxica
 Prevenir ou se contaminar
 Isso é uma guerra biológica
 E tu que nunca foi de banho
 Tá aprendendo a lavar a mão
 Vai, compra tudo de álcool em gel
 Olha pra tua poluição

Ah ando ure day gran txori i pa omi xute txahé
 Kapuna prika i ambo nam ah ando heta kran
 Ah ando hon upolatxa-ma tigagika tangweta
 Ah ando hon upolatxa-ma i ne pa kwandom-na

(eu corri nessa mata para ter um bem viver
 tiros para morrer. eu escapei. eu estive escondido igual sombra. eu estive escondido para não ter
 doença)

Não foi só a bala que matou meu povo não
 Tanta epidemia amontoou mais de uma nação
 um rio de sangue na água cristalina
 Até o contato com suas roupas me assassina

Como a varíola
 Como a gripe
 Tantas que o tamui suportou
 Ninguém solta a mão de ninguém
 Ainda bem que ninguém segurou

Amo teko uzeeng ihewe hekepe
 (Alguém está falando comigo no sonho)
 Akizezo mae wi nehe
 (Não tenha medo das coisas)
 Epita me nerápuz pupe
 (Fica em casa)

Ah ando hon upolatxa-ma tigagika tangweta
 Ah ando hon upolatxa-ma i ne pa kwandom-na

Letra: Kandu Puri e Kaê Guajajara

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict (1991). Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática.
- BAKUNIN, M. (2000). Deus e o Estado. São Paulo: Imaginário.
- CÉSAIRE, Aimé (2010). Discurso sobre o colonialismo. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- CHOMSKY, Noam (1998). Profit over people – neoliberalism and global order. New York: Seven Stories Press.
- DAVIS, Angela (2016). Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo.
- DE MORAES, Wallace. Governados por quem? Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2019, 2. Ed.
- _____. Governados por quem? Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Curitiba: Prismas, 2018, 1. Ed..
- _____. (2020) É hora de abandonar o vírus do liberalismo econômico. Le Monde Diplomatique - Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/e-hora-de-abandonar-o-virus-do-liberalismo-economico/>
- DUPUIS-DÉRI, F. (2019). Quem tem medo do povo? o debate entre ágorafobia política e ágorafilia política. *Revista Estudos Libertários*, 1(1), 9-35.
in <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/24084>
- FANON, Frantz (1968) Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- FEDERICI, Silvia (2017) Calibã e a bruxa – mulheres corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante.
- HAN, Byung-Chul (2017). Agonia do Eros. Petrópolis: Vozes.
- HOBASBAWM, Eric (1998). A Era dos Extremos. São Paulo: Cia das letras.
- HOFFNER, Joseph (1973). Colonialismo e evangelho: ética do colonialismo espanhol no Século de Ouro. São Paulo: Editora da USP.
- HOOKS, Bell (2019). Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante.

PURI, Kandu & GUAJAJARA Kaê (2020)

<https://www.youtube.com/watch?v=3NmY2F61GY8&feature=youtu.be>

KILOMBA, Grada (2019). Memórias da plantação. Rio de Janeiro: Cobogó.

ERVIN, Lorenzo Kom'Boa (2015). Anarquismo e Revolução Negra e outros textos de anarquismo negro. São Paulo: Sunguilar.

KOPENAWA, Davi & ALBERT; Bruce (2019). A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras.

KRENAK, Ailton (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras.

KROPOTKIN, P. (2005), *Palavras de um revoltado*. São Paulo: editora Imaginário.

_____ (1975), *A Conquista do Pão*. Lisboa: Guimarães editores. pp. 19-114.

_____ (2009) *Ajuda Mútua: um fator da evolução*. São Sebastião: A Senhora editora.

_____ (2000) *O Estado e seu papel histórico*. São Paulo: editora Imaginário.

LOSURDO, Domenico (2006). *Contra-História do Liberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras.

MBAH, Sam & IGARIWEY, I. E. (2019). *Anarquismo africano – a história de um movimento*. Rio de Janeiro: Rizoma.

MBEMBE, Achile (2018). *Necropolítica – biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N1 edições.

_____ (2019). *Sair da grande noite – ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis: Vozes.

MORRISON, Toni. (2019). *A origem dos outros – seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.

MUNDURUKU, Daniel (2009). *O Banquete dos deuses*. São Paulo: Global.

NASCIMENTO, Abdias (2019). *O Quilombismo*. São Paulo: editora Perspectiva.

PROUDHON, Pierre Joseph (1977). *O que é a propriedade*. Lisboa: Editorial Estampa.

RAMOSE. M. B. (2011) *Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana*. Ensaios Filosóficos, Volume IV

DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA À EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Ana Paula Massadar Morel

Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ
Professora adjunta da Faculdade de Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui Mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e graduação em Ciências Sociais também pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resumo: O avanço da pandemia do coronavírus traz a urgência em pensar a saúde na relação com aspectos sociais e educativos. Considerando que todo trabalho em saúde está permeado pela tensão entre diferentes concepções de educação em saúde, buscamos contrapor a concepção da “educação sanitária” da “educação popular em saúde”, analisando as relações estabelecidas por ambas com a população trabalhadora mais vulnerável. Destacamos a importância da educação popular que possibilita incentivar na área da saúde o diálogo, o compromisso com a transformação social e o protagonismo dos oprimidos. Por fim, destacamos a importância que os movimentos de favela têm tido para combater o avanço do coronavírus.

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde; Coronavírus; Movimentos populares.

Abstract : The coronavirus pandemic's progress brings the urgency of thinking health related to social and educational aspects. Considering that all health work is permeated by the tension between different conceptions of health education, we seek to contrast the concept of "health education" from "popular education in health", analyzing the relations established from both with the most vulnerable working population. We highlight the importance of popular education which allows encouraging in the health area the discussion, and the commitment with the social transformation and the oppressed group's protagonism. At last, we highlight the importance of favela movements that have been fighting against the coronavirus's progress.

Keywords: Popular Education on Health; Coronavirus; Popular movements.

O avanço da pandemia do coronavírus traz a urgência de se pensar a saúde na relação com os aspectos educativos e sociais. Vemos o crescimento de um discurso obscurantista que nega tanto a gravidade da doença, quanto a importância dos cuidados para combatê-la. Esse discurso, recorrentemente reproduzido pelo presidente, busca tirar qualquer responsabilidade coletiva de cuidado com as pessoas mais vulneráveis, pois os que supostamente não estão em grupo de risco não precisam ter nenhum cuidado com a saúde e os que estão em grupo de risco devem ser cuidados somente pelas suas próprias famílias¹⁶. Junto disso vemos o discurso bastante comum nas políticas de saúde de que somente as mudanças de hábitos individuais podem parar o avanço do vírus - aprofundaremos tal discurso mais à frente. Ambos discursos desconsideram como a atenção às questões sociais são fundamentais para barrar o avanço da pandemia em um país tão desigual como o Brasil. Diante disso, buscaremos recuperar a dimensão pedagógica e política que há em todo trabalho em saúde para abrir debate sobre as seguintes questões: Como tem se estabelecido a educação em saúde no Brasil? Como pensar saúde para além dos aspectos biomédicos no contexto da pandemia do coronavírus? Como buscar resistir ao coronavírus em uma perspectiva coletiva?

A educação em saúde é um dos principais pilares das políticas públicas em saúde no Brasil desde sua consolidação no início do século XX. O Departamento Nacional de Saúde Pública, fundado em 1920, coloca a propaganda e a educação como estratégias importantes principalmente para enfrentar as epidemias e transmitir “hábitos higiênicos” para a população. Como argumentam Araújo & Cardoso (2007), essa concepção específica de educação em saúde está relacionada aos avanços da parasitologia e bacteriologia, que identificavam “um” agente causador para cada doença, apontavam formas específicas de transmissão (e controle) das mesmas, deslocando o foco do meio-ambiente para os indivíduos. Com esse deslocamento, a educação ganha destaque, pois através dela seria possível corrigir os hábitos individuais da população tidos como

¹⁶ Sobre isso destacamos a fala do Presidente Jair Bolsonaro: “Cada família cuidará de seu idoso” “Pô, cara, você quer que eu faça o quê? Eu tenho poder de pegar cada idoso lá e levar para um lugar e ‘ó, fica aí, tá aqui uma pessoa para te tratar”? É a família dele que tem que cuidar dele em primeiro lugar, rapaz. O povo tem que deixar de deixar tudo nas costas do poder público. Aqui não é uma ditadura, aqui é uma democracia. A família em primeiro lugar. Este foi o discurso que me elegeu, inclusive. Os responsáveis pela minha mãe de 92 anos são seus meia dúzia de filhos. Nós que somos responsáveis pela minha mãe no momento. Em último lugar, se não tiver ninguém, daí coloca num asilo, o Estado, seja quem for” Retirado de <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/03/25/bolsonaro-falei-por-alto-com-mandetta-e-determinacao-vai-ser-isolamento-vertical.ghtml>

prejudiciais à saúde. Nesse momento, se desenha a concepção de educação em saúde que seria predominante até os dias de hoje: a educação sanitária.

A educação sanitária entende que doença é um fenômeno exclusivamente biológico que ocorre na interação do ser humano com a natureza. Nesse sentido, acabar com as doenças significava limpar as cidades e higienizar as pessoas: acabar com as situações em que os micro-organismos nocivos ao corpo humano podiam se desenvolver. As ações educativas eram fundamentais, pois com elas era possível convencer as pessoas a aceitarem e participarem do controle das doenças, por meio de medidas preventivas, de profilaxia e de autocuidado, e da mudança dos hábitos e comportamentos. Foi assim que a educação sanitária se constituiu como uma forma de controle e ordenamento social, ancorada no pressuposto de que a ignorância era a principal causa das doenças (Nespoli, 2016). Essa “ignorância” a grande maioria das vezes é associada à população mais pobre, que adoeceria simplesmente por não conhecer os hábitos adequados à boa saúde. Assim, são deixados de lado uma série de fatores sociais que influenciam no processo saúde-doença, como acesso à saneamento básico, boas condições de moradia, trabalho, etc. A educação sanitária baseada em uma prática verticalizada prescreve uma série de hábitos sem considerar quais são as condições concretas para que os trabalhadores realizem isto. Durma 8 horas! Faça exercício todos os dias! Alimente-se de 3 em 3 horas! São algumas das prescrições mais conhecidas na área da saúde e mais difíceis de serem cumpridas pela maioria dos trabalhadores, não necessariamente por uma falta de vontade individual, mas porque as condições concretas de precarização do trabalho não permitem. Quando a maioria dos trabalhadores não consegue colocar em prática as prescrições da saúde são novamente taxados de ignorantes e são culpabilizados pelas próprias condições das quais são vítimas. Trata-se de acusar os pais de um filho desidratado por não oferecerem os cuidados necessários ao filho, em locais com problemas de abastecimento de água, por exemplo.

No caso atual do avanço da pandemia do coronavírus no Brasil, notamos como em diversos momentos a educação sanitária se faz presente. Nos meios de comunicação, nas políticas oficiais vemos como prescrições são repetidas sem uma preocupação com as condições concretas que a maioria da população tem de coloca-las em prática. “Faça quarentena! Em caso de aparecimento dos sintomas, fique isolado! Use álcool em gel! Lave as mãos várias vezes ao dia!” São algumas das máximas repetidas. Sem querer minimizar a importância das atitudes que devem ser tomadas diante do avanço dessa preocupante pandemia mundial, mas justamente para que elas possam dialogar e servir

ao interesse dos trabalhadores, cabe analisar quais as condições sociais para que os cuidados em saúde possam ser colocados em prática. A ideia é deslocar a noção de trabalho em saúde como restrito aos hábitos individuais compreendendo que saúde também é sociedade.

Condições sociais para os cuidados em saúde

Gostaríamos de abordar alguns dos principais fatores sociais que trazem maiores limitações e desafios para o combate ao coronavírus. O primeiro deles são as condições de habitação. Sabemos que o coronavírus é transmitido através do contato físico, superfícies contaminadas e contato pelo ar com gotículas de saliva, espirros. Diante disso um dos cuidados propostos é a quarentena. Temos como foco a realidade das favelas nas grandes cidades que por serem locais mais populosos trazem maiores desafios para colocar em prática os cuidados propostos. Para tomar como exemplo o caso do Rio de Janeiro, cidade no Brasil onde há mais pessoas vivendo em favelas, segundo o último censo do IBGE (2010), são 1,4 milhão de moradores de favela. A habitação nas favelas é de uma densidade demográfica muito maior do que em outras áreas da cidade. Segundo dados do Observatório Sebrae¹⁷, a densidade demográfica geral do Rio de Janeiro é de 5.161 habitantes/km², a das duas maiores favelas, Rocinha e Complexo da Maré, é de respectivamente 48.258 hab/km² e 32.552 hab/km². Poucos cômodos, muita gente morando próxima, são fatores que colocam mais dificuldade em permanecer muitos dias sem sair de casa (ainda mais quando há uma ou mais crianças habitando na casa). Como dito por Gizele Martins, comunicadora popular da Favela da Maré: “A favela é um grande aglomerado de casas, muitas casas sem janela, outras sem chances de ventilação alguma, com poucos cômodos - isso impossibilita seguir a recomendação: manter a distância de um metro ou mais entre as pessoas.”¹⁸ Isso para não falar dos casos mais extremos, em que uma pessoa apresente sintomas da doença, mas que não esteja em estado tão grave para ir ao hospital, já que a recomendação é somente ir ao hospital em caso de febre e dificuldade respiratória, mas que deva ficar isolada para evitar a transmissão da doença.

¹⁷ Retirado de: <https://datalabe.org/junto-e-misturado-isolamento-e-quarentena-sao-possiveis-nas-favelas/>

¹⁸ Retirado de: <https://www.brasilefatorj.com.br/2020/03/19/artigo-coronavirus-pelo-direito-de-lavar-as-maos-nas-favelas?fbclid=IwAR3fQQ6D-CzV5ywfBv31NO2D-C2As1kxOTY-Y1fDM4J5mttOzXURWwzkFS0>

Entretanto, como ficar isolado em uma casa de um cômodo? Colocar em prática a recomendação da quarentena e isolamento em locais com condições de moradia como das favelas não depende simplesmente de uma escolha individual.

Outro ponto importante, é a falta d'água constante. São muitas as favelas e bairros periféricos que sofrem com a constante falta de abastecimento. Segundo dados do IBGE de 2018, 31,1 milhões de brasileiros não tem acesso a água fornecida por meio da rede geral de abastecimento. Como lavar as mãos se não há água na torneira? A outra recomendação seria o uso de álcool em gel, entretanto este é um produto caro e cada vez mais difícil de ser encontrado.

O acesso aos serviços de saúde também deve ser mencionado. Com a Emenda do teto de gastos (EC 95) que congela gastos públicos por 20 anos desde sua promulgação em 2016, o Sistema Único de Saúde (SUS) sofreu cortes de cerca de 20 bilhões de reais. No caso do Rio de Janeiro, a atenção básica gerida pelo município que atende principalmente os locais mais pobres vem passando por uma enorme crise desde o ano passado. Muitos trabalhadores da saúde foram demitidos e clínicas de saúde da família foram fechadas.

A questão do trabalho não fica de fora. De acordo com os dados do IBGE publicados neste ano, o número de trabalhadores informais chegou a 41,1%. Ou seja, quase metade da população brasileira não tem direitos trabalhistas e pode ficar sem renda se não sair de casa. Muitos que tentam seguir trabalhando acabam utilizando transporte público que é outra forma de contaminação. Camelôs, trabalhadores de aplicativo, diaristas são alguns dos trabalhadores mais vulneráveis que estão dentro dessa imensa massa de trabalhadores informais. Tal constatação não nos leva a afirmar a falsa dicotomia que tem se colocado pelo discurso conservador de que devemos escolher entre a “economia” e os cuidados de prevenção contra o coronavírus. Pelo contrário, a ideia é justamente considerar a realidade dos trabalhadores, identificando áreas mais vulneráveis, para pensar em caminhos que possibilitem mais cuidados e ações, principalmente, onde a pandemia pode causar mais estragos.

Educação Popular em Saúde e movimentos de favela

Percebemos como os fatores elencados trazem a urgência de se considerar a dimensão social no combate ao coronavírus. Diante disso, gostaríamos de resgatar uma das principais concepções/movimentos que tem trazido esse debate para o âmbito da

saúde: a Educação Popular em Saúde (EPS). A EPS ganha força na década 1960 e 1970 ligada aos movimentos de educação popular. No contexto de extremo autoritarismo da ditadura militar, os movimentos sociais criaram novas formas de resistência que não passavam pelo Estado, mas apostavam principalmente na autonomia e na participação popular. Tendo como importante referência os escritos de Paulo Freire, a educação popular traz um forte questionamento para as bases da educação sanitária. Sobre a influência de Paulo Freire na educação em saúde comenta Nespoli (2016: 50):

O trabalho de Paulo Freire foi muito importante para reforçar que os problemas sociais são resultado da divisão da sociedade em classes, divisão própria do capitalismo que permite que aqueles que detêm os meios de produção (e a riqueza) exerçam o poder político sobre a classe trabalhadora. Para Paulo Freire, a educação não deve estar a serviço da elite, ao contrário, deve ser uma forma de politizar a classe trabalhadora (ou as classes populares) para lutar por seus direitos e para buscar caminhos para a superação da desigualdade social e exploração humana. Na perspectiva de Paulo Freire, a educação sanitária é uma forma do que ele chamou de educação bancária, uma educação que acontece de modo unilateral, por meio da transferência de conhecimento ou conteúdo; uma concepção que pressupõe o educando como um recipiente vazio que precisa ser preenchido.

Muitos profissionais e movimentos ligados à saúde trouxeram os questionamentos da educação popular para a área da saúde, criando o que hoje ficou conhecido como Educação Popular em Saúde. A EPS influencia a própria proposta do SUS na década de 80, estando muito ligada ao movimento da Reforma Sanitária, que entenda saúde como um direito relacionado à uma série de outros direitos (moradia, trabalho, transporte, etc). Procurando superar o fosso, muitas vezes presente, entre as práticas dos profissionais de saúde e a vida das classes populares, a EPS visa contribuir, dentre outros aspectos, para a formação de sujeitos políticos envolvidos na luta pela saúde, em seu conceito ampliado, o que está diretamente vinculado à luta por melhores condições de vida da população. A EPS se constitui com base em princípios como: diálogo, emancipação, respeito aos saberes populares e indígenas, compromisso com projeto de transformação social popular e democrático. Mais do que um método ou uma atribuição do trabalho em saúde, a EPS se constitui como uma visão de mundo voltada para a transformação do setor saúde e da sociedade.

É importante destacar como o desenvolvimento da educação popular ocorre indissociado do crescimento do “Movimento de Educação Popular”. Não é uma concepção dissociada das práticas coletivas e populares, mas se funda a partir delas:

É no interior do “Movimento de Educação Popular”, que acontece no interior do “movimento político e sociocultural mais amplo”, que vai sendo formulada a “concepção de Educação Popular” e esse mesmo Movimento também se constituía como formador, porque propiciava, na dinâmica política e organizativa dos diferentes movimentos sociais, a vivência concreta de outro modo de relações sociais e de compreensão da realidade. (Paludo, 2015:226)

Voltando ao contexto de avanço da pandemia do coronavírus, parece fundamental recuperar os princípios da EPS, do diálogo, das considerações das desigualdades sociais, do protagonismo dos movimentos populares, para pensar as ações em saúde. Nesse sentido, gostaríamos de ressaltar a importância que diversos movimentos de favela têm tido na luta contra o coronavírus. Na favela da Maré, que já foi mencionada aqui, o papel dos coletivos de comunicação popular tem sido fundamental. Os comunicadores e comunicadoras da Maré dos coletivos MARÉ Vive, MARÉ 0800 e AmarÉvê estão fazendo uma grande mobilização na região. Em texto divulgado na internet¹⁹, os coletivos afirmam estabelecer um diálogo com os moradores considerando aspectos das condições sociais da vida na favela (alguns desses fatores já mencionados aqui):

A comunicação comunitária é uma ferramenta fundamental para informar os e as moradoras de favelas sobre os riscos da pandemia do coronavírus. Afinal, nem todos e todas têm acesso aos grandes veículos de comunicação, acesso à leitura, internet... **Entendemos também que a forma com que os governantes informam sobre os riscos não considera nós da favela:** como lavar as mãos se não temos água? Como evitar aglomerações se moramos em pequenos cômodos? Como não ir trabalhar, se trabalhamos para comer? (grifo meu) (Coletivos Maré, 2020: 1)

A crítica dos comunicadores da Maré é justamente uma crítica à concepção hegemônica da educação sanitária que acaba sendo elitista e excludente pois não considera as condições sociais dos moradores de favela. Diante disso, o movimento se organiza através de uma série de ações que buscam pensar os cuidados em saúde a partir da realidade da favela da Maré:

Por isso, precisamos falar, informar, comunicar a todos os públicos da nossa favela sobre **os cuidados de acordo com a nossa realidade**. Já iniciamos as ações do nosso plano de comunicação: gravamos áudios para as rádios postes e rádios comunitárias, alugamos carros de som para circular nas ruas, imprimimos e distribuimos cartazes em

¹⁹ Para ter acesso à carta: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/complexo-da-mare-contra-o-coronavirus>

igrejas, bares, todo o comércio, associações e instituições, produzimos faixas em locais de grande circulação, além de cards e vídeos com profissionais de saúde local para as redes sociais. (grifo meu) (Coletivos Maré, 2020: 1)

A partir dessa iniciativa surgiu a campanha “Coronavírus na Favela” que em diálogo com movimentos, lideranças comunitárias e profissionais de saúde impulsionou ações em diversas favelas do Rio de Janeiro. Para mencionarmos algumas, no Complexo do Alemão, foi formado um “gabinete da crise” composto por vários movimentos da região. Um deles é o Coletivo Papo Reto que além de obter doações para moradores tem usado o Funk como forma de dialogar e cativar os moradores: “Tá ligado no coronavírus? Deixa eu te passar a visão. Essa doença triste que afetou nosso mundão. Vamos ter consciência e fazer toda a prevenção para nossa comunidade.”²⁰ Em Vila Kennedy, o “gabinete da crise” reúne além de lideranças comunitárias e religiosas, agentes comunitários de saúde (ACS). Esses últimos profissionais são fundamentais também para pensarmos as ações em saúde na perspectiva da EPS.

Os agentes comunitários de saúde são profissionais da Atenção Básica do SUS que moram no local onde trabalham. Por conhecerem bem a realidade dos moradores da região, a cultura local e condições de vida, podem promover na equipe de saúde a ampliação das discussões sobre a saúde da comunidade para além do âmbito puramente biológico. Em sua origem, o trabalho do ACS se constitui nas experiências de educação popular junto à diversos espaços de mobilização comunitária. Os ACS’s conhecem as condições sociais e necessidades dos espaços onde vivem e trabalham, podendo trazer essas demandas para o SUS, incentivando o protagonismo dos movimentos populares.

Conclusões

Ao analisar os fatores que influenciam no combate ao coronavírus vemos como é fundamental discutir quais as concepções de educação em saúde estão em jogo. A EPS nos permite trazer para o debate em saúde a questão das condições sociais desiguais. Ao invés de tratar os trabalhadores como ignorantes e culpados, defende o protagonismo dos oprimidos. A EPS traz a urgência de lutarmos junto aos movimentos populares pelo abastecimento de água para todos, por uma renda mínima (maior que o salário mínimo)

²⁰ Retirado de: <https://extra.globo.com/noticias/rio/coronavirus-comunidades-criam-gabinetes-de-crise-usam-funk-para-ajudar-na-prevencao-24321336.html>

para que os trabalhadores informais possam se sustentar e fazer a quarentena durante a crise, por melhores condições de moradia. Lutarmos por maiores investimentos no SUS e pela valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e da Atenção Básica que possibilitam diálogo e atuação com a população mais vulnerável. Lutarmos pelo fim das desigualdades como forma de garantir efetivamente o direito à saúde.

Bibliografia

Araújo, IS & Cardoso, JM. Comunicação e saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007

Coletivos Maré. Complexo da Maré contra o coronavírus
<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/complexo-da-mare-contra-o-coronavirus>. Acesso em: 28/03/2020

Nespoli, G. Da educação sanitária à educação popular em saúde. p. 47-51; In: Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde: textos de apoio / Organização de Vera Joana Bornstein. [et al.]. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2016.

Paludo, C. Educação Popular como resistência e emancipação humana. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago, 2015

FEDERALISMO, AJUDA MÚTUA E AS LIÇÕES LIBERTÁRIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Guilherme Xavier de Santana

Doutorando em História Comparada no Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-IH-UFRJ); membro-pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL); Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ). Professor da rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

Hannah da Cunha Tenório Cavalcanti

Doutoranda no Programa de Memória Social da UNIRIO (PPGMS-UNIRIO). Mestre pelo Programa de Memória Social da UNIRIO (PPGMS-UNIRIO); Graduada em História pela PUC-MG

Resumo: O presente artigo busca estabelecer uma relação teórica e prática entre alguns princípios libertários ao longo da história com as ações de resistência de coletivos e militantes autônomos em periferias e favelas do Rio de Janeiro no combate a pandemia do novo coronavírus em 2020. Discutimos assim à luz dessas práticas conceitos como federalismo e ajuda mútua, compreendendo a importância da auto-organização popular frente à violência de Estado.

Abstract: This article seeks to establish a theoretical and practical relationship between some libertarian principles throughout history with the resistance actions of autonomous groups and militants in Rio de Janeiro's peripheries and slums in combating the pandemic of the new coronavirus in 2020. We discuss this in light from these practices concepts such as federalism and mutual aid, understanding the importance of popular self-organization in the face of state violence.

Introdução

Ao longo do século XIX, com o avanço da urbanização e do modo de produção capitalista, a configuração social de todo o mundo mudou. No continente europeu isso teve reverberações que até hoje construíram transformações profundas e mudanças de paradigmas na dinâmica social, política e econômica.

Pode-se dizer que as primeiras formas de luta da classe trabalhadora operária que foram sistematizadas teoricamente a partir de uma análise profunda das transformações que ocorriam nos meios urbanos dos países europeus afetados foram também discutidas, trabalhadas e divulgadas no século XIX. Dentre esses teóricos alguns se destacaram, como o francês militante, tipógrafo e um dos precursores do anarquismo Pierre Joseph Proudhon (1809-1865). Uma das principais contribuições teóricas de Proudhon foi sistematizar conceitos como o de federalismo.

Em uma fase posterior outros autores e autoras do campo libertário se destacaram, dentre eles o geógrafo russo Piotr Kropotkin (1842-1921). O intelectual também contribuiu de forma a se marcar tanto na prática quanto teoricamente, e estabeleceu em sua obra alguns paradigmas importantes para se trabalhar no presente trabalho como a noção teórica e prática de ajuda mútua.

O intuito desse trabalho é estabelecer uma relação desses conceitos e práticas ligados a tradição política anarquista com as situações de resistência, mobilização popular e comunitária, realizada por militantes e coletivos autônomos em periferias e favelas do Rio de Janeiro para evitar que a pandemia do COVID-19 se alastre causando fome e mortes na população mais pobre historicamente mais explorada em nosso país.

Sobre o Federalismo Libertário

Em 1863 o já citado militante e anarquista francês P.J. Proudhon lança um livro que se tornou central em sua trajetória: “Do princípio federativo”. Nessa obra o autor busca fundamentar as bases do que até podemos chamar de federalismo libertário, ou somente federalismo.

O intelectual francês buscou analisar as organizações de trabalhadores que existiam na França e estavam se mobilizando naquele período histórico contra os patrões. Essas coletividades seriam os primeiros sindicatos.

Os sindicatos naquela época e durante muitas décadas se organizavam de forma descentralizada, a partir dos locais de trabalho, independente do ofício do qual os

indivíduos exerciam. Essas organizações de trabalhadores a partir de sua moradia e onde exercia suas funções laborais eram chamadas de federações de trabalhadores.

Proudhon foi o primeiro a tentar teorizar essas organizações, observando e atuando junto a tais sindicatos locais. Segundo o filósofo francês a ordem política se baseia em dois princípios contrários: ordem e liberdade. O federalismo (e as demais formas de governo também), enquanto instância de poder, busca o equilíbrio dessa forma de exercer a autoridade por meio de uma liberdade, e vice-versa, construindo uma dialética.

No trecho abaixo, o autor elucida um pouco essa dicotomia:

A autoridade não aparece em toda a sua estatura senão na coletividade social: conseqüentemente não pode exprimir-se, agir, senão pela própria coletividade ou por um elemento que a personifique; identicamente, a liberdade não é perfeita senão quando é garantida a todos, seja por todos terem lugar no governo, seja por o cargo não ter sido subtraído a ninguém (Proudhon, 2001: 55-56).

Avançando, podemos dizer a partir dos postulados teóricos do anarquista francês que o federalismo começa a se consolidar e efetivar quando uma ou mais comunas, ou mais grupos de comunas, obrigam-se recíproca e igualmente em relação aos outros para um ou mais objetos particulares, cuja carga incumbe em especial aos delegados²¹ da federação (Proudhon, 2001).

Proudhon ainda deixa bem claro em seus escritos e analisados a partir da prática da organização dos primeiros sindicatos europeus que na federação a centralização política é limitada a certos momentos, ou seja, ela é pontual e de acordo com um contexto específico. No Estado essa centralização é universalizada, e praticamente todas as tomadas de decisões partem do que chamamos “de cima para baixo”. Logo, reforçando a ideia de que as imposições políticas partem do Estado (e suas instituições) para os indivíduos e grupos sociais num geral.

Berthier reforça conceitualmente e na prática o federalismo defendido por Proudhon da seguinte forma:

(...) o federalismo é um modo de organização no qual cada instância constitutiva do organograma é autônoma no que diz respeito às questões que a concernem diretamente, e que delega, por intermédio de um ou

²¹ Delegados seriam uma espécie de cargos momentâneos, escolhidos por meio de uma democracia direta e de base, para transmitir em algum fórum maior e externo a comuna o que teria decidido internamente na federação do delegado da vez. Importante que na maioria dos casos esses cargos de delegados são revogados a qualquer momento em coletivos, federações e movimentos sociais que se pautam pelo federalismo.

vários representantes designados, uma parcela de sua soberania nas instâncias superiores do organograma para as questões que ultrapassam seu próprio campo de intervenção. Não há, portanto, nem captação de todo poder pelo cume (centralismo), nem atomização do poder (autonomismo) (Berthier, 2016: 31-32)..

Discorreremos um pouco sobre a noção teórica e prática de ajuda mútua a seguir para contribuir nas reflexões.

Sobre Ajuda Mútua

O geógrafo, militante e anarquista russo Piotr Kropotkin foi e continua sendo um dos intelectuais do campo libertário mais importantes, com obras fundamentais e que são basilares pra entender a história e os princípios dessa filosofia política. Dentre essas publicações destacaremos o livro “Ajuda Mútua: um fator de evolução” (2009) no presente trabalho.

Kropotkin busca desenvolver a ideia de ajuda mútua como um ponto de contraponto ao darwinismo social e o pensamento liberal como um todo, que na Europa da segunda metade do século XIX era extremamente difundido como prática política de alguns governos imperialistas, além de ser ratificado cientificamente por intelectuais desses mesmos países.

Se no pensamento liberal a ideia de individualismo e meritocracia justificava as ações políticas e “evolução” da espécie humana ao longo da história, tendo, como por exemplo, o capitalismo como uma fase fundamental desse avanço, o anarquista russo entendia que ao invés da competição entre os seres sobrevivessem, o que fez com que a humanidade – e outras espécies também – foram aspectos como a cooperação e o apoio entre os indivíduos e grupos sociais em geral.

Cabe ressaltar também que o autor escreveu a obra “Ajuda Mútua” no fim do século XIX e a questão do evolucionismo estava extremamente em pauta, além do diálogo que ele estava buscando estabelecer com teóricos e correntes de pensamento do seu tempo. Acreditamos ser importante alertar e apontar esse aspecto.

Daí é relevante dizer o contexto e explicar o porquê de sua tese utilizar exemplos da ciência da natureza como animais (aves de rapina, felinos, macacos, roedores, etc.) e traça uma linha histórica e evolutiva do ser humano, pegando dos chamados “homens das cavernas” até a contemporaneidade com o avanço da industrialização e do sistema

capitalista num geral, passando por outros períodos como a Idade Média, por exemplo. Kropotkin entende que em todos esses exemplos a ajuda mútua foi preponderante para a sobrevivência e na construção de lutas coletivas em geral, como nas organizações dos sindicatos e movimentos sociais.

Nas palavras do anarquista russo,

A tendência do ser humano à ajuda mútua tem uma origem tão remota e está tão profundamente entrelaçada à toda a evolução de nossa espécie que foi conservada por esta até o presente, apesar de todas as vicissitudes da História. Evoluiu principalmente durante períodos de paz e prosperidade; mas, quando as grandes calamidades assolavam os homens – países inteiros devastados por guerras e populações inteiras dizimadas pela miséria, ou sob o jugo da tirania -, essa mesma tendência continuou existindo nas aldeias e entre as classes mais pobres das cidades; continuou unindo e, com o passar do tempo, chegou até a reagir contra minorias dominantes, guerreiras e devastadoras que a desprezavam como sentimentalismo barato. E toda vez que a humanidade teve de construir uma nova organização social, adaptada a uma nova fase de desenvolvimento, seu gênio construtivo sempre tirou os elementos e a inspiração para o recomeço dessa mesma tendência perene (Kropotkin, 2009: 179).

Buscaremos trazer essa reflexão de Kropotkin sobre a ajuda mútua como um fator de cooperação na luta por sobrevivência ao longo da história e a forma como coletivos e militantes autônomos de periferias e favelas do Rio de Janeiro estão buscando não só evitar o contágio pessoal, familiar e de pessoas próximas, mas esclarecer para a população que sempre foi carente de direitos e recursos básicos desde sempre do perigo que a pandemia do coronavírus tem causado em todo o mundo, e pode ocasionar uma tragédia social nessas comunidades.

A seguir iremos contextualizar um pouco do histórico das ocupações de favelas na história e algumas de suas características gerais segundo estudos.

Contextualizando a realidade social e histórica das favelas no Rio de Janeiro

Há estudos e relatos históricos dizendo que a ocupação de encostas e morros na cidade do Rio de Janeiro tiveram se intensificaram na virada do século XIX para o século XX. Porém, o primeiro registro de uma favela que se tem notícia foi no recenseamento de 1920, que documentou uma aglomeração de 839 casas aonde é o atual Morro da Providência, organizado por veteranos da Guerra de Canudos (Perlman, 1977).

Diversos fatores servem para analisar o fenômeno da favelização, como por exemplo o avanço intenso e em tempo reduzido da urbanização em países como o Brasil e parte da América Latina, as primeiras expulsões de famílias da região centro-sul da cidade, além da grande onda migratória principalmente para Rio de Janeiro e São Paulo já na segunda metade do século XX. No Rio de Janeiro, a primeira reforma urbana ocorrida no início do século XX, sob o governo de Rodrigues Alves e Pereira Passos, foi marcada pelas remoções dos cortiços da região central, e tal prática viria a ser retomada por vários outros governos posteriores, acelerando o processo de segregação territorial da cidade.

Há uma vasta bibliografia que retrata historicamente como as favelas foram tratadas como um problema social, principalmente a partir do Estado Novo do governo de Getúlio Vargas (Perlman, 1977; Valladares, 2000; Lima, 2014; Gonçalves; Amoroso, 2014) e podemos dizer que até hoje as instituições do Estado negligenciam, marginalizam e criminalizam a população de favelas com relação a ações e políticas públicas efetivas para os moradores dessas localidades.

Lima (2014) ressalta que “a assistência que o Estado presta aos favelados, por exemplo, não está direcionada ao pobre, mas ao que a pobreza pode gerar ao restante da população”. E ao recorrer à história a autora demonstra que,

A chegada dos anos 1930 é o momento em que o controle social se expande. Seja através da ordem ou da desordem das classes populares, o que se confirma é que a preocupação se volta para os trabalhadores como ponto de partida para se solucionar os problemas sociais (Lima, 2014).

Dito isso, com o passar das décadas e a partir dos estudos de Perlman (1977) já se confirma que em 1970 a população que viviam em favelas já era de 32% do total da população carioca (cerca de um milhão de pessoas).

Os primeiros barracos e/ou moradias irregulares nas encostas dos morros do Rio de Janeiro foram iniciativas única e exclusivamente de pessoas pobres, expulsas de suas moradias originais ou migrantes principalmente das regiões Norte e Nordeste do país, diante da ausência do direito a moradia. Alguns autores, como Maricato (1979) chamam tais ações coletivas de autoconstrução.

A autoconstrução, o mutirão, a auto-ajuda, a ajuda mútua são termos usados para designar um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se portanto das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho.” (Maricato, 1979: 71).

Cabe atentar aqui não cair em aspectos negativos do senso comum e que acabam por reproduzir aspectos homogêneos nas análises que buscam estudar a realidade das construções sociais e históricas em diversas favelas do Rio de Janeiro e periferias do país que possuem uma pluralidade considerável.

A respeito disso, Santiago (2016) mostra que

Ignora-se que além de ocupar diferentes espaços geográficos, diversas são as características que fazem com que a favela não seja um espaço homogêneo, como as diferenças entre seus milhares de moradores e a forma como esses espaços estão organizados fisicamente e culturalmente, por exemplo (Santiago, 2016: 52)

Ao analisar de forma mais ampliada e buscando aspectos que são clássicos a respeito da representação da favela nos estudos, Santiago (2016) indaga da seguinte forma:

(...) esse olhar para a favela, focado na ausência, embora seja um ponto de vista negativo, assumiu importância para a definição das demandas e reivindicações da população desses locais – principalmente no que diz respeito às obras de infraestrutura. E foi a crescente organização popular, que se manifestou em diferentes momentos e maneiras, que, aos poucos, permitiu uma ampliação do acesso de forma mais regular aos serviços de água, esgoto e iluminação, por exemplo. Houve avanço também na construção de escolas, creches e postos de saúde, reivindicações que implicam diretamente na melhoria de vida dos moradores (Santiago, 2016: 52-53).

Iremos ao longo do próximo tópico do artigo avançar e conectar a luta contra a pandemia em 2020 com os conceitos e práticas libertárias ligadas a autores do campo anarquista.

A organização nas periferias: Federalismo, Ajuda Mútua e a luta pela sobrevivência coletiva em tempos de Coronavírus

O ano de 2020 vai ficar marcado na história por conta de uma das maiores crises humanitárias das últimas décadas provocada pela pandemia do vírus COVID-19 (ou novo Coronavírus) que até o momento que estamos produzindo este artigo já infectou mais de 870 mil pessoas, sendo que mais de 40 mil mortes foram registradas²². Tal vírus tem se

²² <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-01/ao-vivo-ultimas-noticias-sobre-o-coronavirus-no-brasil-e-no-mundo.html>

mostrado letal e se espalhou por diferentes partes do mundo, ainda não tendo vacina e nem medicação para sua cura.

No Brasil oficialmente temos mais de 5.700 casos e mais de 200 mortes²³. Esses registros aumentam a cada dia que passa e ainda estamos num estágio que poucas pessoas testaram de fato se estão ou não com o vírus, o que acaba por termos que observar os dados oficiais com cautela.

Acrescentando a esse cenário acreditamos ser importante dizer que segundo dados oficiais de 2017 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o Brasil é o 7º país mais desigual do mundo²⁴, sendo que o Rio de Janeiro é o 8º Estado mais desigual do Brasil a partir de dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar) desenvolvida em 2013²⁵.

Afunilando nas questões de estatísticas temos hoje cerca de 763 favelas na cidade do Rio de Janeiro, tendo uma população de 1.393.314 nesses territórios, ou seja, 22,03% dos 6.323.037 moradores da capital carioca. Esses números são do Censo do IBGE realizado em 2010²⁶.

A população de favelas historicamente sempre sofreu com o descaso de autoridades estatais, com ausência de serviços essenciais como água encanada, saneamento básico²⁷ e outras questões que afetam o cotidiano de moradores e moradoras. Temos que incluir na análise toda a repressão que vivem os moradores de favelas e periferias com a polícia e órgãos da segurança pública, tanto que 65% das pessoas que residem em favelas temem a violência de Estado – segundo pesquisa do DataFavela²⁸.

É nesse cenário que a maior pandemia das últimas décadas está chegando no Brasil e em especial, nas periferias, e nesse contexto o Estado capitalista permanece priorizando ações de auxílio ao grande capital e discutindo os poucos auxílios à população visando apenas a “salvação da economia” para convulsões sociais como saques e rebeliões.

²³ <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/31/coronavirus-brasil-casos-mortes-31-marco.htm>

²⁴ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/12/09/brasil-e-o-7-mais-desigual-do-mundo-melhor- apenas-do-que-africanos.htm>

²⁵ <https://exame.abril.com.br/brasil/os-10-estados-brasileiros- onde-a-desigualdade-e-maior/>

²⁶ <https://oglobo.globo.com/brasil/rio-a-cidade-com-maior-populacao-em-favelas-do-brasil-3489272>

²⁷ <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/perda-por-falta-de-saneamento-em-favelas-chega-r-25-bilhoes-ao-ano.html>

²⁸ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/violencia-policia-65-de-moradores-de-favelas-do-rio-temem-diz-estudo.html>

Assim, iremos de forma resumida apontar algumas iniciativas que militantes e coletivos autônomos de diferentes regiões da cidade estão buscando desenvolver de forma coletiva contra o avanço do COVID-19 no Rio de Janeiro.

Vale dizer que a luta contra esse vírus é extremamente delicada, pois requer uma mudança de postura de toda a população. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) algumas recomendações como hábitos de lavar as mãos com sabão a todo instante quando estiver em casa; utilizar lenço descartável para higiene nasal; usar produtos como álcool gel quando estiver fora de casa e para limpar objetos como telefones, teclados, cadeiras, maçanetas, etc; buscar o máximo de distanciamento social e, para quem puder (e quem pode, é a questão primordial), ficar isolado em suas casas. Também é fundamental as máscaras faciais descartáveis para uso dos profissionais da saúde, cuidadores de idosos, mães que estão amamentando e pessoas diagnosticadas com o coronavírus; dentre outras tantas medidas²⁹.

A partir de seus espaços de moradia, alguns moradores e moradoras de forma organizada estão buscando realizar campanhas online³⁰, fazer parcerias com entidades como sindicatos e associações de trabalhadores, com o intuito de arrecadar material de higiene, alugar carros de som para circular pelas ruas das favelas, colocar faixas nas principais entradas, saídas e ruas de maior movimentação e transeuntes, tudo isso com o objetivo de conscientizar as pessoas a seguirem as recomendações e evitar que o vírus se propague.

Dentre a militância e moradores envolvidos podemos citar o Coletivo Papo Reto³¹, Ocupa Alemão³² (ambos com atuação no Complexo do Alemão), Coletivo Fala Akari³³, além de alguns coletivos e militantes ligados à comunicação comunitária, educação popular e outras lutas do cotidiano no Complexo da Maré. Tivemos contato com trabalhos parecidos e de mobilização autônoma nos quilombos Camorim e Cafundá Astrogilda³⁴, Morro da Providência, Mangueira, Morro dos Macacos, Manguinhos, Cantagalo e Pavão

²⁹ <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46540-saude-anuncia-orientacoes-para-evitar-a-disseminacao-do-coronavirus>

³⁰ <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/complexo-da-mare-contr-o-coronavirus?fbclid=IwAR1lw5sstpZgdwW-K3YpGdKFDi3ohi4fYm6BMcyQgmoqfiBvkzrUxfE510>

³¹ <https://www.facebook.com/ColetivoPapoReto/>

³² <https://www.facebook.com/OcupaAlemao/>

³³ <https://www.facebook.com/QuilomboAcari/>

³⁴ https://www.facebook.com/profile.php?id=100009608566748&fref=search&_tn_=%2Cd%2CP-R&eid=ARCcpMRBWWos8yc2PwnWEQdV8OGnlhMWQFywIhnN_vg4fLYIOibGOR9qcCjdRelj6nCf7S2KLDNzXLM5

Pavãozinho, Cidade de Deus, Baixada Fluminense, só para citar alguns. As iniciativas que partem de indivíduos ou grupos de amigos são incontáveis.

Em cerca de duas semanas, foram organizados: materiais de divulgação online, faixas e carros de som sobre as formas de prevenção ao Coronavírus; atendimento jurídico referente à questões trabalhistas e a operações policiais – viabilizado graças a algumas advogadas e advogados populares voluntários; iniciativas de arrecadação e doação de cestas básicas e itens de higiene; orientação e atendimento a vítimas de violência doméstica; rede de profissionais de saúde mental; matérias denunciando as condições enfrentadas nas favelas; pressão junto ao ministério público sobre a falta de água, entre outras iniciativas, que vem se multiplicando a cada semana.

A reflexão que estamos propondo é buscar entender e relacionar essas formas de organização e luta por sobrevivência a experiências que sempre aconteceram ao longo da história, principalmente na resistência dos povos originários e comunidades negras, que diante de um genocídio por séculos promovido pelas elites seguem vivas. Entendendo que a formação de classe no Brasil é racial – e isso perdura até os dias atuais³⁵ -, não podemos ignorar, portanto, a relação essencial entre raça e classe, especialmente quando se fala de favelas – ainda que a classe trabalhadora menos favorecida tenha sido composta também por brancos imigrantes ou descendentes destes.

Diante desse assunto e a referência teórica do trabalho, é importante trazer ao debate o ex-militante dos Panteras Negras e anarquista Lorenzo Kom'boa Ervin. O autor expõe uma aproximação teórica e prática dos libertários com a comunidade negra nos Estados Unidos.

Essa reflexão nos serve quando, por exemplo, Ervin diz que,

Eu acredito que os trabalhadores brancos devem desistir de sua posição privilegiada, da sua “identidade branca”, e devem apoiar os trabalhadores racialmente oprimidos em suas lutas por igualdade e libertação nacional. Liberdade não pode ser comprada pela escravidão e exploração dos outros.

Eu acredito em justiça social e igualdade econômica, então eu sou um Socialista Libertário. Eu acredito que a sociedade e todas as partes responsáveis pela sua produção devem compartilhar os produtos econômicos do trabalho. Eu não acredito no Capitalismo ou no Estado, e acredito que ambos devem ser derrubados e abolidos. Aceito a crítica do Marxismo, mas não o seu modelo de organização política. Aceito a crítica antiautoritária do Anarquismo, mas não a sua rejeição da luta de classes (Ervin, 2015: 168-169)

³⁵ Segundo dados do IBGE de 2018, o total da população negra no Brasil é referente a quase 55,8% e 54,9% da força de trabalho. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadores-informais-no-pais>

Assim, trabalhadores e trabalhadoras criaram formas de organização e resistência à exploração desde o início do sistema capitalista. No Brasil, as primeiras décadas do pós-abolição já foram marcadas pelas greves e pela formação de sindicatos, e apesar destes últimos terem sido inspirados nas experiências europeias constituíram suas particularidades no contexto. Como diz Proudhon em sua teoria política, esses sindicatos se organizavam a partir de seus locais de moradia e trabalho, buscavam construir suas pautas em comum e lutava contra o sistema e também por suas vidas, sempre de forma coletiva.

Ou seja, a partir da periferia começavam a construir suas políticas, porém não deixavam de dialogar com outras regiões, mas pelo contrário, tinham conexões ao longo de greves gerais que aconteciam naquele período. Importante reforçar que as estratégias de luta iam além dos órgãos e instituições do Estado.

Assim funcionava na prática tanto aqui quanto na Europa o que o filósofo e militante anarquista chamou de federalismo.

O artigo se propõe a relacionar diferentes referências para pensar as práticas de sobrevivência nas periferias e favelas do Rio de Janeiro, a forma de atuar desses coletivos que possuem autonomia diante de partidos e órgãos institucionais, apontando como são capazes de mobilizar em seus territórios ações políticas, sociais e pedagógicas nesse momento crítico de uma pandemia e que, na verdade, sempre sofreram com a violência do Estado, e não apenas com seu “abandono” como alguns afirmam.

Ao analisar a obra de Proudhon e o conceito de federalismo, Montebello (2009) aponta que,

A política deixa de ser campo de interpretação filosófica ao se desdobrar nas virtualidades das práticas, na tensão permanente entre os princípios de autoridade e liberdade (...). Proudhon interrompe a continuidade política da formalidade do Estado com a federação descentralizada, política e econômica (...) (Montebello, 2009: 26).

Acreditamos ser importante mostrar essa reflexão da autora para entender que a base filosófica e teórica de Proudhon não poderia estar de forma alguma descolada da prática. O federalismo acima de tudo é e sempre foi uma prática dos povos oprimidos de tempos em tempos na história, e o que o militante francês busca fazer é apenas sistematizar a partir da realidade que observava na Europa do século XIX, mas que reverbera em diversas lutas ainda no século XXI. Ou seja, ainda que tenham processos históricos distintos podemos identificar aproximações entre as lutas que foram realizadas

pela autorganização popular, e é sempre importante lembrar no caso das que tiveram influência anarquista no Brasil, que foram duramente reprimidas até arrefecerem com a ascensão do governo varguista, não por serem ineficazes como muitos ainda tentam afirmar, mas justamente por serem uma ameaça real ao sistema.

Portanto, voltando ao contexto atual, podemos afirmar aqui que de maneira autônoma os coletivos citados estão buscando se articular com demais moradores e moradoras, de forma a conter a propagação do COVID-19, protestar contra a falta de água nas redes, dialogando por meio de carros de som, faixas, campanhas de divulgação na internet e evitando a fome pela arrecadação junto a órgãos que queiram colaborar.

Não se ignora que as favelas possuem instituições que atuam de formas distintas e que eventualmente também podem dialogar com esses coletivos; a verdade é que diante da necessidade, quase toda ajuda pode ser bem-vinda mas muitos moradores têm assumido uma postura crítica diante de instituições de fora da favela em geral que não assumem uma posição politizada mais contundente diante do apartheid social promovido pelo Estado.

Ao verem que servem para gerar capital financeiro e político para muitas dessas instituições, moradores preferem criar espaços autônomos, que trazem no entanto certas dificuldades e obstáculos próprios mas também suas vantagens - entre elas e a principal, liberdade de atuação segundo seus ideais.

Ainda assim, algumas instituições como a FIOCRUZ, entidades sindicais de universidades públicas e outros órgãos da sociedade civil como Organizações Não Governamentais (ONGs) e indivíduos também estão ajudando nessa campanha contra o Coronavírus nas favelas. Importante lembrar que a campanha vem ocorrendo também em outros locais do país e suas respectivas populações de periferia³⁶.

Vale dizer que essa ajuda mútua – nos termos de Kropotkin – não interfere na forma independente que os coletivos que estão de frente nas favelas irão usar os materiais ou até alguma ajuda financeira, mesmo que esses recorrentemente acabam por prestar contas nas redes sociais.

Moraes quando disserta sobre o conceito de ajuda mútua do anarquista russo mostra que Kropotkin,

(...) nega a perspectiva liberal, baseada na concorrência, no individualismo, no utilitarismo, em última instância, no princípio hobbesiano da guerra de todos contra todos no estado de natureza. Ao

³⁶ <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/03/23/coronavirus-doacoes.htm>

mesmo tempo, combate o darwinismo social, baseado na perspectiva, segunda a qual os mais fortes sempre vencem, imbuídos da primazia da competição (Moraes, 2016: 117).

O exemplo da militância e da atuação desses coletivos em tempos de COVID-19 nas favelas – que é bom reforçar nunca se intitularam anarquistas, libertários ou algo do tipo – ressalta e reacende princípios próximos do que a teoria e prática anarquista ao longo de sua trajetória sempre buscaram, levando sempre em conta as especificidades históricas e locais de cada movimento tem em seu local, porém em conexão com demais lutas e instituições que queiram apoiar a causa, sem intenções que não seja a solidariedade em um momento delicado.

Conclusão e buscando ir além

Logo na abertura do disco “Da Lama ao Caos”³⁷ lançado em 1994 – e que se tornou um clássico -, Chico Science junto a Nação Zumbi com o seu manifesto em forma de versos “Monólogo ao pé do ouvido”³⁸ diz que “o homem coletivo sente a necessidade de lutar” e ao refletirmos sobre os tempos que estamos passando, analisando a situação política, social e econômica, o presente artigo nos permite reatualizar princípios clássicos anarquistas como a solidariedade, o apoio mútuo, autonomia, federalismo que desenvolvemos no texto.

³⁷ O disco na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=3bCW4B-kk-4&t=10s>

³⁸ “Modernizar o passado

É uma evolução musical

Cadê as notas que estavam aqui?

Não preciso delas!

Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos

O medo dá origem ao mal

O homem coletivo sente a necessidade de lutar

O orgulho, a arrogância, a glória

Enche a imaginação de domínio

São demônios os que destroem o poder bravo da humanidade

Viva Zapata!

Viva Sandino!

Viva Zumbi!

Antônio Conselheiro!

Todos os Panteras Negras

Lampião, sua imagem e semelhança

Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia”

(“Monólogo ao pé do ouvido” – Chico Science & Nação Zumbi)

O próprio Kropotkin nos mostra que o princípio da ajuda mútua é um princípio fundamental para a sobrevivência da espécie humana e de todas as demais ao longo da história. E a solidariedade e luta pela vida em tempos de coronavírus, de forma coletiva, nas periferias e favelas reforçam o argumento do anarquista e geógrafo russo. Tais práticas opõem-se ao projeto genocida do Estado brasileiro, que traça diferentes caminhos com o mesmo fim, o controle social e a manutenção da estrutura sócio-racial do país.

Buscamos nesse artigo relacionar princípios libertários com as práticas comunitárias utilizadas nas favelas do Rio de Janeiro, que em sua maior parte são compostas de negros e negras.

E mais uma vez trazemos uma citação importante sobre o tema de Ervin (2015) que nos diz:

Anarquismo significa que teremos mais democracia, igualdade racial e prosperidade econômica. Eu me oponho a todas as formas de opressão presentes na sociedade moderna: o patriarcado, a supremacia branca, Capitalismo, Comunismo de Estado, ditames religiosos, discriminação contra gays, etc. (Ervin, 2015: 169).

Finalizamos esse trabalho com o que Bakunin sempre buscou mostrar em sua obra e vida como militante: “a liberdade do outro, longe de ser um limite ou a negação da minha liberdade é, ao contrário, sua condição necessária e sua confirmação. (...) Minha liberdade pessoal assim confirmada pela liberdade de todos se estende ao infinito” (Bakunin, 2014).

Ou seja, não há possibilidade de liberdade na sociedade no plano do indivíduo, mas ela só é realizada de forma plena se for conquistada coletivamente, e a partir daí todos os indivíduos que compõem a sociedade poderão ser livres do atual sistema. Não podemos nos dar por satisfeitos se apenas nossos amigos, familiares e pessoas próximas não sofrerem com a pandemia, mas sim estarmos atuantes nessa rede de apoio mútuo principalmente em relação à população que historicamente sempre sofreram a exclusão e a violência do Estado.

Consideramos fundamental retomarmos a noção de liberdade dos anarquistas diferenciando-a do conceito de liberdade dos liberais, que prega acima de tudo a individualidade e a defesa da propriedade privada.

Reforçar isso é ainda mais necessário num período em que o próprio presidente da república e vários megaempresários brasileiros declararam que a morte de alguns milhares de pessoas num país como o Brasil são “normais” - comparação equivocada por não levar em conta as circunstâncias diferentes dos tipos de mortes, reflexo principalmente da desigualdade social que temos. O empresariado tenta legitimar tais ideias para justificar as mortes pela COVID-19 como inevitáveis, indicando assim medidas para que “a economia não pare” e as pessoas possam

produzir ao invés de ficar em quarentena para se proteger da pandemia e evitar que ela se propague³⁹.

Como diz Chico Science, temos que reforçar que o ser humano em todas as formas de coletividade tem e precisa ter cada vez mais a necessidade de lutar por dias melhores, para todos e todas, e isso só pode ser possível através da consciência política e a partir do fortalecimento comunitário de laços de solidariedade, autonomia e ajuda mútua. A auto-organização é historicamente o mais forte recurso que as favelas e periferias utilizaram e utilizam para resistir à exclusão e à violência de Estado.

Bibliografia

BAKUNIN, Mikhail (2014). Textos anarquistas. Porto Alegre: L&PM.

BERTHIER, René (2016). Do Federalismo. São Paulo: Intermezzo.

ERVIN, Lorenzo Kom'Boa (2015). Anarquismo e Revolução Negra. São Paulo: Coletivo Editorial Singuilar.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro (2014). Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual. ACERVO, RIO DE JANEIRO, V. 27, N° 1, P. 209-226.

KROPOTKIN, Piotr (2009). Ajuda mútua: um fator de evolução. São Sebastião: A Senhora Editora.

LIMA, Jaqueline de Cássia Pinheiro (2014). Do desmonte da favela à criação do Parque Proletário: política assistencial? Revista Diversitas, São Paulo, n. 2, p. 186-223, apr. 2016.

ISSN 2318-2016. Disponível em:

<http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/inline-files/Revista%20Diversitas%202.%20Dossi%C3%AA%20Conhecimentos%20Compartilhados.pdf>

MARICATO, E (1979). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. (v. 1) edi. 2, São Paulo, Ed. Alfa-ômega.

³⁹<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/03/24/interna-brasil,836326/coronavirus-empresarios-minimizam-pandemia-e-sao-criticados-internet.shtml>

MONTEBELLO, Natalia Monzón (2009). Federalismo e Autogestão: Anarquismo – Proudhon, Guerra Civil Espanhola. Tese (Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, área de Ciência Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

MORAES, Wallace dos Santos (2016). Teses da teoria da política anarco-comunista – reflexões a partir do pensamento de Kropotkin. In: MORAES, Wallace dos Santos e JOURDAN, Camila (Orgs.). Teoria política anarquista e libertária. Rio de Janeiro: Via Verita.

PERLMAN, Janice E. (1977). O Mito e a Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PROUDHON, Pierre-Joseph (2001). Do princípio federativo. São Paulo: Imaginário.

SANTIAGO, Luisa (2016). Um pouco do que foi dito sobre favelas cariocas. In: GIANOTTI, Cláudia Santiago. Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje. Uma história de resistência nas favelas cariocas. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação / Fundação Rosa Luxemburgo.

VALLADARES, Lícia (2000). Gênese da favela carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 15 N° 44.

UMA ANÁLISE DO LIBERALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: A EXPOSIÇÃO DO ESTADO DE MAL-ESTAR SOCIAL

Juan Filipe L. Magalhães

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em História pela mesma instituição. Pós-Graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Gestão da Cadeira de Suprimentos e Logística; membro-pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL); Professor da Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro). Bolsista Capes.

Resumo: O presente artigo busca realizar um breve mergulho na história da filosofia do pensamento liberal, em especial a partir das ideias de Thomas Hobbes, John Locke e Adam Smith, buscando sintetizar os principais conceitos e fundamentos. Buscamos demonstrar o modelo de Estado moderno baseado na lógica do liberalismo gera como consequência inevitável o surgimento de um Estado do Mal-estar social. Identificamos um paralelo entre a crise de 1929, quando as propostas de John Maynard Keynes salvaram o capitalismo do colapso, com o momento atual de pandemia do Coronavírus. No momento atual a ineficiência de um estado mínimo liberal em promover um bem estar fica amplamente exposto e líderes mundiais buscam medidas sociais democratas como solução para a crise, assim como foi feito a partir do final da segunda década do século XX. Apontamos ainda uma alternativa, mediante um padrão de comportamento coletivo pautado no conceito de ajuda mútua, cujo conceito foi cunhado pelo pensador russo Piotr Kropotkin e que contraria o individualismo liberal, demonstrando suas limitações teóricas e empíricas, seja no plano do Estado, seja no plano da sociedade.

Palavras-Chave: Estado do mal estar social, liberalismo, Estado moderno, crise do capitalismo, Coronavírus, Estado do bem estar social.

An analysis of liberalism in times of the Coronavirus pandemic: the exposure of the state of social malaise

Abstract: This article seeks to make a brief dive into the history of the philosophy of liberal thought, especially from the ideas of Thomas Hobbes, John Locke and Adam

Smith, seeking to synthesize the main concepts and foundations. We seek to demonstrate the modern state model based on the logic of liberalism as an inevitable consequence of the emergence of a state of social malaise. We identified a parallel between the 1929 crisis, when John Maynard Keynes' proposals saved capitalism from collapse, with the current Coronavirus pandemic. At the present time, the inefficiency of a minimal liberal state in promoting well-being is widely exposed and world leaders are looking for democratic social measures as a solution to the crisis, just as it was done from the end of the second decade of the 20th century. We also point out an alternative, through a pattern of collective behavior based on the concept of mutual aid, whose concept was coined by the Russian thinker Piotr Kropotkin and which contradicts liberal individualism, demonstrating its theoretical and empirical limitations, either at the state level or at the level of society.

Keywords: State of social malaise, liberalism, Modern state, crisis of capitalism, coronavirus, State of social welfare.

O filósofo, teórico político e matemático Thomas Hobbes (1588 -1679) publicou em 1651 a obra “O Leviatã”. Em sua tese, o homem no seu estado de natureza é um ser com vontades ilimitadas, impondo-se sobre outros homens pela força, dado o caráter maligno da sua essência. As propriedades não podem ser divididas ou compartilhadas, uma vez que o homem é o lobo do homem e a violência é amplificada para assegurar a conquista e a manutenção, explicitando uma característica permanente da violência do estado de natureza hobbesiano. O medo da morte violenta, dado o aspecto rigorosamente irreduzível de satisfação das necessidades humanas, aliada à igualdade entre os homens e à propensão de recorrência à violência uns contra os outros, cria um estado de insegurança e de imprevisibilidade.

Em Hobbes, a única maneira de trazer segurança aos homens, para que através de seu próprio trabalho e dos frutos da terra possam se alimentar e viver satisfeitos, é delegar todo o seu poder e força a um terceiro, reduzindo suas diversas vontades à vontade de um só, gerando um Leviatã a quem os homens devem sua paz e defesa. Autoridade do Estado concedida por cada indivíduo através de um pacto permite o uso do poder, da força e da coerção por parte do soberano. Com efeito, todos os súditos devem abrir mão de sua liberdade para assegurar a paz e a segurança de todos.

Uma vez que os Estados Nacionais já estavam legitimados, outra geração de

filósofos vão se preocupar em definir seu papel, sua atuação e em alguns casos, seus limites. O filósofo inglês John Locke (1632-1704) é considerado um dos grandes teóricos do liberalismo e do contratualismo. Defende a superação do chamado estado de natureza e a consolidação de uma unidade político-jurídica autônoma. Em suas obras fica evidenciado que os indivíduos deveriam delegar seu poder a um governo a fim de conservar sua liberdade e sua propriedade privada. Este argumento consiste na transferência de soberania dos cidadãos ao Estado que deve ser organizado mediante alguns critérios específicos que se confundem com as bases do pensamento liberal. Suas teses tornaram-se centrais entre os liberais sendo amplamente divulgada até os dias de hoje. Contudo é importante fazer algumas críticas a sua concepção de liberdade. Locke era um grande acionista da Royal Company of África e possuidor de escravos. Isso por si só evidencia o caráter minimalista deste conceito em seu pensamento e como facilmente defendia a lógica da propagação da exploração baseada em critérios raciais. Encontramos assim um problema na noção de liberdade, que é um pilar fundamental dentro liberalismo, que se dá já em seu nascimento: através de uma concepção minimalista.

Outro importante pensador da corrente liberal chama-se Adam Smith (1723-1790). Em sua obra “A Riqueza das Nações” (1776) ao observar o modelo de produção nas incipientes indústrias inglesas pode perceber que a divisão do trabalho era um fator fundamental no aumento da produtividade. Ao realizar a mesma tarefa ininterruptamente, o trabalhador disporia de maior destreza na produção, pois dominaria melhor determinada etapa do processo produtivo, atuando mais rápido e melhor, podendo ainda colaborar no aperfeiçoamento das técnicas de produção. O autor corrobora com a noção do individualismo dentro de sua concepção de economia. "Não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu auto interesse (Smith, 1776)". Sem dúvida, a Inglaterra contou com um grande aumento na sua produção industrial, em especial após a chamada Revolução Industrial. Mas a que custo social?

Além da sua preocupação com as fábricas, Adam Smith também se mostrou preocupado em pensar um modelo de gestão estatal baseado na lógica do liberalismo. Os indivíduos deveriam gozar de liberdade na cadeia produtiva e as chamadas leis da oferta e da demanda por si só, organizariam a economia. A concepção da existência de uma mão invisível do mercado ressaltava a necessidade clara, neste ponto de vista, de não intervenção do Estado nos assuntos econômicos. Daí em diante, muitos outros teóricos iriam reforçar essa ideia: Filósofos com John Stuart Mill, Ludwig von Mises dentre outros

formariam a chamada escola de economia liberal.

Mediante esse breve mergulho filosófico é possível agora reunir algumas das principais características da teoria liberal no que se refere ao papel do Estado. Salvo diferenças pontuais entre um ou outro autor, de forma geral é possível identificar alguns pilares comuns como:

1) Igualdade jurídica entre os indivíduos - Aos olhos da lei, todos os indivíduos são iguais. Na realidade isso significa que um crime como roubo, por exemplo, continua sendo crime sendo cometido por um mendigo ou por um político do mais alto escalão. Contudo sabemos que quando um indivíduo mais pobre, quando acusado pelo Estado, é enviado ao sistema prisional e muitas vezes aguarda seu julgamento por lá. Por outro lado, quando o mesmo crime é cometido pelas camadas mais altas da sociedade, o poder de barganha empurra sua prisão apenas após um julgamento após algumas ou muitas instâncias judiciais. Neste sentido a igualdade jurídica apresentada no sistema liberal é amplamente desigual no plano empírico. Está limitada ao plano teórico uma vez que na prática a desigualdade social impede a consolidação desta premissa.

2) Não intervenção do Estado na economia - O Estado liberal rompe com a lógica intervencionista da época do Antigo Regime pautado nas ideias mercantilistas. Neste sentido a obra de Smith é uma ruptura com as correntes políticas anteriores que defendem uma ideia de um Estado absolutista, presente em Hobbes, restringindo as funções do Estado em diversos aspectos em especial na economia. A ideia da mão invisível do mercado e das forças produtivas exerceria a regulação do sistema econômico, excluindo a atuação e a participação do Estado reduzindo-o a um papel mínimo, que desenvolveremos abaixo.

3) Estado mínimo - Um Estado liberal tal qual desenhado por Locke não deve preocupar-se em garantir direitos sociais. Partindo da premissa de não intervenção, este modelo estatal não impõe aos patrões o pagamento de direitos sociais aos seus empregados. A tese de superação do chamado Estado de natureza de Hobbes e de Locke fica mais claro quando compreendemos que o papel do Estado se limita a proteger a vida (mas o que não inclui as camadas populares no plano empírico), e a proteger também a tão adorada propriedade privada (que apenas um parcela da sociedade possui), e que é sagrada aos olhos destes intelectuais. Nada, além disso, é considerado tema pertinente para ocupar as funções do Estado através da pauta liberal clássica.

O custo social desta tendência foi altíssimo no que se remete ao aspecto social. População pauperizada, desemprego em massa, inexistência ou poucos direitos sociais,

divisão do trabalho como amplificador da desigualdade social, baixa expectativa de vida causada pela subnutrição dada as limitações econômicas dos proletários e camponeses de conseguirem adquirir o mínimo de alimentos necessários para garantir as necessidades básicas alimentícias do corpo humano. Desenhava-se um cenário terrível para a maior parte da população e que vive na pele com as consequências da tão desigual política liberal gerando o que chamo de mal-estar social como política de Estado.

Após os horrores da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidam o papel de maior economia mundial, até então ocupado pela Inglaterra. O crescimento exponencial nos anos de guerra levou a um aumento do investimento nas bolsas de valores. Momentos de euforia incentivaram ao aumento da demanda prontamente atendida pelo número crescente de empresas. A produção em massa de produtos de consumo duráveis é amplamente incentivada pelo American Way of Life, expressão maior da euforia dos tempos prósperos.

Contudo, no final da década de 1920, uma forte crise econômica atinge o novo coração do capitalismo e vai propagar as consequências por todo o globo. A especulação financeira e a superprodução geraram a crise da bolha do capitalismo. Se tínhamos por um lado, a economia e as fabricas produzindo em larga escala, com modelos de produção em massa pautados na divisão do trabalho tal qual pensado por Adam Smith, por outro não havia distribuição de renda suficiente para que a capilaridade social pudesse consumir seus produtos. Essa foi marca importante da chamada crise de 1929. Uma crise de riqueza de um lado, e extrema pobreza de outro. O modelo liberal proposto até então entrava em colapso com uma queda generalizada nas bolsas de valores de Nova Iorque.

Para melhor compreender este momento histórico precisamos mergulhar nas ideias de um teórico chamado John Maynard Keynes (1883-1946). Com uma visão diferenciada, Keynes se opôs as ideias liberais que os mercados livres garantiriam os empregos automaticamente. Adepto de uma política intervencionista do ponto de vista da economia, entendia que os Estados deveriam valer-se de medidas fiscais para minimizar os efeitos adversos do capitalismo e seus colapsos cíclicos recessivos. Temos assim uma ruptura com a premissa não intervencionista propostas por Smith e seu conceito de mão-invisível do mercado que não foi capaz de superar a crise de 1929 que se estende por todo o mundo. Essa nova plataforma econômica foi muito bem recebida pelos países chamados centrais, em especial nos EUA entre 1933 e 1937 durante o governo Roosevelt e na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial.

O que é preciso deixar claro para os adeptos das plataformas liberais é que Keynes

salva o capitalismo do colapso com suas medidas. O professor do departamento de Ciência Política da UFRJ, Wallace de Moraes aprofunda e explica estas razões. O Estado capitalista não é imune às pressões. Embora seu papel seja de garantir a reprodução do capital, por vezes, em função das lutas populares, ele pode assumir um papel reformista com relação à garantia da exploração de uma classe por outra. Por entender profundamente os conceitos de Welfare State, Moraes o denomina Estado Camaleônico para explicar sua fase social democrata. Como o capitalismo estava à beira do colapso, seus dirigentes camuflam a crise, provendo alguns direitos sociais. Após o período de ameaças, retoma seu caráter natural pautados em medidas impopulares, ou seja, a normalidade dentro do pensamento liberal. Buscando representar um movimento balizado em seu momento histórico, caracterizado pela pressão dos trabalhadores organizados por direitos, temos assim um recuo ideológico das classes proprietárias que culmina em mudanças da função do Estado, menos voltado para o mercado e atento as demandas sociais. Neste sentido o Estado chamado de bem estar social é algo específico, pontual e principalmente estratégico.

Sem dúvida, isso nos leva a outra reflexão. Se a pauta liberal se limita a igualdade jurídica, respeito aos contratos firmados garantindo a chamada segurança jurídica, a lógica da mão invisível, de não intervenção do Estado na economia e de total despreocupação com criação ou manutenção dos direitos sociais podemos concluir que o Estado liberal é desde sempre, um verdadeiro Estado do Mal estar social. Salvo em uma conjuntura fortuita, no período do Welfare State, sua pauta sempre foi a mesma máquina capaz de criar um mal-estar social para a massa da população. Após sua conjuntura específica, temos novamente um ressurgimento das ideias liberais com uma nova roupagem: a escola neoliberal.

Após compreensão de que as demandas populares recuavam e assim o capitalismo e a propriedade privada estavam novamente consolidados, temos um retorno das ideias liberais chamada agora de neoliberal. A obra de Robert Nozick busca justificar o Estado Mínimo e aponta o caráter moralmente injustificável de qualquer Estado que seja um pouco mais amplo. Sua obra busca justificar a existência de um Estado mínimo novamente, limitado as funções mais básicas como segurança jurídica e garantia da propriedade. Em sua tese, um Estado amplo e interventor, tal qual pensado por Keynes, por exemplo, violaria o direito de algumas pessoas (ao certo de uma elite) e que o Estado não pode usar de seus instrumentos coercitivos para obrigar que um indivíduo ajude o outro e que esta ajuda somente deve ocorrer se o indivíduo entender que seja algo de seu

interesse ou para seu próprio bem na visão de Nozick. Em outras palavras temos uma espécie de retomada de um individualismo já presente em Adam Smith agora proposto pelo autor.

“Um Estado mínimo, limitado às funções restritas de proteção contra a força, o roubo, a fraude, de fiscalização do cumprimento de contratos e assim por diante justifica-se; que o Estado mais amplo violará os direitos das pessoas de não serem forçadas a fazer certas coisas, e que não se justifica; e que o Estado mínimo é tanto inspirador quanto certo. Duas implicações dignas de nota são que o Estado não pode usar sua máquina coercitiva para obrigar certos cidadãos a ajudarem a outros e que não pode proibir atividades a pessoas que desejam realizá-las para seu próprio bem ou proteção (NOZICK, 1974)”.

Nesta conjuntura política que enfrentamos a pandemia do Coronavírus é importante atentar que o mundo liberal já vinha sofrendo alguns fortes golpes, em especial mediante iniciativas populares. Alguns eventos evidenciam a crise deste modelo como as insurreições em Chiapas (México 1994), a Batalha de Seattle (EUA 1999), a Comuna Oaxaca (México 2006), Los Piqueteros (Argentina 2001), manifestações contra a reunião do G8 em Gênova (Itália 2001), revoltas em Atenas e demais cidades (Grécia 2010–2012) Revolta do Vinagre (Brasil 2013), Os Coletes amarelos na (França 2019) dentre muitos outros. Temas como desemprego, concentração de renda, ausência de um sistema de saúde público e eficiente, ausência de investimentos em educação dentre outras demandas de natureza popular já eram demandadas. Sem dúvida, o vírus nos deve fazer refletir sobre a necessidade de retomar e atender estas demandas. A saúde do pobre também agora, mais do que nunca, interfere na saúde do rico. A plataforma liberal não é capaz sozinha de se sustentar neste momento. O Estado do mal-estar social sempre mostrou sua face, mas agora, assim como em 1929 mostra seus limites.

Ainda que imersas no ideário neoliberal, podemos identificar algumas formas e padrões de comportamento humano que podem e devem ser analisados e valorizados na construção de uma nova sociedade, que contrariam o individualismo de Adam Smith e de Robert Nozick. Para o autor russo Piotr Kropotkin, a pesquisa empírica (social e natural) se sobressai diante da meramente dedutiva e lógica dos liberais contratualistas. O darwinismo social que fertilizou o terreno ao estímulo da ideia de competição, na defesa de sua naturalidade, bem como na negação da possibilidade de igualdade econômica e social, sem a coerção do Estado é fortemente combatido com o conceito de ajuda mútua. A obra de Kropotkin se sustenta na pesquisa sobre a vida de diversas espécies de animais e da humanidade de forma geral ressaltando a cooperação como fator que se sobrepõe a

competição. O mutualismo e a solidariedade recíproca teria sido a principal arma pela vida, seja pelos animais, seja pelo homem, diferentemente do que defendeu Darwin. Em tempos de pandemia, podemos observar muitos casos de ajuda mútua, e de solidariedade entre as pessoas. De mesma forma que podemos observar alguns Estados abandonando de forma camaleônica a plataforma liberal e adotando em alguma medida as ideias de Keynes.

O Estado liberal ou neoliberal já evidenciou mais de uma vez sua ineficácia e o Coronavírus apenas expõe o estado do mal-estar social que esta plataforma econômica promove: a falência do Estado da Itália em cuidar dos italianos, falência do Estado da Espanha em cuidar dos espanhóis, falência do Estado dos EUA em cuidar dos estadunidenses, a falência da Inglaterra em cuidar dos ingleses e falência do Estado do Brasil em cuidar dos brasileiros dentre muitos outros exemplos. Obvio que o surgimento de um novo vírus arrasador não é culpa de um Estado, mas cortar verba e investir pouco em ciência o é. Colocar a saúde pública em colapso e não investir em hospitais de forma a garantir leitos suficientes ou respiradores o é. Não prover igualdade social para manter uma população minimamente saudável o é. Promover um estado do mal-estar social o é. Talvez já seja tarde para retomar ideias de Keynes e seja a hora de um sistema econômico mais justo e igualitário em todos os aspectos.

Bibliografia

HOBBS, Thomas (1983). *Leviatã: Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Abril Cultural.

KEYNES, John Maynard, (1936). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Palgrave Macmillan.

KROPOTKIN, Piotr (2009). *Ajuda Mútua: um fator de evolução*. A senhora editora.

KROPOTKIN, Piotr (2005). *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Editora Imaginário.

LOCKE, John (2014). *Segundo Tratado sobre o Governo*. Edipro.

MORAES, Wallace dos Santos (2008) Estado mínimo contra a fase camaleônica do estado capitalista: um estudo da teoria neoliberal de Robert Nozick. Curso de Ciência Política - Grandes Autores.

SANTANA, Guilherme e MAGALHÃES; Juan (2019) Por uma teoria das ruas: uma análise de um mundo me chamas. Revista Estudos libertários.

SMITH, Adam (2017) A Riqueza das nações. Nova Fronteira.

FILOSOFIA POLÍTICA NO BRASIL: UMA CONFRONTAÇÃO TARDIA?

Adriana Delbó

Professora na Universidade Federal de Goiás. Possui Pós-doutoramento pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas. Possui Mestrado em Filosofia (Pontifícia Universidade Católica de Campinas) e Graduação em Filosofia (Pontifícia Universidade Católica de Campinas).

Guilherme de Freitas Leal

Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Filosofia pela Universidade de Goiás e Bachelar em Filosofia também pela Federal de Goiás (UFG)

Resumo: No Brasil, o medo decorrente da crescente repressão policial deu lugar ao medo da infecção pelo vírus. O espaço público tornou-se esvaziado. Não só ele. A política perde poder para a urgência de um funcionamento suficiente para o enriquecimento por meio de cargos políticos. A política no Brasil foi ainda mais desmoronada quando parcela da população pede para que fiquemos em casa. Nenhuma outra opção foi requerida. Isso já é sinal da derrocada da vida política. Quem segue ocupando as ruas? Quem não tem casa para onde ir. A miséria demarca ainda mais a divisão entre quem pode e quem deve morrer e quem pode seguir vivendo. À luz de alguns nomes da Filosofia Política, algumas análises da política moderna e contemporânea são trazidas para se pensar o livre trânsito para a pandemia do COVID-19.

Palavras-chave: COVID-19, filosofia política, espaço público.

Abstract : In Brazil, the fear of growing police repression has given way to the fear of virus infection. Public space has become empty. But not only. Politics loses power to the urgency of operation sufficient enough to allow the enrichment of public office. Politics in Brazil has collapsed even more when part of the population asks us to stay at home. No other option has been requested. This is already a sign of a flop in political life. Who

remains occupying the streets? Who doesn't own a home. Misery demarcates even furtherly the division between who must die and who can stay alive. In the light of some names in Political Philosophy, some analyses of modern and contemporaneous philosophy are brought up to think over the free transit to the COVID-19 pandemic.

Keywords: COVID-19, political philosophy, public space.

Em tempos de isolamentos e de relações de amizade forçosamente à distância, uma foto com uma amiga, ambas usando máscaras, parece até ser bem atual e uma imagem muito bem avaliada. Entretanto, já se foram três anos e as máscaras outrora usadas eram para se proteger de gás lacrimogêneo lançado pela polícia contra manifestantes nas ruas do Palácio do Planalto, em Brasília (Brasília-DF). Trata-se de um tempo que até parece já muito ser passado, de tanto que precisa ser para amanhã.

Deu-se quando manifestantes ainda iam para o Palácio do Planalto, protestar. Sabiam que correr da polícia seria inevitável. Chegar às manifestações com máscaras já era inusitado, pois o mais comum era elas serem retiradas na estrada, quando os ônibus eram parados pela polícia e tudo o que significasse proteção aos manifestantes era abruptamente recolhido. O direito à manifestação existia, mas se proteger dos ataques da polícia não o era. Mais espantoso, no entanto, era ouvir uma líder sindical não entender o que se passava quando uma estudante, gritando, recomendava: "jogral!". Afinal, gritar no microfone era uma tradição mais corriqueira. Outros gritos ainda não eram reconhecidos dentro do próprio movimento, porque tolhimentos ocorriam a passos largos e se fixavam sem incomodarem a tantos. Tão espantoso também era ver o caminhão de som dos movimentos abandonarem as manifestações deixando à deriva as manifestantes e os manifestantes, porque, afinal, já tinha desfilado o suficiente, já estava na hora de ir embora... Se alguns ônibus de manifestantes ainda nem tinham chegado de viagens longas e cansativas até a chegada à Brasília? Nada a fazer! Os protestos de ruas têm protocolos! E não é só pedir autorização para a polícia!

Tempos de ontem, limitados, agora ridículos, mas de certo modo indispensáveis para uma democracia ainda recém parida a fórceps e com o sacrifício de muitas vidas. E quem diria que já deixariam saudades! Três anos se passaram e um absurdo bem mais perigoso para tal democracia foi generalizado e aclamado: "fiquemos em casa!". Em tempos de COVID-19, ocupar as ruas, mostrando posicionamentos políticos em relação

aos modos como se dá o gerenciamento do país passou a ser impossível. Se antes, ir para as ruas já era algo arriscado e assumido apenas por quem não se imobilizava pelo amedrontamento causado por cacetes em cabeças de estudantes, gás lacrimogênio generalizado, spray de pimentas covardemente disparado diretamente nos olhos, perseguição da cavalaria da polícia, desproporcional ao número de manifestantes, prisões descabidas e com abusos de autoridade, agora o inimigo era invisível e frágil: um vírus que poderia ser combatido com água e sabão. Uma recomendação de cunho emergencial adquiriu um poder político imensurável. A ordem “Fiquem em casa!” não precisou ser dada pela polícia, não precisou ser gritada nem no microfone, nem por meio de “jogral”. Disparada pelas redes de comunicações, ela alterou a vida de todos que imediatamente puderam obedecer. As campanhas para tanto também ocorreram em alta velocidade, tecnologia e performatividade. Um resultado imediato é que a proteção contra a pandemia foi legada às famílias, às cidadãs e cidadãos “de bem”. Cada qual que se responsabilize para não ser contaminado e não contaminar a ninguém e, para tanto, “ficar em casa” foi a recomendação de especialistas e leigos. Recomendação aceita, desejada, mas também ignorada. Diante de uma pandemia, há quem seja rapidamente tomado pelo medo, há quem prefira seguir se preocupando com as questões econômicas mais urgentes, há quem não possa deixar de se ocupar com a sobrevivência mais básica da existência, desacreditando e/ou ignorando as recomendações em nome de seguir os esforços para sozinho manter-se vivo.

Obedecer à ordem “ficar em casa” é privilégio. Dentre os que assim o fizeram, alguns foram forçados por não terem mais a possibilidade de exercerem as atividades de trabalho que bancavam seus meios de sobrevivências: feirantes e outros tipos de comerciantes, por exemplo. Entretanto, o transporte público denuncia a quantidade de pessoas que não pode ficar em casa e que seguiu ficando exposta ao vírus. Isso diz de antigas formas de organizações sociais que seguem funcionando e, eficientemente, dividindo quem tem direito a seguir vivendo e se protegendo, e quem pode ser mais exposto às doenças e à morte. Foucault escreveu muito sobre isso. Agamben segue escrevendo. Mas a quem importa o que os filósofos escrevem? Será que escrevem para que o mundo pudesse aprender algo com eles, ou seus escritos e falas seguem restritas aos ambientes nos quais as pesquisas são feitas, e ali permanecem por interessarem no máximo a quem as realizam? São grandes as expectativas em relação às pesquisas pela vacina contra o COVID-19. Mas quais são os interesses (e por parte de quem) pela doença

que já condenava à morte parcela significativa da população? Quanto mais fechada se mantém a circunferência das elaborações intelectuais, menos elas se tornam saberes. Mas quem se importa com suas inutilidades e com suas sequelas?

As diversas campanhas de solidariedade aliviam a culpa da sociedade diante da organização e higienização que ela fortalece e sofisticada. De modo que a pandemia do COVID-19, se em algum momento e em algum lugar longínquo foi um problema de saúde pública, imediatamente ganhou o status de oportunidade política para fortalecimento da divisão internacional entre quem pode seguir vivendo e quem deve seguir morrendo, dando sua contribuição à economia mundial enquanto a rainha soberana da política. Por isso ela passa a configurar um problema de ordem política enfrentada isoladamente por cada uma e cada um. Cada qual conforme o que lhe é possível. O grito pode até não ser ouvido, mas é garantido pelas redes: "fiquemos em casa!". E não faltou quem imediatamente aclamasse pelo isolamento. Tanta mobilização contra qual perigo? Um vírus, que poderia ser derrotado com água e sabão. E quem não entrou nessa "neura" revela o lugar onde foi colocado na organização da sociedade – lugar de quem sempre pode ser deixado à morte.

Um dos primeiros filósofos a sistematizar o funcionamento do Estado Moderno pela divisão entre aqueles que são cuidados para que sigam vivendo e aqueles que serão abandonados para que morram, foi Michel Foucault. Em seu livro *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, por exemplo, ele explica isso. Trata-se de formas de abandonos para fazer morrer. Se anteriormente, no funcionamento do Estado monárquico, a demonstração do poder soberano estava no poder de fazer morrer (na fogueira, na forca, na guilhotina, por exemplo) e deixar viver, a soberania do Estado moderno se mostra em fazer viver e deixar morrer. Nenhum grau de humanidade aumentado no funcionamento da soberania. Acontece que a vida da população é condição indispensável para o funcionamento do novo casamento do Estado. Se o reinado estava preso ao aumento do território, à conquista de terras, ao poder sobre súditos, o Estado vai se tornando cada vez mais preso ao funcionamento da economia. A população, sua saúde, o número populacional, o número de nascimentos, o índice de mortes e de doenças são de interesse do Estado. Daí as campanhas de vacinação e todo o controle da saúde de um povo. O Estado se preocupa com as condições de vida dos cidadãos porque estes precisam ser mantidos saudáveis para aquilo que neles interessa ao Estado: capacidade de trabalho, capacidade de consumo. O Estado submetido aos funcionamentos da economia tem seus

poderes regulados por ela. Por que deixar morrer? Por que há vidas não rentáveis e caras para serem mantidas. Essas farão partes dos índices de doenças e mortes. Essas ficarão enclausuradas em celas, a mercê das mortes provocadas pelas intrigas entre pares. Ficarão abandonadas às periferias, à mercê da miséria, da guerra entre traficantes, da limpeza “moral”/étnica e classista operacionalizada pelos também moradores de lá, mas tornados policiais, bem como à mercê das guerras raciais. São inúmeras as formas do Estado cumprir sua tarefa de deixar morrer, garantindo a morte de quem precisa morrer. A pandemia do COVID-19 não escapa a tal fenômeno político. Nela, vidas serão salvas e vidas serão descartadas. O critério de seleção teve início desde há muito tempo.

Apesar de todas as informações e excessos de mensagens, vídeos e áudios espalhando desinformações e pânico por meio da rede, há quem não demonstre dar importância à pandemia. Há quem declare que essa história de pandemia seja bobagem, exagero, invenção. Ouviram falar de algo. Mas ficar em casa? Qual? Em que condições? Como, se precisam trabalhar? Há quem siga apenas sobrevivendo, sem poder pensar em isolamento, sem intensificação dos cuidados com a higiene e sem aumentar a distância das outras pessoas. E isso, não só as pessoas que sofrem com a falta de distribuição de água que impossibilita lavar as mãos, ou as pessoas encarceradas e já abandonadas às doenças e assassinatos no sistema penitenciário. Também aquelas que de outros modos já estavam abandonadas à própria sorte. A miséria aprofunda a vala que separa quem mais tem probabilidade de ser contaminado pelo vírus e sequer conseguir ser atendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e quem terá oportunidade de seguir sendo beneficiado pela meritocracia que defende, sem sequer perceber o ponto de saída extremamente avançado do qual partiu em disparada, impulsionado pelo trabalho daqueles que continuaram lá atrás imobilizados.

Foucault, no livro *Nascimento da Biopolítica* analisou a pobreza absoluta, “esse limiar abaixo do qual se considera que as pessoas não têm uma renda decente capaz de lhes proporcionar um consumo suficiente” (FOUCAULT, 2008, p. 282), como algo relativo a toda sociedade, funcionando como limiares distintos de sociedade para sociedade. Entretanto, podemos pensar se, em alguns países como o nosso, e outros talvez ainda mais, a pobreza absoluta, não é um modo absoluto de forma de existência. E, neste sentido, se as pessoas em situação de rua e vendedores ambulantes, por exemplo, não estão em circunstâncias de acesso às condições para ingresso no “patamar necessário do jogo”, esse “imposto negativo”, para evitar a políticas socialistas, talvez não se faça

necessário nestas circunstâncias nas quais estas mesmas são únicos modos de tentar alcançar alimentos para o dia a dia. Assim, para aqueles muitos que estão na rua, a pandemia chega sem ser nomeada, sem que qualquer campanha os atinja. Ela chegará já matando. Neste sentido, não é de se estranhar que sequer saibam a respeito do que tem se passado fora ou dentro das casas, pois do local escolhido para os confinamentos, eles pouco sabem, ou nunca tiveram acesso. Do depoimento deles se ouve: “essa doença deve ser doença de rico”⁴⁰.

Onde a política do bem-estar não avançou por tempo considerável, tal como no Brasil, onde os empresários de si mesmos aumentam sem que isso signifique uma contínua diminuição da miséria, a “pobreza profunda” e contínua faz às vezes da segregação necessária daqueles que serão deixados à morte. São distintos grupos que não querem que o País pare, não porque o movimento da economia lhes seja igualmente favorável, porque há quem sequer seja consumidor e, a despeito da pandemia COVID-19, provavelmente nunca venha a ser. Mas estar nas ruas, com as atividades que nelas se dão, seja o que garante a comida de cada dia – seja revirando lixos, seja pedindo esmolas para as pessoas que ali circulam. As ruas são lugares de circulação de moedas, de economia, de comida, de produtos. Paralisá-la politicamente é indispensável. Mas paralisá-la enquanto lugar de circulação e de realização do comércio é incompreensível do ponto de vista de quem depende única e exclusivamente disso. O imenso grau de distância entre quem negocia e quem sobrevive de restos não deixa de manter próximo ambos os tipos de grupos dependem das ruas como seus únicos lugares de troca ou de sobrevivência. A economia meramente emergencial, empobrecida de política, seja talvez o efeito mais irônico da economia política. O futuro do País é bem curto por estar condenado a enriquecimento restrito, algo já muito distinto de quaisquer concepções de política econômica, onde sequer especialistas em economia ou em política se fazem relevantes.

A pandemia do COVID-19 compõe sintomas de uma doença de status político-econômico bem mais grave do que o próprio vírus. Se um período indeterminável deverá ainda transcorrer para a vacina contra ele ser uma realidade, não há cômputo do tempo necessário para combater o tipo de economia soberana, tirânica, extremamente moderna e contemporânea que lançou a política ao reducionismo de cargos para enriquecimentos

⁴⁰ Fala de pessoa em situação de rua a grupos de ajuda que distribuem alimentos e informações sobre o COVID-19 nas ruas da cidade de Goiânia-GO.

momentâneos. Quaisquer políticas que seriam necessárias para dar poder à vida de tantos moribundos que sustentam vidas vampirescas não terão tempo para serem gestadas. E se a circunstância atual do contexto COVID-19 tem qualquer semelhança com ficções científicas e/ou de terror não é pura coincidência. Tratam-se de laboratórios, de estúdios, de personagens, de estudos, de ensaios, de estratégias, de cenas, de figurantes, de personagens coadjuvantes e principais que compõem uma situação que há muito avança, contribuindo na derrocada da política democrática e a favor da economia tirânica, embora com uso de vocabulário estratégico familiar à democracia.

Entretanto, a resposta a uma questão elementar não é agradável: a quem resta qualquer tanto de poder nesta circunstância? A ausência de poder é tão grave quanto seus detentores anteriores. Os empresários pedem para que “o País não pare”; o trabalhador, cuja sobrevivência é totalmente dependente da atividade remunerada por este tipo de empresário, reverbera a mesma reivindicação. O trabalho remoto é para bem poucos e é pura obediência a burocracias. O presidente da República pede para que o “País não pare”. Ele mesmo já não se associa ao governo zelador da saúde da população, porque nesta o número de trabalhadores saudáveis já importa bem menos. O Estado e o governo já compõem uma relação estranha, quando o governo e o ordenamento já são estranhos entre si. O tempo de vida da economia que prevalece também é curto, porque é o tempo da mera administração interessada. De escrava da economia, a política parece ter passado a ser a oportunidade momentânea para cargos de enriquecimentos emergenciais. Se um processo social era necessário para levar adiante a contribuição para um ou outro tipo de política, agora ele se faz dispensável. Os cargos são suficientes. Não há futuro à vista. Um lugar adiante não existe. Manter conquistas é suficiente. O apocalipse chegou e para muitos não gera medo, porque os salvos aguardam seguros por outras esferas nas quais suas vidas estão asseguradas e bem quistas pelo tanto que neste mundo já alcançaram de prosperidade.

Tempo funesto esse quando o máximo do heroísmo se faz no isolamento, pelo isolamento, quando há campanhas para fazer isolamento, quando as máscaras são não só permitidas, quanto confeccionadas e distribuídas, quando aprender a como aproveitar o maldito tempo do isolamento é o ensinamento mais procurado. A ideia de comunidade política já agonizava no leito de morte. O poder do povo já era balela. Eleições com voto obrigatório, com voto comprado, e por fim, eleição com fake news. O poder já estava totalmente concentrado de um único lado. O medo já vinha fazendo efeito por meio da

atuação da repressão policial. A pandemia do COVID-19 deu maior poder ao medo. Mas como um vírus que pode ser combatido com água e sabão pode ser tão forte? Bastou deixar uma pandemia, absolutamente prevista, se alastrar. Nenhum retido no aeroporto. Até quem viesse da Conchinchina estava livre para entrar. Quantos testes seriam necessários para os viajantes que estivessem chegando? Quanto tempo precisariam aguardar? “Coitados!” Ficariam “presos” nos aeroportos por quanto tempo até a chegada do teste? E o direito de ir e vir? Oh, quantos advogados seriam chamados! Mas quantas pessoas já não deixam de viajar por causa de uma vacina que deixaram de tomar? Quantas pessoas não ficam retidas nos aeroportos por quaisquer motivos que as autoridades dali decidam que são motivos? A biopolítica teve seu poder ainda mais alterado, mas não diminuído, em tempos de COVID-19. A necropolítica teve seu poder liberado, intensificado. Um vírus pode livremente entrar. Nada foi feito. Nem poder político interno, nem poder político externo se colocaram, se mobilizaram. A soberana economia ainda seguia com administração política suficiente. A suficiência tem se mostrado seu modo absoluto de reinar. Qual a opinião e recomendação dos especialistas a respeito do COVID-19? Bobagem! Especialistas e política já formam um casamento falido e cada vez mais desnecessário. E os especialistas, os cientistas, os doutores ficaram desamparados, sem pensão, sem direitos. Nada podem fazer. Mesmo antes da bandeira “fique em casa”, iriam ocupar as ruas, ou qualquer outro espaço público, para reivindicarem a importância que têm como elaboradores de saberes relevantes para o funcionamento da sociedade? Ou não se consideram pertencentes à classe trabalhadora, para poder ocupar ruas, gritar, levantar bandeiras, protestarem? Têm vergonha ou coragem para tanto? Desde quando? Desde quando os intelectuais ocupam as ruas? Quem são os intelectuais engajados? Sabem ler, escrever, pesquisar. Mas para eles, lutar é possível? Como? Ou se trata de algo vergonhoso? Ou, para eles, lutar se contrapõe ao intelectual e ao comportamento que têm a zelar, ao currículo que precisam cuidar? A militância não combina com seus paletós? Em relação ao que significa a pandemia do COVID-19, não foram chamados a opinar. Há muito tempo teve início a desprezo por eles, como se nada tivessem a dizer. Teriam? Seriam compreendidos? Há quanto tempo falam só para si mesmos?

Nada foi feito. Deu-se entrada livre ao vírus. Ele transitou com facilidade entre um país e outro. E não por falta de conhecimento sobre seus perigos. Descaso político? Em absoluto! Estratégias biopolítica (Foucault e Agamben) e da necropolítica (Mbembe),

da política da vida e da morte que mantém vidas absolutamente restritas, comportadas e administradas. O medo da morte é estratégia política. O número de mortes também. Nós, que pedimos por nossa limitação, que exigimos para que “fiquemos em casa”, somos exemplos disso. Nenhuma outra estratégia foi buscada. Nenhuma outra foi sugerida. Nenhuma foi reivindicada. Agamben se posicionou recentemente questionando o porquê aceitamos com tanta facilidade a recomendação para ficarmos em casa. Por que essa prisão nos pareceu tão cômoda? As previsões a respeito da pandemia de nada serviram. Os especialistas não foram muito considerados. Um slogan contagiou a todos. E todos aceitaram e pediram pelo mesmo. O direito de ir e vir, tão acionado pela classe média em qualquer circunstância de limitação a suas liberdades de locomoção, não foi sequer mencionado. Em relação a isso, os advogados seguem sem terem seu trabalho acionado. A imobilidade se instaurou e só foi mexida um milímetro, para que pelas redes fosse fortalecida a campanha “fique em casa”. Se politicamente nada foi feito, deixemos que nós façamos, nós os poderosos trancafiados dentro da própria casa. Servidão voluntária?

Enterrar seus próprios entes queridos? Esse direito antigo sofre alternâncias conforme as circunstâncias da ocorrência da morte. Nestas circunstâncias, até ele está suspenso. No lugar do direito o que é aclamado é a imobilidade. “Fiquemos em casa!”. E se se sofre com isso, a terapia à distância pode ajudar. Até mesmo o sofrimento do enclausuramento voluntário foi preferido. Estar em casa é o mais seguro. O cuidado contra a pandemia é um cuidado privado. E por meio dele que cada um contribui para que vagas nos hospitais sejam reservadas a casos mais necessários. É por meio dele que cada um faz a sua parte. Nenhum poder político. Nenhum poder dos especialistas. A capacidade de compaixão simula poderes individuais. Mas quais poderes individuais, se o lar tornou-se a própria prisão? O tempo está liberado. Todo o tempo para cuidar deste evento político pela falta de política. Todo o tempo para trabalhar ainda mais do que já trabalhava, por ter então todo o tempo disponível para o trabalho e poder aproveitar o tempo para todo o trabalho que até então não tinha tempo. A submissão do indivíduo àquilo que para ele teria sido feita (a sociedade), para sua proteção, ganha proporções inimagináveis. De dentro da própria casa ele se protege para protegê-la. Ninguém mais é por ele. E ele aclama: “fiquemos em casa!”. Imediatamente ele aderiu à campanha. Até porque, quando ela se faz necessária, seu poder para qualquer ação ou mesmo para qualquer outra mísera atuação já estava neutralizada. O que ele tem de melhor a fazer é “ficar em casa”, esse lugar onde o privado toma conta de si mesmo. Mas que, no entanto,

ele já desde o início de sua vida, ele aprendeu que corresponde à vida pública. Se Hannah Arendt também nos ensinou diferente? Se Hannah Arendt problematizou os perigos da mistura entre o público e o privado? Entre a condução da casa para a esfera política e, por causa deste movimento, a derrocada da política? Mas Hannah Arendt? “Quem é essa mulher?” Não seria mais uma, que por ser mulher deveria ter se calado?

Oremos: "fiquemos em casa!". O poder do medo é o mais poderoso dos poderes. Um vírus muito mais forte do que qualquer ser humano de qualquer sociedade das mais tecnológicas, porque qualquer ser humano sem política é ser humano sem poder. E a foto com a amiga? Bobagem. A amizade e a política é um par defendido por Hannah Arendt. Coisas da Filosofia. E para que nos serve a Filosofia? A ciência nos salvará. A tecnologia até lá, nos entreterá.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDR, Hannah. As Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, instrumento de poder. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979); edição estabelecida por Michel Senellart sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção Tópicos).

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O COVID-19 E A RECOLONIZAÇÃO DO CORPO NACIONAL

Ana Paula Bosatti

Doutoranda Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduação em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP) e em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Resumo : Este ensaio se propõe pensar como a epidemia do COVID-19 está colocando em jogo a manutenção da reprodução do corpo nacional. Para legitimar o que o Estado biopoliticamente define como o corpo “valido”, Bolsonaro e sua equipe buscam o controle da narrativa promovendo regimes de “verdade” sobre o COVID-19. Uma das estratégias usadas pelo Estado vem sendo a reinvenção de “imaginários morais”, como já era comum mesmo antes das eleições de 2018, quando Bolsonaro e sua equipe recriam imaginários éticos, reterritorializados e atemporais. Um deles é sobre seu “corpo de atleta” que busca reconstruir narrativas sobre a vida biológica nacional “superior” forjada desde a década de 70. A disputa pelo domínio dos imaginários conflagra um dos desafios que as esquerdas estão tendo, de recolonizar a narrativa política com o espaço simbólico da cidade vazia, numa sociedade fortemente marcada pelo teor do espetáculo.

Palavras-chave: Corpo nacional; imaginários morais; COVID-19.

Abstract : This essay intends to reflect on how the COVID-19 pandemic is challenging the reproduction of the national body. To legitimize what the State biopolitically defines as the “valid” body, Bolsonaro and his team seek to control the narratives, promoting regimes of “truth” about the COVID-19. One of the strategies used by the State is the reinvention of “moral imaginaries”, as it was already common even before the elections on 2018, when Bolsonaro and his team recreate ethical, reterritorialized and timeless imaginaries. One of them is about his “athletic body”, which seeks to reconstruct narratives on the “superior” national biologic life, forged since the seventies. The dispute for the domain of the imaginaries conflagrates one of the challenges that the lefts are

facing, of recolonizing political narratives with the symbolic space of an empty town, in a society that is strongly marked by show content.

Keywords: National body; moral imaginaries; COVID-19.

O vírus e o laboratório de engenharia social

Não é novidade que as elites nacionais usam as epidemias como laboratórios de engenharia social, de purificação da “raça”, ou seja, de eugenia para reorganizar a utopia da comunidade “nacional”. Historicamente, as epidemias tem como efeito de poder a manutenção do núcleo de reprodução do corpo nacional soberano.

Foucault (2008) nos lembra através do conceito de biopolítica que a vida humana (e não humana) pode ser gerenciada e maximizada de acordo com os interesses nacionais. As epidemias potencializam o que as próprias comunidades “imaginadas” definem como soberanas e como encará-las. Paul Preciado (2020) analisa que as epidemias inscrevem no corpo individual as técnicas que são biopolíticas. Na epidemia da sífilis no século XV na Europa, a doença representava a repressão e a exclusão aquilo que figurava como um obstáculo para a modernidade patriarcal: a obsessão pela pureza racial, a proibição de casamentos mistos, a restrição de práticas sexuais “ilegítimas”, etc. A manutenção do corpo branco burguês sexualmente restrito ao espaço privado e conjugal tornava abjeta a prostituta porque contrariava a matriz reprodutiva do corpo nacional.

Como analisou Ana Paula Boscatti (2020) “pornonacionalismo” é uma tecnologia de poder que reinventou o corpo nacional nos anos 70 e 80, como um modelo biopolítico de gestão do aperfeiçoamento da “raça” nacional: heterossexual, pós eugênica, masculinista, e neoliberal. O Rio de Janeiro foi um laboratório onde se inventava uma nova identidade nacional que transformava a cidade (metáfora do Brasil) em uma utopia sexual que deveria ser experimentada pelo homem branco (de preferência o estrangeiro). Enquanto o Rio, era alvo de uma série de políticas de controle que miravam os corpos negros, pobres e nordestinos migrantes, mostrei como as técnicas de poder reterritorializaram e rematerializaram esse corpo brasileiro “válido” em cartografias globais. Mas a ideia não era só produzir novos imaginários sobre o corpo nacional, a ideia era capitalizá-lo a ponto que ele fosse também rentável no mercado nacional e internacional. A “*brazilian butt lift*”, técnica de cirurgia plástica conhecida como “bumbum brasileiro” por exemplo, foi uma das mercadorias comercializadas pela

inicitiva privada que poderiam produzir, distribuir, precificar e reterritorializar o corpo nacional.

Essas tecnologias poderiam capitalizar a “natureza” do corpo nacional, comercializando técnicas de produção em escala de estatutos de verdade sobre o corpo biológico da “brasileira”. O que permitiu que a partir dos anos 70 e especialmente dos 80, o Brasil pudesse vender nos mercados transnacionais também sua própria redefinição de eugenia. Isso possibilitou que nos anos 80, o Brasil figurasse como uma grande fábrica de produção eugênica, se tornando destino turístico cobiçado para o turismo médico, como mostra Denise Sant’anna (2016) além do turismo sexual.

Mas o que isso tem a ver com a disputa epistêmica do atual governo e COVID-19? Através da crise do coronavírus, Bolsonaro e sua equipe evidenciam e potencializam suas estratégias biopolíticas de visibilidade e apagamento do corpo nacional. Deste modo, o próprio poder nacional, torna evidente os corpos que importam, os que não importam, e mais do que isso as estratégias de legitimação do corpo designado como válido e visível. Para legitimar o que considera como o corpo “certo” Bolsonaro e sua equipe usam como tática a disputa pelo domínio discursivo.

Ao se negar a encarar a gravidade do COVID-19, Bolsonaro tenta inverter a narrativa da periculosidade do vírus abrandando as consequências como a extinção de milhares de brasileiros. Ao colocá-la junto a um status de uma “gripezinha”, o presidente tenta reorganizar a narrativa pública sobre a doença.

A dominação das narrativas

Uma das estratégias mais utilizadas por Jair Bolsonaro e sua equipe desde as eleições de 2018 é a reinvenção dos imaginários nacionais. Isso acontece através da ampla circulação e produção de discursos, imagens, memes, videos, entrevistas, etc. pelas redes sociais, muitas vezes de origens falsas ou duvidosas, conhecidas como *fake news*. Através dessas ferramentas, Bolsonaro e sua equipe, produz memória nacional através de acontecimentos bricolados espacialmente e temporalmente. Algumas menções a essa sobreposição de tempo e espaço podem ser encontradas em inúmeras *fake news*. A farsa da linearidade do tempo e de um espaço nacional territorialmente definido se confronta com as novas percepções que emergem com as tecnologias digitais.

Um exemplo disso, foi uma noticia que circulou em 2018 em plena disputa eleitoral: uma suspeita de espionagem desembarcava em Caxias do Sul (RS) diretamente

da Sierra Maestra. Haveria no Rio Grande do Sul, um destacamento de militares cubanos que possibilitaria garantir a segurança do candidato à presidência Fernando Haddad.

Recriar as fantasias sobre o universo político próprio a Guerra Fria, por exemplo, mostra como o eixo de temporalidade foi deslocado das questões políticas próprias as agendas políticas contemporâneas para subjetivar uma memória sobre o “inimigo comunista”. Da mesma forma, recombina o espaço cubano e sua rede de significados e estereótipos nacionais, permitiu uma constante bricolagem de imagens e valores morais que possibilitavam preencher imaginários sobre o Brasil da era de Bolsonaro.

Ambos os exemplos servem para mostrar como se operacionalizavam as estratégias de reinvenção de imaginários que são atravessados por discontinuidades no tempo e no espaço. Benedict Anderson (2008) já havia sinalizado que toda Nação é constituída de representações de si, estratégias discursivas que permitem que as comunidades se desenhem e identifiquem de uma forma ou de outra. No mundo contemporâneo a ascensão das diferentes tecnologias de representação midiaticamente conectadas a produção de subjetividades permite que o pertencimento nacional também seja mobilizado no universo capturado por esses imaginários.

Segundo aponta Jonathan Beller (2006) a influência do cinema e seus braços interiorizou os modos de produção pegando as propriedades formais da linha de montagem e introjetando na consciência. Essa introjeção promoveu também uma transformação na linguagem, o “*cinematic mode of production*”. Assim, significados e arquétipos quando convertidos em capital implicaram que a imagem fosse um sinônimo crítico das relações de produção, de modo que quando olhamos uma fotografia numa revista, por exemplo, não confrontamos apenas a imagem em si, mas a logística de produção da imagem. Para Beller, a dinâmica da cinemática foi a continuação da exploração industrial, mas reconfigurada, através do corpo. A consequência imediata é a mudança na reconceitualização da imagem, se antes o espectador era “passivo”, ele se tornou “ativo”, porque colocou seu corpo como unidade de marketing se tornando sujeito desejante.

Deste modo, a cinemática foi uma fábrica desterritorializada, na qual os consumidores individualmente produziram fetiche. Nesse novo olhar, o corpo era parte do modo de produção, ou seja, o corpo era cibernético e o espectador ajudava a

consolidação do mundo visível através da criação de uma nova socialidade⁴¹, na qual ele inscrevia seu corpo como artefato da tecnologia e do prazer comercial. Essa reestruturação a partir da cinemática exigia também uma reconceitualização do imaginário.

O imaginário cada vez mais influenciado pelas visualidades que avançaram com o giro da produção para a cinemática se tornou uma ferramenta importante para os projetos do Estado Nacional. Se as comunidades imaginadas dependem de representações subjetivadas, o domínio dessas narrativas sobre o “nacional” também é central no jogo político, que se engaja em criar personagens, cenários, inimigos do Estado e do cidadão comum como parte do seu próprio marketing político.

Os imaginários morais

Arjun Appadurai (1996, p. 31) nos faz pensar o lugar desses imaginários no mundo contemporâneo. O que se entende a partir do autor é que o lugar da mídia procura rematerializar o senso de pertencimento nacional com o Estado-Nação através da imaginação, a fim de consolidar “*constructed landscape of collective aspirations*”. Ao rematerializar as representações através da imaginação se formam um campo organizado de práticas sociais e uma forma de negociação entre indivíduos e campos de possibilidades local e globalmente definidos. O que Appadurai nos evocar a entender é uma dimensão da nação moderna: a territorialidade. Ao reconhecer que a nação é algo imaginado, o autor igualmente reconhece uma crítica possível a essa idéia: é a imaginação nos conduzirá para além da nação. Portanto, Appadurai reconhece o trabalho crítico de imaginação que reconhece a dificuldade em construir geografias morais “pós-soberanas” (1997, p. 33).

Uma das esferas que proponho pensar aqui é que tanto a noção de território, como proposto por Appadurai, como também a noção de temporalidade são estratégias usadas para a produção de imaginários na gestão de Bolsonaro e *fake news*. A imaginação pode também ser não somente inventada para além da ideia de Nação, mas para além da ideia de seu próprio tempo. É interessante pensar como as narrativas nacionais capturam

⁴¹ Esse processo foi responsável por garantir que a imagem surgisse como um novo sujeito social. O que tencionou os indivíduos a aprenderem a mediação da imagem em meio ao mundo de significados em que estava inscrito, exercendo grande influência sobre seu comportamento.

símbolos que estão para além de seu próprio tempo e significado cultural para produzirem sua própria cartografia pós-nacional.

O Carnaval nos anos 70 e 80 como mostrou Ana Paula Boscatti (op. cit), por exemplo, foi muitas vezes figurado como um ritual que era parte de um passado utópico. A proposital distância histórica buscava remeter a um passado superado, majoritariamente definido por mulheres e homens negros. A ideia de cultura popular reside em uma suposta a autonomia das manifestações e na ausência de contaminação ou mercantilização com a cultura hegemônica. Porém, a cultura hegemônica (nacional) usa o Carnaval como uma manifestação da cultura popular para muitas vezes o direcionando como mediador entre a tradição e a modernidade, ou seja, folclore, segundo apontou Balibar (2002).

Deste modo, podemos pensar nos imaginários que atravessam os mundos globais permeados de camadas de tempo e espaço sobrepostas. As estratégias de Bolsonaro e sua equipe foram de ampliar esses registros e expandir substancialmente a circulação das mensagens através das tecnologias de difusão midiáticas através do mundo virtual. Além disso, há um outro fator determinante em relação a esses imaginários: eles são profundamente morais. Por isso eu os chamo de imaginários morais.

Esses imaginários acionados discursivamente por imagens, vídeos, textos, ou áudios nas redes de compartilhamento de *fake news*, não tem somente um conteúdo estético que administra conteúdos passíveis de redefinições de ordem espacial ou temporal, eles também carregam em si um conteúdo profundamente moral. Para Michelle Lara (2007) o sentido ético-estético é entendido como dimensão humana que traduz a forma de ser, agir e sentir nas relações sociais, marcada por sua racionalidade, sensibilidade e capacidade criadora, que pode ser disciplinada ou transgressora. As ações humanas são reguladas (e igualmente agenciadas) através de processos coletivos e normativos de construção das regras sociais que nos coloca também como produto e produtor de cultura. A necessidade de compreensão da dimensão ético estético que cada objeto, conceito, pessoa tenta dimensionar o caráter sensível/racional que guia à realidade histórico-cultural. Segundo Nadja Hermann (2005) nossos julgamentos morais modificam-se quando confrontados com novas narrativas e diferentes experiências estéticas. Isso pressupõe o estranhamento de convicções morais que pode ampliar a sensibilidade, até que o não-habitual possa ser reconhecido em sua diferença.

A rede de mensagens e *fake news* que circundam o governo de Bolsonaro, exploram exatamente essas duas dimensões: constroem representações, imagens e

condutas reguladas para os “cidadãos de bem”, “patriotas”, defensores do Brasil, que muitas vezes transbordam as noções de tempo e espaço nacional, mas igualmente recorrem a símbolos e imagens nacionais facilmente codificáveis (como a bandeira brasileira ou a camisa da CBF). Ao mesmo tempo, essas mensagens inventam sua própria moralidade, definindo quem são os outros, os “inimigos”: petistas, ideólogos de gênero, venezuelanos, cubanos, comunistas, feministas, etc. O tom de apelo é a defesa do bem, do bem maior Cristão, os princípios de manutenção da família heterossexual monogâmica, da “natureza” biológica dos corpos e da Pátria. Os imaginários morais acionados pelas *fake news* não buscam relativizar uma conduta moral a cada expressão cultural e suas realidades histórico-sociais, mas ao bem divino materializado na família, na pátria e na rejeição ao inimigo comum.

A enorme máquina de produção e circulação de *fake news*, permite um senso de materialização da realidade social. O nacional é recriado e “imaginado” como afirmou Anderson, através de uma série de discursos que sobrepõe representações, imagens tempo, espaço e ética. Essa disputa negocia a regulação das condutas éticas do o corpo nacional soberano, ou seja, “cidadão de bem”, o corpo nacional legítimo que deve usufruir os privilégios do Estado de direito.

Assim, acionar esses imaginários morais é também reinscrever o regime de verdade sobre o corpo nacional soberano que está sendo a todo momento negociado em troca de mensagens, figurinhas de WhatsApp e *fake news*. Para bombardeá-los é preciso que igualmente se crie uma contra-máquina que amplie os imaginários conservadores para além daqueles produzidos, para que se fabriquem também novas moralidades como valores estéticos.

As aventuras masculinistas de Bolsonaro e a narrativa do contágio

A discussão sobre imaginários é fundamental para entender o campo político contemporâneo e as disputas narrativas que circundam o governo de Jair Bolsonaro. A guerra discursiva travada sobre o COVID-19 e o Estado brasileiro é uma luta também disputada no âmbito dos imaginários. Esses imaginários são demarcados por fronteiras sexo-reguladas, além de combinarem também marcadores de raça, geração e classe, majoritariamente.

O corpo, como Preciado sinaliza (op. cit), é o grande lócus por se retorna a ideia de fronteira para reestruturar o que se imagina como soberania nacional. Com o COVID-

19, para o autor, as políticas de Estado fecharam as fronteiras de seus próprios territórios para as realocarem no nível de cada corpo. O corpo é a grande barreira contra o vírus, onde novas fronteiras se colocam: a casa, como um bunker protegido contra os invasores externos e a máscara, protegendo e redefinindo interditos e espaços sacralizados.

Desta forma, a mão, a boca e a casa são espaços sacralizados e proibidos do acesso e do contato comunal. Os rituais de higiene e purificação se aprofundam permitindo que a gestão da peste crie novas formas de controle do corpo. Mas, a medida que se impõe uma série de novas práticas e autocuidados reguladores de uma nova moral que emerge, Jair Bolsonaro escapa a todas as normativas internacionais, convencidos por organizações de saúde coletiva e pesquisa científica, despreza o pandemia, recriando-a sob o status de “gripezinha”.

Mesmo depois de ter vários membros de sua comitiva infectados em uma viagem a cidade de Miami, inclusive o próprio prefeito, Bolsonaro aparece publicamente no Palácio da Alvorada e penetra a grade de isolamento que o separava de um variado grupo de pessoas reunidas, entre eles jornalistas. Ele aperta as mãos, abraça, tira fotos. Numa imagem escatológica que roda o Facebook, inrrompem da boca do presidente inúmeras gotículas de cuspe que se transferem em direção ao seu próprio povo, objeto de ação da sua necropolítica individual (além da coletiva, claro).

A semiótica da figura pública de Bolsonaro, aciona como técnica de governo a gestão de uma masculinidade militarizada, altamente viril e vertical, uma heterossexualidade incorruptível e inflexível que se contraria com qualquer tipo de “desvio” de uma conduta estritamente normativa. Esses fatores, possivelmente reuniuram inúmeros eleitores a seu lado, assim como separaram outros muitos. Mas o fato é que a gestão da masculinidade viril e da heterossexualidade incorruptível são parte de sua técnica de governo, onde indivíduos buscam recolonizar imaginários morais sobre a utopia de um mundo masculinista ameaçado por feministas, anti-racistas e dissidências sexuais de todos os tipos.

Os significados que Bolsonaro compartilha quando cruza a grade de isolamento são permeados por interpretações que também contemplam a semântica da sexualidade, afinal as narrativas masculinistas e heteronormativas que Bolsonaro evoca, nos permite entrar no também fecundo terreno dos estudos de gênero e suas sentidos produzidos pelo poder. O exercício do poder não é desprovido de gênero (como não é também de raça ou classe), portanto, vale lembrar que espaços historicamente associados a ação masculina branca e burguesa como a política, são constantemente permeados por disputas no

domínio das narrativas. Corpos masculinos pautam agendas políticas majoritariamente inscritas no reforço de seus privilégios de gênero, raça e classe. Da mesma maneira, inferem sobre interditos e limitações a corpos femininos e suas pautas políticas.

O presidente no esforço na manutenção do poder masculino e soberano age como o próprio pênis que semeia e fecunda (com seu material biomolecular) o que é impenetrável. Infectado com corona vírus ou não (como nunca foi efetivamente comprovado e muito se especula), a fábula da “mentira da mídia” sobre o COVID19 permitiu que Bolsonaro novamente irrrompesse o universo semiótico com seus fluidos corporais, toques e objetos fálicos como a banana (como a que o humorista deu aos jornalistas para contorná-los sobre o péssimo desempenho econômico) . Ele mesmo é o pênis desprotegido que irrompe as fronteiras da reprodução e semeia o extermínio em massa (e não a vida com prenunciam os movimentos e comunidades anti-aborto). Indiferente aos próprios limites materialmente físicos e de geração, Bolsonaro performatiza o pênis jovem e inesperiente que muitas vezes coloca o preservativo errado, ou tira o preservativo antes da hora pré-determinada. Assim como fez com a máscara médica que cobra as áreas da boca e nariz, Bolsonaro personifica o pênis jovem, desprotegido e procriativo que busca incessantemente a fecundação e não se responsabiliza pela consequência de seus atos. Sua autoridade masculinista usa a como estratégia discursiva o falseamento das informações para a legitimação da sua própria narrativa errática e anti-política (que lhe possibilitou ascender ao poder) e a recolonização de imaginários morais.

A masculinidade é uma manifestação performática e mesmo um corpo fisicamente idoso pode teatralizar ser potencialmente jovem e viril (sem intervenções estéticas) se o exercício do poder patriarcal e soberano conseguir dialogar com suas diversas facetas de expressão de masculinidade hegemônica: o comportamento anti-homossexual e intolerante, a violência através do medo, os discursos de autoridade, etc. Vale lembrar que o corpo de Dilma Roussef foi reiteradamente retratado como velho e abjeto. Bolsonaro, usa seus próprios privilégios enquanto corpo masculinamente hegemônico para forjar sua condição geracional, um idoso. Essa característica classificaria seu corpo como “minoría”, então ele falseia sua própria condição, tentando performatizar a virilidade em outros níveis, como por exemplo, na situação mencionada acima, semeando “a peste” com seus fluidos corporais ou quando aciona o seu próprio corpo como “atletico”. Como quando inúmeras vezes simulou fazer flexões.

O corpo atlético de Bolsonaro

Num pronunciamento oficial em que minimizou os efeitos do Coronavírus, Bolsonaro afirmou: “o histórico de atleta me trouxe alívio.” para referir-se a sua condição corporal que supostamente resistiria ao vírus. Conseqüentemente uma série de imagens e memes percorreram as redes sociais apontando para a materialidade da sua limitação física. Já idoso e potencialmente mais sensível a ação do vírus pela idade, Bolsonaro mais uma vez aposta na manutenção de imaginários morais sobre o corpo nacional masculino, soberano e sobretudo, atlético.

No início do século XX, o Brasil era considerado um país condenado. Para as teóricas científicas, sua base mestiça, negra e indígena havia tornado, inviável o crescimento econômico, moral e físico do povo brasileiro (como apontaram autores como Oliveira Vianna, Renato Kehl, Hernani de Irajá, Monteiro Lobato, etc). A imigração européia foi uma das soluções para o branqueamento, pois a ética voltada para o trabalho dos novos imigrantes poderia conduzir para o desenvolvimento econômico, moral e racial. As teorias eugênicas defendiam o branqueamento do Brasil para construir uma vida biológica mais potente. Os anos passaram e finalmente na ditadura militar, 40 anos depois de muitas dessas teóricas eugênicas serem desenvolvidas, o Brasil se orgulhava do seu corpo nacional. A brasileira encarada na carioca, representava o avanço biológico da espécie nacional: bronzeada (porém branca), moradora da Zona Sul e consumidora. O novo corpo nacional carregava uns símbolos de um país que queria ser visto como vencedor na guerra biológica da eugenia. Assim, no pornonacionalismo (op. cit) dos anos 70 e 80, o corpo nacional foi recriado para ter um certo protagonismo no mundo global. O corpo esteticamente bonito, regulado por dietas, farmacos, exercícios e técnicas cirúrgicas promovia um novo Brasil que havia apagado a feiuras e abraçado o consumo. O corpo nacional pressupunha saúde, mesmo que essa saúde pudesse ser apenas condicionada a estética.

O que aconteceu no período entre os anos 30 e 70, foi que existiu uma tentativa de solucionar essas disfunções morais e estéticas. Mercado e mídia se uniam no combate a feiura e a vitória da branquitude. Surgiam cremes, cintas, exercícios, rituais, loções, fármacos ajudavam na conquista do corpo bonito. Se implementou uma cultura física que passou a se tornar um elemento importante para o ajuste do corpo nacional. O termo *fit*, que tem origem na língua inglesa, tem o sentido de caber, ajustar, encaixar. Como indica

André Silva (2012) o significado de *fit* (adaptar-se) pressupõe conformismo e acomodação, os termos conferem um sentido atribuído normalmente à cultura *fitness*:

“(...) remete a esforçar-se, aplicar-se, dedicar-se e, sobretudo, inconformar-se com os atributos de imperfeição, assimetria e defeito. As noções de *fit* e *unfit* há tempos têm sido utilizadas para classificar e ordenar corpos, indicando os adequados e os inadequados”. (SILVA, *idem*. p.215).

Francis Galton como menciona Silva, intelectual que classificou a ciência da eugenia, em meados do século XIX, já atribuía sentido aos termos *fit* e *unfit* para descrever os sujeitos eugênicos e os degenerados. Adaptar, adequar, encaixar, caber e ajustar são verbos que possibilitam pensar o aperfeiçoamento corporal por meio da eugenia e da cultura *fitness*. O paradigma *fitness* se estabeleceu não só frente às tecnologias e à importância que a imagem passa ter com a virada no modo de produção capitalista (cinemática), mas, porque também supunham controlar a natureza o “*unfit*”. O naturalmente feio poderia se tornar *fit*, através do controle da “natureza”. Caminhadas, escadas, cremes, tratamentos, anilhas e pesos poderiam tomar posse da “natureza” transformando-a em cultura

Essa nova forma de percepção olhava para a gordura, como uma inimiga da “saúde” e a prevenção para o acúmulo de adiposidade era promovida através de exercícios regulares e disciplina. A educação física, que foi aplicada no currículo básico desde a década de 30 e na década de 70, promoveria uma administração coletiva de corpos “sadios”, que além de prevenir doenças através da autogestão, poderia incidir sobre a aparência estética, transformando o corpo belo em capital rentável à estrutura de produção.

As tecnologias de transformação corporal são tecnologias de guerra aplicadas a produção estética de corpos. Dentro dessa lógica, um corpo deve ser uma arma letal, preparada para a guerra, na formação dos exercitos nacionais, que deveria ter um bom desempenho em relação a força muscular, e potencial aeróbico. O corpo nacional *fitness* dos anos 70 e 80 havia sido harmoniosamente forjado com as políticas de mestiçagem, havia vencido a feiura, as diferenças raciais e se tornando altamente comercializável nas economias neolibéricas.

Para Miriam Goldenberg (2005) o Brasil figura como uma “civilização das formas”, ou seja, o corpo passou a ter uma centralidade em determinados grupos sociais, pois se tornou uma verdadeira obsessão e transformou-se em um estilo de vida, ao menos entre as camadas médias urbanas. A noção do corpo nacional eugenicamente transformado pelas tecnologias de manutenção do peso, evidenciam o teor “espartano”

da sociedade brasileira, que buscou consolidar imaginários morais sobre o Brasil, assentados em categorias bioestéticas que excluía os corpos gordos, com deficiência, majoritariamente brancos de classes médias urbanas, regulados em relação ao que propunha o consumo visual.

O corpo regulado pela estética e pelo consumo emergia como uma plataforma de promoção da soberania nacional. Apesar de ser um paradigma estético, o corpo nacional bonito, implicava também que a sua “natureza” ou seja, questões pertinentes a vida biológica como patologias, estariam eliminadas. Em tempos de epidemia, a retórica da saúde, da “imunidade de atleta”, da “imunidade do brasileiro”, que “pula no esgoto e nada acontece” serve para reforçar essa “natureza” nacional que eugenicamente superou as desigualdades e as más expectativas em relação a evolução da “raça”. O “histórico de atleta” de Bolsonaro flerta com esse imaginário de um corpo “biologicamente” superior que ascendeu nos anos 70.

Em outra entrevista, Bolsonaro afirmou que o vírus só mata "idosos e pessoas com condições preexistentes. O que o presidente enuncia aqui é: quem são as pessoas passíveis de morte? O que conseqüentemente leva a compreensão de quem ele considera o corpo soberano legitimamente nacional. A reforma da previdência aprovada durante sua gestão já indicava uma certa precarização de algumas categorias profissionais, que irão sofrer com a descapitalização, a redução das pensões e o aumento dos anos de trabalho.

Igualmente, aqueles que já tem algum problema crônico de saúde também são facilmente elimináveis para Bolsonaro, já que “alguns irão morrer...é a vida”. A ação biopolítica do Estado brasileiro recentemente vem traçando suas estratégias de gestão da vida e da morte, e tornando abjeto um número cada vez maior de grupos sociais. Os cortes de bolsas de assistência social, de pesquisa, de atividades culturais e artísticas, de ensino e o desemprego vêm cada vez mais tornando inviável a sobrevivência das camadas mais pobres e precarizando as relações de trabalho das classes médias.

As políticas de Bolsonaro tornam cada vez um grupo maior de pessoas alvos possíveis para a ação necropolítica do Estado. Enquanto historicamente a população negra e pobre sempre foi algo preferencial do encarceramento e da marginalização, esse quadro se agrava com as ações das polícias atuando fortemente nas favelas e o desemprego. Além disso, passa a engolir também a classe média, que vivia sua cidadania através do consumo. A aposta de Bolsonaro na excelência da vida biológica nacional e na sua própria, é uma farsa criada para produzir o oposto: a morte de milhares de pessoas que estão sofrendo as conseqüências de um Estado ausente e genocida.

O extermínio em massa da população brasileira visa a refundação de um “novo Brasil” tão aclamado pelos movimentos de direita. Esse novo Brasil parece eleger como corpo soberano os membros da sua própria facção de cidadãos de bem: banqueiros, grandes empresários, líderes religiosos, milicianos, empresários da comunicação, “patriotas” e o capital internacional. A omissão de Bolsonaro não é inocente, a morte de milhares de pessoas tem como pano de fundo, a recolonização do Brasil pelo seu próprio clã e pelo capital internacional.

As elites nacionais e o espaço da cidade vazia

Na mesma hora em que fez um pronunciamento oficial em que negava a gravidade do COVID-19, inúmeras manifestações tomaram as cidades do Brasil. De suas casas, as pessoas pediam o *impeachment*, gritando, batendo panelas, projetando imagens e mensagens nas fachadas dos prédios. Dias depois, passava a circular nas redes sociais um chamado para manifestações nas principais capitais do país, carreatas de automóveis percorriam as cidades em um buzinaço a fim de chamarem os brasileiros e brasileiras para o trabalho. A saída do isolamento e a reabertura do comércio, iria potencializar a economia já que para a saúde financeira do Brasil, o país não poderia parar.

Essa situação me faz pensar que a guerra de Bolsonaro é uma guerra também pelo controle da narrativa, como já apontaram alguns jornalistas. Uma de suas estratégias está em reinventar imaginários morais. Com o domínio do imaginário e da moralidade ele estabelece regimes de verdade, mesmo que elas sejam *fake news*. Recentemente, os principais veículos de mídia destacam sua impopularidade e suas atividades irresponsáveis na gestão da crise do Corona vírus. Igualmente, vídeos circulavam nas redes sociais revelando a amplitude da insatisfação mesmo em bairros tradicionalmente conservadores das grandes capitais. O chamado pelas carreatas mostra a preocupação pela retormada do protagonismo da narrativa.

O espaço vazio da cidade em tempos de isolamento social, tem o seu próprio valor simbólico. A cidade é um espaço de disputa política onde grupos políticos também tentam inscrever seus significados, seja através de pichações ou através de lojas de grife. Mas agora a nova fronteira política é a casa, as ruas das cidades são espaços inabitados, o que desabilita pelo menos momentaneamente sua ocupação coletiva como ferramenta de controle simbólico de grupos políticos.

Nas manifestações de 2014, o movimento de direita *Vem pra rua*, reinterou a importância narrativa da ocupação da cidade pelos movimentos sociais. A disputa semiótica pela ocupação da cidade pelos movimentos de direita usavam como artifício diferentes ferramentas próprias a sociedade do espetáculo, como analisou Guy Debord. A “sociedade do espetáculo” foi o resultado e o projeto de um novo modo de produzir no capitalismo que veio junto à centralidade da imagem. A transformação do paradigma da imagem como modo de produção do capitalismo uma importante mudança conceitual. O consumo, a propaganda e o entretenimento não constituíram um modelo à parte do modo de produção, eles foram de fato o modelo hegemônico de vida. Debord ampliou sua lógica ao conjunto das atividades e relações do dia-a-dia, mostrando que as sociedades espetaculares fundiram a realidade e a imagem, reconfigurando-as através de uma linguagem de signos. Assim, a economia do espetáculo modelou um número crescente de imagens-objetos cujo fim era a própria reprodução do espetáculo.

Deste modo, “patriotas” usam como artifícios semióticos tecnologias do entretenimento: coreografias, músicas, trio elétricos, *dress code* correto e toda uma economia de sentidos que envolvem o corpo em uma série de atividades que buscam entreter como proposta política. O discurso nacional dos “patriotas” abraça as estratégias históricas dos anos 70 e 80 que tornaram o Brasil uma sociedade que se reconhece espetacular, incentivada pelos grandes produtos globais como o Carnaval e o futebol. O espetáculo ocupou um lugar especial na invenção da identidade nacional. De maneira sagaz, os movimentos de direita capturaram formas de entretenimento para produzirem grandes eventos, que também eram manifestações políticas.

Os movimentos de esquerda igualmente devem repensar a forma como comunicam suas pautas. O caráter espetacular que dá impulso ao compartilhamento e a curtida, estão em jogo. O protagonismo nessa disputa política onde a ideia de espetáculo tem um efeito catalisador depende também da formulação de novos imaginários e modos de transmissão da mensagem que possam entreter e informar. A luta pelo controle dos regimes discursivos depende também da forma como se comunica a mensagem.

Por enquanto, as ruas vazias trazem a sensação de uma “página em branco”: a “terra vazia” e da própria invasão colonial como o genocídio, a exploração das riquezas, do trabalho e o etnocentrismo. A disputa discursiva pela narrativa da cidade agora está em casa. Como uma “terra virgem”, os invasores coloniais, os “patriotas”, continuam seu esforço masculinista de violação do espaço simbólico da cidade. Buzinam, carregam bandeiras (o grande símbolo de dominação colonial) em carros caros. Exigem a proteção

da economia e não das pessoas. O vírus coloca nossa vida em risco, mas a gestão dele é o maior perigo. O corpo nacional válido nesse momento não é o meu, nem o seu, mas daqueles que pertencem a facção de Bolsonaro. Eles, os colonizadores, estão tentando construir um novo Brasil, um novo corpo nacional soberano. A gestão da crise do coronavírus tem produzido uma reorganização das narrativas em relação ao governo do presidente e suas estratégias de genocídio tem ficado cada vez mais claras. A oportunidade aponta para uma possível virada: a recolonização da narrativa está nas nossas mãos.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Trad. Denise Bottmann, São Paulo. Cia das Letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. Modernity at large: cultural dimensions of globalisation. USA: University of Minnesota Press. 1996.

_____. Soberania sem territorialidade notas para uma geografia pós-nacional. Novos estudos n.º 49, 1997.

BALIBAR, Etienne, WALLERSTEIN, Immanuel. Race, Nation, Class Ambiguous Identities. Verso Press USA, First Edition, 2002.

BELLER, Jonathan. Cinematic mode of production: Attention Economy and the Society of the Spectacle. Hanover, NH: Dartmouth College Press, 2006.

BOSCATTI, Ana Paula Garcia. A bunda e a “natureza” nacional: a fabricação sexopolítica da brasilidade nos anos 70 e 80. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2020.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Prefácio à 4ª edição italiana de A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. Gênero e corpo na cultura brasileira. Psicol. clin. [online]. 2005, vol.17, n.2

HERMANN, Nadja. Ética e estética a relação quase esquecida. Porto Alegre. EdIPUCRS, 2005.

LARA, Larissa Michelle O sentido ético-estético do corpo na cultura popular e a estruturação do campo gestual. Revista Movimento. Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 111-129, setembro/dezembro de 2007.

PRECIADO, Paul. Aprendiendo del vírus. In: Sopa de Wuhan. E-book. Editorial ASPO, Buenos Aires, 2020.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. O imperativo da beleza no Brasil, Confins [Online], 26|2016, 2016, Acesso dia 13 novembro 2019.

SILVA, André Luis S. Imperativos da beleza: corpo feminino, cultura fitness e a nova eugenia. Ed. Cedes, Campinas, vol. 32, n. 87, p. 211-222, mai.-ago. 2012

**SARS-COV-2:
INFODEMIA, PÓS-VERDADE E GUERRA HÍBRIDA**

Marcelo Bichara

Doutorando em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia
pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (HCTE-UFRJ). Mestre em Psicologia.

Resumo: Este artigo argumenta que a crise econômico-sanitária produzida pela emergência do novo coronavírus não deve ser pensada de modo alienado ao contexto maior em que ela se insere – o colapso socioambiental do sistema ecológico; sendo esta apenas a primeira grande onda, com força o suficiente para, em poucos meses, forçar até mesmo a ideologia hegemônica neoliberal a recuar em seu sistema de verdade. Usando o referencial teórico da psicologia complexa, dialogando com a literatura filosófico-social recente sobre a pandemia de 2020, será analisada a questão psicológica por trás do fenômeno contemporâneo da pós-verdade, bem como a estratégia de *Guerra Híbrida* (*psyops* – operação psicológica), implementada através do *espetáculo desintegrador* coordenado pelo movimento negacionista anticiência, entendido aqui enquanto estratégia de poder.

Palavras-chave: Pós-verdade. Negacionismo. Sociedade do espetáculo. Infodemia. Guerra Híbrida.

Abstract: This article argues that the economic and health crisis produced by the emergence of the new coronavirus should not be studied apart from the larger context in which it is inserted – the socio-environmental collapse of the ecological system. This is just the first big wave, strong enough to, in a few months, forces even the neoliberal hegemonic ideology to retreat with its system of truth. The psychological problem behind the contemporary phenomenon of post-truth will be analyzed using the theoretical framework of complex psychology, dialoguing with the recent philosophical-social literature on the 2020 pandemic, as well on the *Hybrid War* strategy (*psyops* - psychological operation), implemented through the *disintegrator spectacle*, coordinated by the anti-science negationist movement, understood here as a power strategy.

keywords: Post-truth. Negationism. Spectacle Society. Infodemic. Hybrid War.

Introdução – in virus veritas

Esta situação me lembra uma história. Eu havia acabado de sair da infância, quando o vizinho do andar de baixo cometeu suicídio. Sua mãe já idosa, que vivia trancada em casa com o filho esquizofrênico, recusou-se a aceitar os fatos diante de si. Nos dias que se seguiram, ela continuou fazendo comida e conversando com o defunto. Tudo seguia normalmente como se nada tivesse acontecido. Até que o calor do Rio de Janeiro fez o corpo começar a apodrecer em ritmo vertiginoso. O odor de morte que inundou os corredores obrigou o condomínio a ter que intervir. Quando os bombeiros arrombaram a porta, a pobre senhora só sabia repetir para que eles não machucassem seu filho. Na percepção dela, tudo se passava como se ele ainda estivesse vivo, sendo retirado de casa à força injustamente. Como o corpo já se decompunha, ele teve que ser enrolado em sacos de lixo para não sujar o elevador. E ainda assim lá estava sua mãe, preocupada com o conforto do filho falecido...

Seguindo a direção apontada pelo coletivo Chuang (2020) – um grupo de filósofos libertários chineses – é preciso compreender a crise do novo coronavírus dentro de um espectro mais amplo, como um dos muitos sintomas de uma crise mais geral: o colapso socioambiental, que nada mais é do que a constatação empírica e científica de um limite real, físico e sistêmico, do capitalismo global.

O vírus por trás da epidemia atual (SARS-CoV-2) foi, como o antecessor de 2003 SARS-CoV, bem como a gripe aviária e gripe suína antes dele, gestado no nexo entre a economia e a epidemiologia. Não é por acaso que muitos desses vírus assumiram o nome de animais: a disseminação de novas doenças para a população humana acontece através da chamada transferência zoonótica, que é uma maneira técnica de dizer que essas infecções saltam dos animais para os humanos. Esse salto de uma espécie para outra é condicionado por questões como proximidade e regularidade do contato, que constroem o ambiente em que a doença é forçada a evoluir. Quando essa interface entre humanos e animais muda, também mudam as condições nas quais essas doenças evoluem [...] a panela de pressão evolutiva criada pela agricultura e urbanização capitalistas. Isso fornece o meio ideal através do qual pragas cada vez mais devastadoras nascem, transformam-se, são induzidas a saltos zoonóticos e, em seguida, agressivamente vetorizadas através da população humana. A isso se soma processos igualmente intensivos que ocorrem nas margens da economia, onde cepas "selvagens" são encontradas por pessoas pressionadas a incursões agroecômicas cada vez mais extensivas sobre os ecossistemas locais. [...] O resultado é **“um tipo de seleção demoníaca crescente”**, através da qual o vírus apresenta um número maior de caminhos evolutivos em um tempo mais curto, permitindo que as variantes mais bem adaptadas superem as demais.

[...] a lógica básica do capital ajuda a pegar cepas virais previamente isoladas ou inofensivas e a colocá-las em ambientes hipercompetitivos

que favorecem os traços específicos que causam epidemias, como ciclos rápidos de vida viral, a capacidade de salto zoonótico entre espécies transportadoras e a capacidade de evoluir rapidamente para novos vetores de transmissão. Essas cepas tendem a se destacar precisamente por causa de sua virulência.

[...] O coronavírus mais recente, em suas origens “selvagens” e sua súbita disseminação por um núcleo fortemente industrializado e urbanizado da economia global, representa as duas dimensões da nossa nova era de pragas político-econômicas. (Chuang, 2020, s/p [*grifos dos autores*])

Na obra citada acima, os autores vão além das epidemias recentes, produzidas pelo modo de produção industrial aplicado à pecuária, demonstrando como todas as pandemias conhecidas, desde a peste negra medieval, a guerra microbiológica que caracterizou a colonização das Américas, até os surtos de ebola na África, todas acompanham o processo de expansão do capitalismo, os problemas sanitários da urbanização descontrolada e a devastação ambiental decorrente da exploração cada vez maior de recursos (Chuang, 2020).

O eminente colapso do sistema ecológico que sustenta nosso modo de vida é um fato científico respaldado por incontáveis publicações, em todas as áreas do conhecimento (Latour, 2017). O mito novecentista do crescimento econômico infinito, inspirado no liberalismo imperialista de sua época e na física sem tempo da mecânica clássica, entrou em rota de colisão com as leis entrópicas e sistêmicas que regem a vida na Terra (Pinguelli, 2006).

A constatação deste fato é tão inexorável quanto a realidade da morte e a existência dos vírus; embora não seja tão facilmente demonstrável quanto essas últimas, que podem ser apreendidas numa imagem direta do fenômeno (a morte de um ente querido, os sintomas da Covid-19 e a foto do vírus). A crise sistêmica por outro lado, em geral só é diretamente perceptível pelo intelecto, uma vez que se torna apreensível somente através de uma visão mais ampla do todo e da interconexão entre suas partes:

Nós nos acostumamos com a ideia de que somos uma humanidade. Embora a ideia tenha sido naturalizada, ninguém mais presta atenção ao sentido do que venha mesmo ser humano. É como se tivéssemos várias crianças brincando que, por imaginar essa fantasia da infância, continuassem a brincar por tempo indeterminado. Viramos adultos, estamos devastando o planeta, cavando um fosso gigantesco de desigualdades entre povos e as sociedades. [...] Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas tomam conta e submetem o planeta: acabam com florestas, montanhas, transformam tudo em mercadorias. Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienando desse organismo de que somos parte, a

Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. [...] Filho, silêncio. A Terra está falando isso para a humanidade. E ela é tão maravilhosa que não é ordem imperativa. Ela simplesmente está dizendo para a gente: silêncio. Esse é também o significado do recolhimento. (Krenak, 2020).

Quando um processo que antes era abstrato manifesta-se de forma concreta (milhares de mortes por dia, o sistema em colapso), torna-se possível ver com os olhos e os demais sentidos do corpo (*função sensação*) aquilo que antes só era acessível pelos olhos da mente (*função pensamento*). Através do raciocínio, memória, inteligência e imaginação, nossa espécie evoluiu e conquistou o planeta porque desenvolveu uma enorme habilidade de previsão, que cresceu por adições e seleção a partir de suas bases instintivas até atingir o rigor metodológico e a estruturação sistêmica que hoje chamamos de ciência. Mas não é sempre assim que as coisas acontecem. Por vezes é comum que a *função sentimento*, ao invés de estimular o pensamento a se voltar para a realidade exterior (movido pela *libido*: desejos, afetos, prazer e curiosidade), permanece prisioneira de traumas passados (pessoais e coletivos), que fazem o sujeito literalmente “fugir de medo” para dentro de si, afastando-se da realidade exterior e formulando um mundo subjetivo só para si. O conteúdo acessado pelo pensamento ou sensação, mas repudiado pelo sentimento, pode ser de tal forma tão radicalmente diferente daqueles a que o sujeito está acostumado, que se torna literalmente impossível para o sistema psíquico integra-lo à consciência, sem que com isso ponha em risco a integridade do eu e o seu senso de identidade, confrontados com a alteridade de uma verdade por demais insuportável. Quando os sentimentos relacionados a tal conteúdo são por demais ameaçadores, um processo arquetípico (instintivo e inconsciente) entra em ação. Tal mecanismo de defesa tem por função empurrar o conteúdo invasor para a *sombra*, aquela região do inconsciente (pessoal e coletivo) onde armazenamos os pensamentos reprimidos. (Jung, 2014)

Se este processo é muito bem sucedido (se a descarga e a tensão de energia psíquica são fortes o suficiente para isso), o sujeito pode se ver completamente alienado de qualquer referência consciente àquele acontecimento, e segue vivendo sua vida como se nada tivesse acontecido. Muitas vezes a imaginação é chamada para preencher as lacunas de sentido, inventando narrativas fantasiosas que permitem, por exemplo, que a velha siga conversando animada com o seu filho, mesmo que ele esteja apodrecendo a olhos vistos no sofá.

Ao longo da última década, vimos a elite econômica do capitalismo financeirizado transnacional instaurar a pós-verdade entre nós. O termo “post truth” foi eleito pelo Dicionário Oxford como “a palavra do ano” de 2016 (ano do impeachment da presidente Dilma Rousseff no Brasil, da eleição de Donald Trump nos EUA e da campanha pelo Brexit na Inglaterra). Segundo os autores da pesquisa, em poucos meses a palavra saltou do gueto intelectual onde fora cunhada⁴², para ocupar o centro dos debates políticos, geralmente referindo-se a “circunstâncias onde fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crenças pessoais” (Oxford, 2016 [TN]⁴³).

O objetivo perverso do 1% mais rico do mundo já está claro de antemão: garantir a continuidade de um sistema de exploração (humano e ambiental), genocida e suicida, que por sua vez está, do ponto de vista científico das leis naturais que sustentam a vida na Terra, fadado a colapsar o ecossistema do qual ele próprio depende. Daí a importância estratégica da pós-verdade e de sua publicidade negacionista. Manter a máquina girando, custe o que custar. Enquanto seguem com a marcha fúnebre, os super-ricos constroem para si ecossistemas artificiais, iludidos com a fantasia narcísica de que o futuro da humanidade sobreviverá em seus bunkers de luxo.⁴⁴

Diante do fim do mundo, pobres e ricos escolheram igualmente mentir para si mesmos. Mas a eficiência do discurso atual anticiência só atinge o alcance que tem, devido à existência de uma tendência prévia e latente no *inconsciente coletivo*, uma predisposição arquetípica para reagir desta maneira diante de fatos extremos. O destino de toda boa propaganda é conduzir os instintos. Quando através disso ela consegue operar uma transformação na *realidade psíquica*, nós chamamos de Arte.

A angústia da impermanência está na base de todos os sistemas de crença, do budismo oriental ao platonismo ocidental. O medo do novo e do diferente é o lado sombrio de todas as tradições. Por outro lado, o desejo brutal por novidade a todo instante, que constitui a modernidade, é uma função de crescimento geométrico semelhante a do coronavírus, que quando atinge certo valor, transforma de modo tão radical as bases sobre

⁴² “*Pós-verdade* parece ter sido usada nesse sentido pela primeira vez num artigo do dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich na revista *The Nation*. Refletindo sobre o escândalo Irã-Contras e a Guerra do Golfo Persa, Tesich lamentou que “nós, como povo livre, decidimos livremente que queremos viver num mundo de pós-verdade” [post-truth world]. (Oxford, 2016 [TN])

⁴³ TN = tradução nossa.

⁴⁴ *Os abrigos para o fim do mundo construídos para os super-ricos*. BBC, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-38809611>. Acesso em 01 abril, 2020.

as quais o seu desenvolvimento era possível, que nos confronta com o radicalmente novo, diante do qual nossa própria identidade, ancorada no passado, isto é, na memória, se torna ameaçada de extinção. Quando o cenário exterior ameaça a integridade do eu, a libido pode acabar regredindo, abandonando a objetividade do mundo coletivo para habitar suas próprias fantasias.

No início deste traumático século XXI, somos todos a mãe assustada diante do filho falecido, seguindo nossas vidas como de costume, enquanto seu corpo apodrece dentro de nossa própria casa, a única que temos. Mas o terrível calor dos acontecimentos faz levantar o cheiro de morte. É hora de confrontar a dura realidade que escolhemos coletivamente esconder na sombra de nós mesmos, enquanto corríamos para realizar nossas fantasias egocêntricas. Agíamos como se tivéssemos todo o tempo do mundo. Torcíamos todos, secretamente, para que o problema fosse de fato apenas da próxima geração. Mas agora, diante da crise, é preciso confrontar nossa realidade contraditória, elaborando para nós mesmos uma nova forma de existência, mais bem adaptada à verdade inexorável diante de nós.

Espectáculo desintegrado: uma estratégia de guerra psicológica

Num artigo publicado semanas antes da pandemia (Bichara & Koehler, 2020), argumentou-se que a pós-verdade instaura um novo modelo psíquico na sociedade. Na formulação da modernidade, a neurose obsessiva se configurou como modelo de normalidade psíquica mais bem adaptada ao sistema produtivo. O rigor do método científico, nascido nas fornalhas dos alquimistas, e a eficiência mecânica das linhas de fábrica (que permitiram a rápida industrialização do globo), são rituais obsessivos que, se seguidos à risca, produzem resultados positivos que falam por si mesmos. Durante uma pandemia respiratória como agora, o comportamento obsessivo configura-se numa habilidade adaptativa mais do que necessária à sobrevivência do coletivo, no que se refere à higiene pessoal e o seu impacto na propagação da doença.

Mas atualmente são os paranoicos quem mais obtém êxito no mundo conectado. O sucesso e a disseminação de uma ideia não depende mais de sua eficácia prática e de sua coerência interna (tão valorizada pelos neuróticos). Tudo que importa agora é o envolvimento afetivo que ela é capaz de produzir, medido pelo número de *likes* e *views* numa plataforma digital cujo algoritmo foi escrito para favorecer a posição mais radical, ao mesmo tempo em que afasta os conteúdos divergentes daquele perfil, sua bolha digital.

Deste modo, fica instaurado aquilo que, no artigo mencionado acima, foi chamado de mercado liberal da *verdade customizada*.

Em outra publicação anterior (Bichara & Silva, 2016), dialogando com o conceito de *sociedade do espetáculo* (Debord, 2003), constatou-se que a Internet constitui um novo regime de espetáculo, batizado então de *espetáculo desintegrado*. Debord opunha o *espetáculo concentrado* (propaganda estatal, centralizada e nacionalista) ao *espetáculo difuso* (capitalista, voltado à diversidade e a individualidade); tendo cometido suicídio pouco depois de fazer um incremento à sua teoria, ao propor o conceito de *espetáculo integrado* para pensar a propaganda neoliberal que toma os governos e a sociedade de assalto nos anos de 1990. Mas se o mundo das grandes corporações transnacionais parecia naquele momento tudo o que nos restaria após o declínio da utopia socialista, a horizontalidade da Internet fez propagar nas décadas seguintes uma diversidade sem fim de narrativas alternativas, cada uma servindo ao sistema financeiro global à sua maneira (fazendo bens, produtos e dinheiro circularem), mas ao mesmo tempo inviabilizando a possibilidade de uma metanarrativa integradora que mobilize o coletivo. Algo que as religiões e a modernidade souberam fazer tão bem.

Na ocasião, foi mencionado o valor positivo dessa desintegração, na medida em que permitia, por exemplo, coletivos independentes de mídia alternativa fazer frente à manipulação política das notícias, operada pelas grandes corporações de mídia. Em 2013, ficou famoso o papel que o canal Mídia Ninja desempenhou durante as jornadas de junho. No entanto, de lá para cá, a extrema direita soube se apropriar melhor deste instrumento libertário (especialmente através do trabalho perigoso da Cambridge Analytica), pervertendo seu uso através de robôs, perfis falsos e compartilhamento em massa das chamadas *Fake News*.⁴⁵

Parece um fato saído de um conto distópico de ficção científica, uma mistura de Kafka com Philippe K. Dick. Mas vivemos hoje num tempo onde os robôs já se configuram como uma das maiores forças políticas de condicionamento de opinião nas mídias digitais (Kalil & Santini, 2020).

Korybko (2019) explica como a nova estratégia de dominação imperialista consiste em controlar a ciberesfera, não somente através da vigilância digital, mas também através das *psyops*, operações psicológicas com finalidade política. Desestruturar uma nação, para depois dividir os espólios entre as grandes corporações. Tal é a estratégia

⁴⁵ Para maiores detalhes, ver: <https://www.theguardian.com/news/series/cambridge-analytica-files>.

da chamada *Guerra Híbrida*, a nova face do imperialismo no século XXI. É dentro deste contexto que temos de analisar a atitude negacionista em relação à pandemia. Aumentar o caos para, a partir dele, legitimar a escalada autoritária.

Durante a crise do novo coronavírus, a OMS cunhou um termo que merece nossa devida atenção: *infodemia* (Kalil & Santini, 2020). Assolada não somente pela propagação acelerada do vírus, a sociedade interconectada agora é vítima também de uma enxurrada sem fim de notícias, disseminando todo tipo de ponto de vista. Até mesmo os discursos mais absurdos ganham espaço e se propagam feito incêndio. No regime do espetáculo desintegrado, a propaganda é customizada, desenhada perfil a perfil, com o objetivo de provocar fissões, conflitos identitários, partidários e ideológicos, seguindo a antiga estratégia de guerra do império romano: dividir para conquistar.

A propaganda negacionista é, acima de tudo, *desintegradora*. Ela foi feita para corroer o corpo social e a integridade psíquica. Produzir o caos e inspirar o medo. Quando a mente é arrancada do equilíbrio psíquico por forças coletivas, a consciência individual e sua relativa autonomia desaparecem. Resta apenas a manada e o pensamento de turba. Quando somos arrancados de nosso centro, transformamo-nos todos em robôs.

Considerações Finais

Concluimos a partir do exposto que a pós-verdade é o resultado de uma infodemia planejada, financiada e direcionada pela elite do sistema financeiro internacional, com o objetivo explícito de evitar as transformações que se fazem necessárias. Argumentamos que a dificuldade do negacionista, manipulado pela propaganda neofascista *desintegradora*, não consiste portanto num problema cognitivo, mas sobretudo emocional e inconsciente. Ela é inteiramente movida pelo medo do desconhecido, medo da morte e da perda da identidade. O eterno medo infantil, que no fundo é um desejo secreto de regressar ao paraíso perdido da ignorância pré-consciente. Sentimento coletivo e arquetípico que, no entanto, pode agora ser direcionado e vendido de modo customizado, perfil a perfil. Diante do colapso eminente de nossas ilusões narcísicas, quem dentre nós pode dizer com convicção que é inteiramente livre desses medos e de semelhante manipulação?

Mas é tempo de despertar. Se hoje diante da pandemia você sente medo, melhor assim. Estamos mais conscientes hoje de nossa real condição efêmera, do que estávamos ontem.

Não discuta política na internet. Não vai levar a lugar algum, especialmente com os robôs, sejam aqueles de silício ou mesmo os de carbono. Se a estratégia de dominação imperialista hoje é a de promover discórdia, não alimente o fogo. Política é lugar de encontro, simbiose natural dos corpos, o resultado da circulação entre pessoas, ideias e objetos. A internet é uma falsa ágora. Ela é o próprio sistema de controle. Acima de tudo, não se iluda com o mito da privacidade. Ela é apenas uma lembrança utópica de um tempo que já se foi.

A elite do mundo deseja tomar para si a administração de recursos básicos à vida e a dignidade humana, privatizando a água, a saúde, a educação e a cultura. Privatizam os lucros e democratizam os custos. Quando chega a conta de toda nossa dívida com o planeta, cabe sempre aos estados, aos cofres públicos e à população mais pobre pagar os custos do estrago em nossa casa coletiva. Mas diante do cenário de guerra que a crise sanitária nos impôs, a mão invisível do mercado se mostrou impotente, puro objeto de fantasia, folclore erudito dos meninos de Chicago, ideologia forjada na elite, para a elite.

Zizek (2020) e Harley (2020) foram os primeiros a apontar como a crise do novo coronavírus está forçando rapidamente o discurso neoliberal a sair de cena. Nos termos de Harley, o vírus está levando o presidente Donald Trump, grande ícone dessa ideologia, a tomar decisões mais socialistas do que o próprio Bernie Sanders teria coragem de propor.

Baidou (2020), menos otimista que Zizek e Harley, lembra que é comum os governos estatizarem fábricas e comandarem o mercado à braço de ferro durante um esforço de guerra ou para sair de uma crise. Este recuo, em seu ponto de vista, não seria a queda derradeira do neoliberalismo, mas apenas uma estratégia política para mantê-lo funcionando depois da pandemia.

Numa pesquisa encomendada agora pelo banco central americano (Federal Reserve) em parceria com o MIT, sobre os impactos econômicos da gripe espanhola nas cidades norte-americanas (seu real lugar de origem, apesar do nome), foi possível medir com clareza como as recomendações médicas para conter a pandemia do século passado, foram de fato favoráveis à economia; no sentido de que as cidades que se protegeram mais rápido e melhor contra o vírus, passada a crise sanitária, tiveram melhores condições para se recuperar economicamente (Correia *et al.*, 2020).

Em outro artigo recente, Kristalina Georgieva (Diretora Geral do FMI), em pareceria com o dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus (Diretor Geral da OMS), argumentam neste mesmo sentido, concluindo após um intenso e rigoroso estudo dos dados

disponíveis que: “salvar a economia e salvar vidas é um falso dilema. [...] proteger a saúde pública e colocar as pessoas de volta ao trabalho andam de mãos juntas.” (Georgieva & Ghebreyesus, 2020).

No entanto, ainda há aqueles que defendem uma falsa oposição entre saúde e economia. Delírio coletivo embaixo, manipulação perversa em cima. A questão central que tem sido debatida ultimamente é justamente esta: como salvar a economia diante de uma crise de tamanha magnitude. Nossa resposta é mais pessimista do que se poderia imaginar. Parece evidente que a economia não pode ser salva, na medida em que é ela a causa da doença. A pergunta que deveríamos fazer agora é: como reinventar a nós mesmos diante do fato de que o nosso modo de vida já está morto e em decomposição?

Quando Greta Thunberg entrou em greve escolar para defender o meio ambiente, foi alvo de ataques e elogios diversos. O que mais impressiona em sua atitude é o fato de que, apesar de sua idade, ela é uma das poucas entre nós que realmente parece ter internalizado o fato de que o futuro que imaginamos, aquele que nos foi vendido como possível, nunca vai chegar. O futuro que a modernidade inventou para si está morto e já começa a feder. A única alternativa possível é a reinvenção de nosso modo de vida e o cultivo de novos valores.

Do ponto de vista de um estado laico e uma sociedade alinhada com as evidências científicas, que não tenha medo de encarar o problema real diante de nós, será preciso, mais do que nunca: investir em ciência, educação e saúde como direitos universais e patrimônio público. Todo este tripé é, por definição, assunto de segurança nacional. Não uma questão privada ou individual. O sucateamento desta base civilizatória é um ato deliberado de colonização. A civilização não pode estar entregue às regras do mercado:

O corporativismo da grande indústria farmacêutica tem pouco ou nenhum interesse em pesquisas não remuneradas sobre doenças infecciosas (como toda a categoria do coronavírus que são bem conhecidas desde a década de 1960). A indústria farmacêutica raramente investe em prevenção. Tem pouco interesse em investir na prevenção de crises na saúde pública. Adora desenhar curas. Quanto mais doentes estamos, mais eles ganham. A prevenção não contribui para o valor do acionista. O modelo de negócios aplicado à provisão de saúde pública eliminou as capacidades excedentes de enfrentamento que seriam necessárias em uma emergência. A prevenção não é nem uma hipótese de trabalho suficientemente atraente para justificar parcerias público-privadas. (Harley, 2020 [TN])

Que a máscara higiênica sirva de símbolo para os novos tempos. Respiramos todos o mesmo ar e a Terra nos dá ele de graça. Se alguém na China ou em qualquer outro lugar

contamina este ar, morremos todos sufocados. A questão ambiental é a derrocada final da ideologia moderna. Diante dela, o Eu ocidental se apequena e ameaça desaparecer. No fundo, a construção de um novo mundo implica numa transformação mais sutil, invisível, a ser operada no interior da alma humana. Mas não faremos esta transmutação alquímica de bom grado ou por vontade própria. Nosso ego não permite tamanho desapego. É natural do humano, enquanto coletivo, querer permanecer. O mundo mudará diante de nós, como sempre mudou. E na medida em que as condições materiais de amanhã forem radicalmente diferente das de ontem, então o inconsciente coletivo se adaptará ao devir do ambiente, esculpindo das cinzas uma nova humanidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Bibliografia

BADIOU, A. Sobre la situación epidémica. In: *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO, 2020.

BICHARA, M. R. R. & KOEHLER, C. B. G. Inquisição, imperialismo e xenofobia:

repensando a postura científica na Era da Pós-verdade. *Revista Scientiarum*

Historia, v.2, p. 9. 2020. Disponível em:

<http://revistas.hcte.ufrj.br/index.php/RevistaSH/article/view/114>. Acesso em: 01 abril, 2020.

BICHARA, M. R. R. & SILVA, N. S. Sorria, você está sendo filmado:

subjetividade e câmera na pesquisa psicológica. *Psicologia Revista*, v. 25, n. 1,

2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/29612>.

Acesso em: 01 abril, 2020.

CORREIA, S.; LUCK, S.; VERNER, E. *Pandemics Depress the Economy, Public Health*

Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu. 30/03/2020. Disponível em:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3561560. Acesso em: 01

abril, 2020.

CHUANG. *Contágio Social: coronavírus e a luta de classes microbiológica na China*.

São Paulo: Veneta, 2020.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Ebooks Brasil, 2003.

- GEORGIEVA, K. & GHEBREYESUS, T. A. *Some say there is a trade-off: save lives or save jobs – this is a false dilemma*. The Telegraph, 03/04/2020. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/global-health/science-and-disease/protecting-healthandlivihoods-go-hand-in-hand-cannot-save>. Acesso em 03 abril, 2020.
- HARLEY, D. Política anticapitalista en tiempos de coronavirus. In: *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO, 2020.
- JUNG, C. G. *Sobre sentimentos e a sombra*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- KALIL, I. & SANTINI, R.M. *Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política*. Relatório de pesquisa. Divulgado em 01de abril de 2020. 21p. São Paulo/Rio de Janeiro: FESPSP/UFRJ. Disponível em: https://www.fesp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf>. Acesso em: 01 abril, 2020.
- KORTBKO, A. *Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes*. São Paulo, Expressão Popular, 2018.
- KRENAK, A. *O modo de financiamento da humanidade entrou em crise*. Estado de Minas, 03/04/2020.
- LATUOR, B. *Facing Gaia*. Paris: Polity Press, 2017.
- OXFORD DICTIONARY. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em: 01 abril, 2020.
- PINGUELLI ROSA, L. *Tecnociências e Humanidades: novos paradigmas, velhas questões – a ruptura do determinismo, incerteza e pós-modernismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.
- ZIZEK, S. El coronavirus es un golpe al capitalismo a la Kill Bill. In: *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO, 2020.

IMAGINAÇÕES MULTIESPÉCIES SOBRE O NOVO CORONAVÍRUS

Eloísa Cecília Dias Martins

Pós-graduada em Perícia e Auditoria Ambiental pela UNINTER- Caetité; Graduada em licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ensino Linguagem e Sociedade – PPGELS.

Elizeu Pinheiro da Cruz

Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA), Bacharel em Humanidades (UFBA) e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Sidnay Fernandes dos Santos

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2014) e Mestra em Linguística pela mesma instituição, Especialista em Literatura Brasileira pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Licenciada em Letras pela Universidade do Estado da Bahia.

RESUMO

O ano de 2020 está sendo marcado pela pandemia do novo coronavírus. Como à época da gripe espanhola, em 1918, mais uma vez uma pandemia viral provoca terror no mundo pelo somatório das suas vítimas fatais. Em diversos lugares do planeta, corpos sem vida são enfileirados e faltam caixões e coveiros para os ritos funerários. Entre palavras de ordem que são ecoadas por segmentos das elites empresariais que têm como égide a manutenção dos lucros de grandes cooperações e rentistas, medidas profiláticas obrigatórias para conter a pandemia de COVID-19, doença provocada pelo novo coronavírus, promovem um momento no qual o planeta conseguiu respirar melhor. Uma pausa! Mais uma vez, constata-se que a dinâmica planetária não depende da existência dos humanos para seguir seu curso. Frente a este cenário analítico, os autores deste texto apresentam uma reflexão sobre a pandemia do novo coronavírus e uma possibilidade de intervenção nestes tempos de catástrofes por meio da criação de um Observatório de Emergências Sanitárias e Ambientais.

Palavras-chave: Pandemia. Catástrofes. COVID-19. Observatório.

Evite aglomerações; não faça visitas; tome cuidados higiênicos com nariz, boca, garganta; os doentes façam repouso e não recebam absolutamente nenhuma visita; evite

as causas dos resfriados; aos idosos, apliquem-se com mais rigor todos esses cuidados⁴⁶. Estas falas parecem ser as recomendações de ontem à noite durante a coletiva do Ministério da Saúde do Brasil, mas não são. Elas estão escritas em um folheto do ano de 1918 sobre os cuidados com a gripe espanhola – que de espanhola só tinha o nome⁴⁷.

No dia 04 de março de 1918, um soldado em Fort Riley nos Estados Unidos, apresentou sintomas de uma forte gripe. O acampamento que treinava americanos para lutarem na Primeira Guerra Mundial registrou, naquela mesma semana, 200 soldados com os mesmos sintomas. Em quatorze dias, mais de mil militares estavam nos hospitais. No pico da epidemia, entre os acampamentos do exército, mais de 1.500 militares eram acometidos pela enfermidade em um único dia. A doença alastrou rapidamente pelos Estados Unidos e, no corpo dos soldados americanos que foram para a guerra, chegou à Europa. Do velho continente, espalhou-se por todo o mundo. Estatisticamente, entre 50 a 100 milhões de pessoas morreram. Um montante maior do que os das duas grandes guerras juntas (TASCHNER, 2018).

Locais públicos fechados, sistemas de saúde sobrecarregados, mortuários lotados e valas comuns são lembretes da devastação. “*Quando se fala de pandemia de gripe, não é uma questão de se, mas de quando*”. Assim inicia o documentário *Pandemia* lançado em janeiro de 2020 e disponível no sistema de *Streaming Netflix*. Parecia profético: em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde, em seu escritório na China, foi informada sobre casos de pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província chinesa de Hubei. Até 03 de janeiro de 2020, 44 pacientes diagnosticados com os mesmos sintomas foram notificados. Em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas identificaram um novo tipo de coronavírus; em 13 de janeiro, a Tailândia relatou o primeiro caso; em 15 de janeiro, o vírus chegou ao Japão; e, em 20 de janeiro, à República da Coreia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Os vírus não respeitam as fronteiras das nações, xenofobia nunca foi tão indispensável como em momentos de pandemia causados por eles.

Em 20 de fevereiro em Codogno, na Itália, foi relatado o primeiro caso de uma pessoa acometida por doença causada pelo novo coronavírus, apesar de o médico Danilo

⁴⁶ Disponível em: <<https://diariodorio.com/wp-content/uploads/2020/03/WhatsApp-Image-2020-03-18-at-14.47.47.jpeg>> Acesso em 01 de abril de 2020.

⁴⁷ No período da Primeira Guerra Mundial, a Espanha permaneceu neutra, por isso, possuía uma imprensa livre. Apesar de ter iniciado no Kansas, Estados Unidos, o governo Norte Americano e os demais países envolvidos na guerra não publicavam nenhuma notícia relacionada à gravidade da doença para não abater as tropas. A Espanha, com imprensa livre, divulgava todas as estatísticas e outros dados sobre a gripe, que, por isso, ficou conhecida como gripe espanhola.

Cereda, da Direção Geral de Saúde da região da Lombardia, ter publicado um artigo atestando que, provavelmente, desde o dia 1º de Janeiro, o vírus circulava pela região sem ser detectado e tendo tempo de se propagar por várias cidades da região norte italiana. Em 8 de Março, 5.830 pessoas haviam sido infectadas na Itália. Ao longo do mês, a Itália chegou a registrar 756 mortes em 24 horas. No dia 29 de março de 2020, as autoridades italianas registraram um total de 10.779 óbitos e 97.689 casos da doença (FIORAVANTI, 2020). Excessos de cadáveres passam mais de 24 horas em filas antes de o governo italiano gerir a morte.

O novo coronavírus se espalhou rapidamente pelos cinco continentes, deixando um rastro de caos, morte e pânico. Pelas terras tupiniquins, foi confirmado o primeiro caso no dia 26 de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo; o infectado era um homem de 61 anos que viajou para Itália entre os dias 9 e 21 de fevereiro. Um mês e uma semana após, as secretarias estaduais de Saúde divulgaram um total de 4.309 casos de coronavírus confirmados e 139 mortes em todo o território brasileiro.

Desde então, o Brasil e outros países afetados têm adotado o isolamento social (*lockdown*) como medida para achatar a curva de contágio do novo coronavírus. E é daqui, de nossa quarentena, que estamos tentando levantar um diálogo por meio deste texto.

No livro “*No tempo das Catástrofes*”, Isabelle Stengers (2015, p. 8) escreve: “Amanhã, como ontem, nos pedirão para aceitar os sacrifícios exigidos pela mobilização de cada um para esse crescimento e reconhecer a imperiosa necessidade de reformas, pois o mundo mudou”. Depois dessa pandemia de coronavírus, o mundo será outro e, mais uma vez, teremos, nós humanos, que nos reerguer como portadores de um milagre para esse novo mundo que nos será legado. E, talvez, estejamos mal preparados para recebê-lo.

Os discursos que circulam pelos noticiários não poderiam ser mais contraditórios. Enquanto a Organização Mundial da Saúde – OMS e o Ministério da Saúde do Brasil fazem campanhas pelo isolamento social, tentando, de todas as formas possíveis, conter a transmissão descontrolada do vírus por toda a população brasileira, sugerindo medidas de higiene, distanciamento físico e isolamento, o Presidente da República Jair Bolsonaro saiu, em frente ao palácio do planalto, vestido com a camisa da seleção brasileira de futebol, em meio a uma manifestação pró-governo, tocando as pessoas, fotografando e contrariando todas as medidas ditas anteriormente. Bolsonaro e sua claqué, visualmente,

encenam algo que nos faz lembrar a imagem de um boiadeiro tocando o gado para o abate. Veganos se assustam com essas cenas e, em suas casas, preparam refeições sem sangue.

Como se não bastasse, em seu pronunciamento oficial no dia 24 de março de 2020, o Presidente da República atribuiu à mídia brasileira a disseminação do pavor e a potencialização da histeria pelo país por informar à população o grande número de vítimas na Itália, principalmente. Nesse mesmo pronunciamento, solicitou à população brasileira que retornasse à normalidade e que governadores e prefeitos, favoráveis ao isolamento social (*lockdown*), abandonassem o conceito de “terra arrasada”. Vangloriou-se do seu histórico de atleta e chamou, mais uma vez, a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, de “gripezinha” e “resfriadinho”⁴⁸.

Stengers (2015) pondera que os “nossos responsáveis⁴⁹” esperam que um milagre possa nos salvar. E, acreditamos, como ela, que talvez este seja o milagre da técnica. Em 2014, o empresário e filantropo Bill Gates, em uma palestra no *TEDTalks*⁵⁰ já havia alertado a respeito da técnica. Gates afirmou que a catástrofe que mais nos preocupava, à época, era uma guerra nuclear. No entanto, para ele, essa preocupação ficou no passado, pois, se algo matar mais de dez milhões de pessoas nas próximas décadas, é mais provável que isso seja um vírus altamente contagioso do que uma guerra. Um dos motivos, segundo ele, é que houve muito investimento em estratégias antinucleares e pouco investimento em um sistema de saúde capaz de deter uma epidemia. Cortes de verbas para a ciência brasileira tornaram-se constantes nos últimos anos. Gates parece mesmo ter razão.

Para Gates, a técnica estaria concentrada em uma estratégia de guerra. Assim como soldados estão prontos para serem convocados a uma guerra a qualquer momento, também os profissionais ligados ao combate da epidemia deveriam estar. Os países pobres, segundo ele, deveriam ter um sistema de saúde forte, que, além de garantir que uma mulher dê a luz em segurança com todas as medidas profiláticas essenciais e que as crianças tenham acesso a vacinas, também sejam locais capazes de diagnosticar uma emergência de saúde logo no seu início, com um corpo de médicos experientes e prontos a agir com expertise. Para isso, são necessários investimentos em áreas avançadas de vacinação e de diagnósticos.

⁴⁸ O depoimento oficial está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vl_DYb-XaAE> Acesso em: 01 de abril de 2020.

⁴⁹ A autora denomina aqueles que nos governam de “nossos responsáveis”, uma denominação irônica sempre entre aspas. Trata-se daqueles que se pretendem responsáveis, são os que que devem responder por nós.

⁵⁰ Palestra completa disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Af6b_wyiWI&t=320s> Acesso em: 01 de abril de 2020.

Bill Gates, que é o fundador da Empresa Microsoft, não possui nenhuma formação em áreas biológicas, em 2014, foi a uma palestra no *TEDTalks*, não para falar de sistemas operacionais da informática, mas para relatar uma de suas preocupações pessoais: “*Não estamos preparados para uma epidemia*” (GATES, 2014). Talvez, se tivéssemos implantado algumas das técnicas sugeridas pelo filantropo, agora estaríamos um pouco mais equipados. Ainda assim, uma pandemia nos atingiu e, mais uma vez, como no período da gripe espanhola, aviária, suína, ebola, nós não estávamos prontos. A nova pandemia não discrimina ricos e pobres, todos são alcançados por ela.

Segmentos das elites brasileiras, especialmente aqueles ligados ao empresariado, assumem a “economia” como palavra de ordem, porque, como afirma Stengers (2015), está fora de questão tocar nas leis de mercado e nos lucros das indústrias. Porém, mais uma vez, repetimos, não estávamos preparados para a novidade da COVID-19 que contrariou todas as expectativas pandêmicas que já foram traçadas. Bill Gates falou de um sistema de saúde robusto nos países “*mais pobres*”, porque esperava que uma pandemia tivesse, como ponto inicial de surto, em um país do “submundo econômico”. Somos, Brasil e outras nações pobres e subdesenvolvidas, sem saneamento adequado e com um sistema de saúde precário, exportadores de dengue, zika, diarreia, malária, chikungunya, fome... Mas a COVID-19 surpreendeu a todos, o ponto invisível que prendeu o mundo num vórtice de morte e pavor surgiu em uma das economias mais emergentes da atualidade, a China. Afetou, primeiramente, os países com melhores condições econômicas, tanto que, lá no início, quando ainda não se tinha noção da gravidade do que estava acontecendo, um comediante de *stund-up* disse que não precisávamos nos preocupar porque era um vírus de rico e que, se chegasse ao Brasil, a culpa seria dos ricos que viajam para a Europa. Ninguém esperava que as economias consolidadas dos países do velho mundo poderiam ser abaladas por uma entidade microscópica que não se originasse nos esgotos da pobreza.

2020 talvez tenha se tornado um ano de concretização de profecias apocalípticas, juízo divino, fim do mundo, extinção da espécie, o “fim da aventura humana na terra⁵¹”. Não importa a religião, o credo, o ramo científico e a classe social, todos se depararam frente à possibilidade caótica da vulnerabilidade dos nossos sistemas, sejam eles os de saúde, os econômicos ou os imunológicos

⁵¹ Trecho da música “Eva”, composição de Giancarlo Bigazzi e Humberto Tozzi.

O mundo parou. As cidades pararam. Os aviões estão em terra. Os carros não trafegam. Os navios não saem dos portos. Finalmente o planeta pôde respirar! Para a espécie humana, um tempo de ruínas e, nestas ruínas, incluem-se todas as perturbações que os animais humanos promoveram nas paisagens do planeta em nome de sua tão falada economia. Aprendemos a entender isto com Anna Tsing (2019)! Há aqueles que relatam ser o coronavírus uma resposta imunológica do sistema planetário atacando os parasitas que adoecem a terra. Na sua ansiedade, o humano esqueceu que foi o último a chegar à história evolutiva do planeta. Os vírus, por exemplo, estão aí há bilhões de anos antes de nós. As condições para a existência humana são também resultados do trabalho dos vírus. Bactérias estão aqui desde o princípio da vida. E há animais humanos que se concebem como “donos do pedaço”.

Um ser invisível, com uma fita de RNA envolta por uma cápsula de proteína, acelular, envelopado por uma membrana lipídica, que até hoje nem se pode afirmar que se trata de um ser vivo ou não, foi suficiente para nos enclausurar, nos encapsular em casa e nos mostrar que o planeta terra continuará sua existência caso sejamos extintos. Como ensina Anna Tsing (2019), das ruínas, paisagens perturbadas pelos animais humanos, formas de sobrevivência colaborativa tornam a vida possível. E não tem sido diferente em tempos do novo coronavírus.

Nesse momento de crise do novo coronavírus, muito se falou sobre nós, animais humanos. O interesse de todas as análises permanece sobre os humanos. O nosso ser, como afirma Tsing (2019, p. 144), ocupou tanto espaço na análise que nos esquecemos de que existem outras dinâmicas possíveis, “nem tudo é sobre nós”. O que, para nós, tem sido um cenário apocalíptico e caótico, para os não humanos, tem sido, talvez, um momento de “paz”.

Em diversos países, o isolamento social promoveu a diminuição das atividades humanas, conseqüentemente sobressaíram dados estatísticos animadores para a questão ecológica e ambiental. A Agência Espacial Europeia anunciou uma redução considerável da emissão de dióxido de nitrogênio, gás emitido por usinas de energia, carros e fábricas, comuns na região norte da Itália (FORUM, 2020). A cidade italiana de Veneza, famosa por seus canais marítimos, chamou a atenção dos moradores: geralmente, com as águas dos canais sempre bem turvas e poluídas por conta da atividade humana, em dias de quarentena, as águas dos canais estavam com aparência cristalina e animais não humanos como peixes, cisnes e patos apareceram (FORUM, 2020).

A *National Geographic* publicou que as notícias referentes à presença dos cisnes nos canais de Veneza apontavam que não se tratava de um retorno, mas que era muito comum a circulação desses animais nos canais de Burano, uma ilha na grande área metropolitana de Veneza. Retorno ou não, comum ou não, agora os cisnes foram vistos como habitantes dessa rede multiespécie (DALY, 2020).

A prefeitura de Veneza afirmou que, por conta da movimentação dos barcos, resíduos marítimos atingem a superfície da água e, como consequência, a coloração fica mais escura. Agora, por conta da ausência dessa circulação, os sedimentos decantaram no fundo dos canais e, por conta disso, a água apresentou uma aparência mais clara. Podemos dizer que, agora, a poluição se escondeu “embaixo do tapete” de água, sem humanos.

Na área do parque do bondinho no Pão-de-açúcar, foram vistos Gralha-do-campo, Lagarto Teiú, beija-flores e espécies de abelhas como Jataí, Uruçu-amarela e Mirim (CAETANO, 2020). Pontos turísticos, como o Pão-de-açúcar e a Baía de Guanabara, ficaram praticamente vazios, sem humanos. Neles, outros tipos de animais voltaram a circular livremente, espécies que não são vistas frequentemente apareceram em cenas cariocas. O Claude Lévi-Strauss da música do “O estrangeiro”, de Caetano Veloso, talvez até se encantasse pela Baía de Guanabara, o que faria o compositor a reescrever a letra e o que nos convidaria a reescrever este mundo. Paul Gauguin hoje poderia amar gralhas, beija-flores, teiús e abelhas.

Segundo o biólogo Marcelo Andrade, em entrevista ao Portal G1⁵², isso não significa que os animais haviam desaparecido da área e que só agora estão retornando, mas que sempre estiveram lá, agora estão circulando com mais liberdade. Liberdade, palavra de luxo quando a morte pode estar do lado de fora da porta das nossas casas, preparada para entrar na primeira oportunidade. Com a movimentação das pessoas, esses animais não humanos não tinham a mesma liberdade de circulação ou não eram percebidos por conta do grande fluxo. Agora parece ser a vez deles. Se sobrevivermos à pandemia, tentaremos aprender a circular com eles?

Na Baía de Guanabara, foi possível observar o retorno de animais da fauna marinha, tartaruga verde, fragata, pomba asa branca, suiriri, canário e outros não humanos. A veterinária Andrea Soffiatti, que trabalha com animais silvestres e foi responsável pelos grandes registros das espécies nesses locais, falou que o silêncio das

⁵² Entrevista disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/27/animais-silvestres-sao-vistos-em-pontos-turisticos-do-rio-depois-de-medidas-de-isolamento.ghml>> Acesso em: 01 de abril de 2020.

idades vazias pode ter sido um fator que fez com que os animais reaparecessem na baía. Além disso, segundo ela, a área é de uma grande taxa de migração animal por conta da perda do habitat natural, assim sendo, como é uma área de circulação tanto de animais humanos quanto de não humanos, a ausência dos humanos fez com que aumentasse a circulação dos não humanos. Humanos agora aprenderam a romper o silêncio apenas à noite com panelas que gritam “Fora, Bolsonaro”.

O biólogo Guilherme Cerpa, em entrevista ao mesmo Portal G1, chamou a atenção para outra questão: o silêncio das ruas e a falta do barulho do tráfego dos automóveis e dos pedestres permitiram que outros sons fossem percebidos, como o canto de aves que habitam o meio urbano e os arredores. Essas aves se sentem mais encorajadas a explorar o ambiente urbano quando os animais humanos não estão circulando.

Talvez agora possamos compreender melhor o que Anna Tsing (2019) entende por “assembleia”:

[...]coordenações de variadas maneiras de ser – humano e não humano, vivo e não vivo, dentro e fora da prática iluminista. [...] Assembleia mantém abertas as questões sobre como as variadas espécies em um agregado de espécies influenciam umas às outras. (TSING, 2019, p. 150)

Assim como os matsutakes⁵³ estudados por Tsing sobressaem em paisagens perturbadas, que envolvem a relação de imigrantes, coletores, catadores, agricultores, carvalhos, pinheiros e cogumelos em uma paisagem perturbada, mas que nutre a existência multiespécie, também há coordenações entre humanos e não humanos em canais venezianos e em pontos do Rio de Janeiro; assembleias que, pouco perceptíveis na correria dos grandes centros, hoje são vistas por conta do isolamento dos humanos. Eles, os animais não humanos, sempre estiveram aí, de um jeito ou de outro, influenciando uns aos outros e a nós, construindo paisagens de atividades humanas e não humanas, bióticas e abióticas, mundos ativos da vida (TSING, 2019).

Quando foi questionada sobre um possível repovoamento da fauna e flora silvestre, a veterinária Andrea Soffiatti respondeu, ao canal G1, que isso não aconteceria em tão curto tempo, mas, caso as cidades parassem por um ano, poderia sim ocorrer um repovoamento. Isso não nos é nenhuma novidade.

⁵³ O matsutake é um cogumelo apreciado na culinária japonesa, porém de difícil cultivo. Os fungos são cultivados em áreas de perturbação lenta. Após a retirada dos carvalhos, surge uma floresta de pinheiros no espaço aberto. Os pinheiros promovem as condições ideais para o surgimento do matsutake.

Nos cenários empíricos de Anna Tsing, as perturbações do ambiente começam quando os agricultores cortam os carvalhos para produção de lenha e carvão. A floresta aberta de carvalhos cortados dá lugar aos pinheiros, o pinheiro, por sua vez, dá condições para o surgimento do matsutake, iguaria da culinária japonesa. Se os humanos abandonassem as florestas de carvalho, o repovoamento da fauna e flora continuaria a acontecer. E nós temos uma prova disso:

Em 1970, na Ucrânia, foi construída uma cidade industrial chamada Prypiat. O objetivo da cidade era abrigar as famílias e os trabalhadores da usina nuclear de Chernobyl. Prypiat chegou a abrigar por volta de 40 a 45 mil pessoas. Exatamente à 1 hora e 23 minutos da madrugada do dia 26 de abril de 1986, durante um teste de segurança, o reator quatro da usina nuclear de Chernobyl explodiu lançando na atmosfera 70 toneladas de urânio e 900 toneladas de grafite. Em uma semana, a radiação de Chernobyl foi detectada na Polônia, Alemanha, Áustria, Romênia, Suíça, Itália, França, Bélgica, Países Baixos, Grã-Bretanha, Israel, Kuwait, Turquia. Projetadas a grandes alturas, as substâncias voláteis se dispersaram e foram registradas ainda no Japão, China, Índia, Estados Unidos e Canadá (ALEKSIÉVITCH, 2016). Como a COVID-19, em uma semana, Chernobyl se tornou um problema do mundo.

Dentro dessa área contaminada pela radiação, estava Prypiat. Após trinta horas do acidente, os habitantes da cidade foram evacuados, eles tiveram quarenta minutos para pegar os itens de maior necessidade e sair da cidade. A área passou a fazer parte da zona de exclusão estabelecida no entorno da usina e Prypiat virou uma cidade fantasma. Até hoje, como escreve Svetlana Aleksiévitch, o sarcófago que cobriu o reator quatro é um defunto que respira. E respira morte! Acreditava-se que nada poderia crescer ali, a radiação faria, ao longo dos anos, o seu trabalho de impedir que a vida surgisse e de matar a vida que ali ficou. Trinta e quatro anos depois, a realidade é totalmente diferente das tais previsões: a vida selvagem proliferou em Chernobyl. Em 2016, o ecologista James Beasley da Universidade da Geórgia documentou os animais que habitam a reserva radioecológica: aves, cervos, esquilos, lincos, lobos, bisões, ursos-pardos⁵⁴, cavalos e peixes testemunham o repovoamento de locais abandonados pelo homem⁵⁵. Prypiat com seus prédios, ruas, escolas totalmente abandonadas, como se o desastre tivesse sido ainda

⁵⁴ Espécies de ursos-pardos, que há 100 tinham sido eliminados da área pelos seres humanos, regressaram.
⁵⁵ O ecologista James Beasley disponibilizou seu catálogo de imagens dos animais de Chernobyl no link: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/06/album/1459962887_945566.html#foto_gal_13> Acesso em: 01 de abril de 2020

ontem, hoje é uma cidade tomada pela fauna e flora selvagem, que resiste à respiração mortífera do reator quatro.

Muitos descreveram os peixes de Chernobyl como monstruosos peixes mutantes por conta do seu grande tamanho. Jim Smith, professor de ciências ambientais na Universidade de Portsmouth, afirma que tais peixes não são resultados de anomalias provocadas pela radiação. Muito pelo contrário, segundo ele, sem a espécie humana no local, os peixes crescem até alcançarem seus verdadeiros tamanhos. Nas palavras de Smith, em entrevista a Ángel León no El País, “isso não significa que a radiação seja boa para a vida selvagem, mas apenas que os efeitos da vida humana, incluindo a caça, a agricultura e a silvicultura, são muito piores” (LEON, 2019).

Então, se o novo coronavírus, e a enfermidade a ela associada, a COVID-19, faz aparecer cenários apocalípticos que podem comprometer a “aventura humana na terra”, por outro lado, tem-nos feito olhar a nós mesmos de perto. Entre ruínas, sejam elas de ruas vazias de humanos por medo da contaminação viral, sejam elas de destroços radioativos de mais de trinta anos, dois ou mais seres (humanos ou não) podem participar na criação de novos mundos, e a verdade mais forte que tem nos abalado nos últimos dias é que nenhum deles, como afirma Tsing (2019), precisa ser humano.

Muitos falam de um mundo novo pós isolamento, pós coronavírus, pós catástrofes. Por muitos dias de isolamento social, de medo e de pânico para os humanos, é fato que o planeta respirou. Respirou com menos poluentes nas ruas de Hong Kong e, com menor grau de poluição, nos canais de Veneza, com a possibilidade de os indianos avistarem a uma distância de cerca de 200 quilômetros o Himalaia⁵⁶. Em todos os cantos, seres não humanos têm respirado mais aliviado enquanto estamos, nós humanos, confinados e amedrontados. Este é o constrangimento que nos é imposto neste momento. No final disso tudo, quanto tudo passar, quando as ruínas estiverem definidas, surgirá o desafio, como diz Stengers (2015), de aprender a fazer existir um “outro” mundo.

Como desdobramento as reflexões esboçadas aqui, estamos, no Grupo de Pesquisa Ensino, Discurso e Sociedade (DisSE/UNEB/CNPq) e no Grupo Antropologia, Corpo e Ambiente (UNEB/CNPq), articulados no Núcleo de Pesquisa Ensino, Discurso e Sociedade (Núcleo DisSE), empenhados em organizar um Observatório de Emergências Sanitárias e Ambientais. Doenças vetoriais e zoonoses (coronavírus, leishmaniose,

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.greenme.com.br/informarse/ambiente/43833-quarentena-india-himalaia-visto-a-distancia/>>. Acesso em 08 de abril de 2020.

chagas, dengue, zika, chikungunya, malária e outras), epidemias, pandemias e desastres ambientais serão os focos de interesse do Observatório, que deverá reunir informações disponibilizadas pela imprensa, redes sociais e órgãos de regulação dos diversos países afetados por pandemias para constituir arquivos analíticos que poderão subsidiar as construções das problemáticas de pesquisa, as elaborações de políticas públicas e as construções de produtos e práticas educacionais. Os pesquisadores do Observatório farão também investigações etnográficas em campo (hospitais, unidades de saúde, comunidades e famílias afetadas) a fim de descrever como as pessoas vivenciam emergências sanitárias e ambientais, as suas doenças e, inclusive, os seus percursos de tratamento (os cuidados de si), sejam eles associados às políticas e ações dos profissionais da saúde, sejam eles associados às práticas locais que fazem circular saberes da tradição oral. Ainda com os modos etnográficos de pesquisar, outra frente de trabalho do Observatório focará nas relações entre as emergências sanitárias e ambientais e as formações de biólogos, farmacêuticos, médicos, enfermeiros, nutricionistas e outros profissionais. O Observatório refletirá a biossegurança não apenas como um conjunto de ações de prevenção e proteção de humanos em ambientes de laboratório e/ou hospital, mas, seguindo as possibilidades reflexivas daqueles que pesquisam as relações entre humanos e não humanos, buscará criar possibilidades de leitura holístico-preservacionista que sustentam a garantia das existências das diversas espécies de animais (humanos ou não) em coletivos multiespécies e a segurança ambiental dos seus entornos. Equívocos de campanhas publicitárias que giram em torno de enunciados como “vamos acabar com o mosquito” e “um por todos e todos contra o mosquito” produzem um falso efeito de sentido acerca de como deve atuar o Estado: na elaboração de políticas públicas e saneamento básico que diminuam as assimetrias que configuram as opressões da divisão do espaço geográfico, em centros urbanos e em comunidades rurais. No Observatório de Emergências Sanitárias e Ambientais, a natureza não será entendida como recurso nem como ameaça à sociedade, mas como parte daquilo que produz corpos e ambientes, que são também políticos, discursivos, culturais, históricos e sociais.

REFERÊNCIAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **Vozes de Tchernóbil: Crônica do futuro**. São Paulo, Editora Schwarcz, 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico**. nº 04, volume 51. Jan 2020
Disponível em
https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/janeiro/23/Boletim_epidemiologico_SVS_04.pdf Acesso em 01 de abril de 2020.

CAETANO, Larissa. Animais silvestres são vistos em pontos turísticos do Rio depois de medidas de isolamento <https://g1.globo.com/google/amp/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/27/animais-silvestres-sao-vistos-em-pontos-turisticos-do-rio-depois-de-medidas-de-isolamento.ghtml> Acesso em 01 de abril de 2020.

CASOS de coronavírus no Brasil em 29 de março. **Portal G1**. Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/29/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-29-de-marco.ghtml> Acesso em 01 de abril de 2020.

CHERNOBYL, maior acidente nuclear da história. **Educação Globo**, 2014 Disponível em <http://educacao.globo.com/artigo/chernobyl-maior-acidente-nuclear-da-historia.html> Acesso em 01 de abril de 2020

DALY, Natasha; **Fake animal news abounds on social media as coronavirus upends life**. Disponível em <https://www.nationalgeographic.com/animals/2020/03/coronavirus-pandemic-fake-animal-viral-social-media-posts/> Acesso em 01 de Abril de 2020.

FIORAVANTI, Carlos; **Primeiros casos de COVID-19 passaram despercebidos durante semanas**. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/2020/03/27/primeiros-casos-na-italia-passaram-despercebidos-durante-semanas/> Acesso em 01 de abril de 2020.

FORUM, **Quarentena faz vida animal ressurgir nos canais de Veneza**. Disponível em <https://revistaforum.com.br/coronavirus/quarentena-faz-vida-animal-ressurgir-nos-canais-de-veneza/> Acesso em 01 de abril de 2020.

HARAWAY, Donna. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 17, n. 35, p. 27-64, June 2011

LEON, Ángel L. A vida abre caminho no ecossistema radioativo de Chernobyl. 2019 Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/27/ciencia/1551268669_559059.html). Acesso em 01 de abril de 2020.

PIZZIRANI-KLEINER, Aline Aparecida; QUECINE, Maria Carolina. **Transferência horizontal gênica: um importante mecanismo na evolução e variabilidade genética de procariotos**. Disponível em <http://www.esalq.usp.br/departamentos/lgn/pub/seminar/MCQuecine-200701-Resumo.pdf> Acesso em 03 de abril de 2020.

STENGERS, Isabelle; **No tempo das Catástrofes: Resistir a barbárie que se aproxima**. São Paulo, cosac Naify, 2015.

TASCHNER, Natalia Pasternak . **Gripe Espanhola: 100 anos da mãe das pandemias** Disponível em <https://saude.abril.com.br/blog/cientistas-explicam/gripe-espanhola-100-anos-da-mae-das-pandemias/>. Acesso em 01 de abril de 2020.

TSING, Anna Lowenhaupt; **Viver nas ruínas: Paisagens multiespécies no antropoceno**. Brasília, IEB, 2019.

“É O VÍRUS QUE MANDA AGORA” VIVENDO A PANDEMIA DO COVID-19 ENTRE OS BONI EM PAPAÏCHTON, GUIANA FRANCESA

Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle

Mestranda no PPGAS/Departamento de Antropologia Social, bolsista do CAPES no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade de Brasília (UNB). Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UNB).

Resumo: Ao coincidir estar em trabalho de campo justamente em período de maior emergência mundial do COVID-19, descrevo desde minha perspectiva – de mestranda em antropologia branca hospedada na casa de uma *maman boni* - a vivência da pandemia na cidade de Papaïchton. Compartilho algumas informações e reflexões iniciais. O grupo étnico boni se originou através da fuga e rebelião de pessoas negras escravizadas contra o sistema escravagista e o poder colonial. Como toda situação considerada de crise a pandemia escancara precariedades previamente existentes. Na Guiana Francesa, departamento ultramarino francês, o Estado busca remediar um subinvestimento na área da saúde e fazer suas medidas de prevenção valerem por meio de vigilância e punição. Medidas que não dialogam com as realidades dos povos da região do rio Maroni, como os boni.

Palavras-chave: sociedade *marron*; necropolítica; pandemia; Guiana Francesa

Abstract : Doing my fieldwork just in the same time as the COVID-19 becomes a global health emergency, I describe from my point of view – as a white master student of social anthropology, who is staying at a *maman boni*'s home – the experience of the pandemia in the city of Papaïchton. My aim is to share some information and inicial thoughts. The ethnical group boni originated out of the escape and rebellion of black enslaved people, who fought against slavery and the colonial system. As every situation considered a crisis, the pandemia shows previous existent vulnerabilities. In French Guiana, ultramarine French department, the state tries to remediate a constant sub investment in the health care system, while making his prevention measures being respected through vigilance and punishment. Insofar, the applied measures have not dialogued with the realities of the peoples of the Marion river region, as the boni.

Key-words: maroon society; necropolitics; pandemia; French Guiana

Uma decisão difícil ⁵⁷

Durante os preparos materiais e psicológicos para o meu campo de pesquisa do mestrado na floresta amazônica da Guiana Francesa em março de 2020 eu me preocupava com aranhas gigantes das quais tinham me falado, com morcegos que transmitem raiva e – principalmente - com as dificuldades de entrada em campo. Naquele instante, fevereiro, a ameaça invisível ao olho nu que é o Coronavírus, era mencionada um pouco até em tom de brincadeira entre amigas/os/es e familiares pelo fato de eu ter que passar por aeroportos e ter contato com pessoas de várias regiões do mundo – não por se tratar de uma ameaça global iminente. O vírus ainda não tinha chegado, ou não tinha sido detectado no Brasil e não se imaginava que daqui a poucas semanas quase 1/3 da população mundial estaria em quarentena domiciliar. Ou seja, ao fazer minha mala, de certa forma enfrentar uma guerra mundial contra um vírus até então não tinha passado pela minha cabeça.

Já no final da minha primeira semana em Caiena, capital da Guiana Francesa, quando se aproximava a hora de embarcar para Maripa-soula, Oeste da Guiana, para de lá seguir de canoa para Papaïchton, local principal da pesquisa, o cenário já tinha piorado bastante. Nesse momento, em alguns países da Europa a quarentena já havia sido decretada e os representantes do Estado francês na Guiana Francesa estavam discutindo até que ponto as medidas da França continental seriam implementadas aqui. Me perguntei se eu teria condições mínimas de conduzir a pesquisa em seus objetivos originais: realizar uma etnografia junto às mulheres Boni que praticam agricultura, buscando compreender as relações desse grupo étnico com o estado francês.

Os músicos, todos *metrós* brancos, isto é *metropolitaines*, da França continental, que gentilmente me abrigaram em sua casa em Caiena acreditavam que Papaïchton e os vilarejos boni ao redor da cidade, Apatou, Loka e Boniville, não seriam impactados pela crise do vírus - ou pelo menos que medidas como quarentena domiciliar não seriam acatadas pela população. “Lá é outro mundo, pode ir tranquila, não se deixe levar pela psicose coletiva”, me disse um dos meus anfitriões. Essa foi também a opinião de um

⁵⁷ Aproveito para agradecer muito à Marina de Barros Fonseca, pois com o acesso limitado à Internet que estou tendo sem sua ajuda não seria possível enviar o artigo. Agradeço também a meu pai, Franz Höllinger, por ter me enviado algumas informações que eu não consegui acessar pelo mesmo motivo. Muito obrigada também à *maman* Camille, anfitriã e mestra querida, e a Erwan e Marcela que me receberam tão amorosamente e me emprestaram seu exemplar de “Comprendre la Guyane d’aujourd’hui” organizada por Segre Mam Lam Fouck (2007). Agradeço também aos meus orientadores Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos e Stéphanie Nasuti pela dedicação e ao projeto GUYNT por possibilitar essa pesquisa.

funcionário do parque amazônico (PAG), morador de Papaïchton desde 2017: “Aqui são outras leis que regem, não é a França, aqui é território de famílias”, ele me explicou. Ninguém acreditava que as medidas preventivas e menos ainda o vírus realmente chegaria até essa cidade pequena, de 2,628 quilômetros quadrados de tamanho e por volta de 6.097 habitantes⁵⁸ no meio da floresta amazônica. Conversei com o meu orientador na noite anterior à viagem. Ele defendeu a opinião de que eu deveria iniciar o campo sim e ver como as coisas se desenvolvem - no último caso, voltaria para o Brasil.

A minha decisão de partir foi um pouco mal informada, mas em geral, como ainda não se tem tanto conhecimento acerca desse vírus e o desenvolvimento da doença, todos/as/es estamos mal informados/as/es. Pensei que o pior que poderia acontecer era ter que retornar à Brasília ou passar um tempo confinada em uma casa em Papaïchton. Até então eu acreditava que a doença não teria consequências graves para mim, jovem saudável de 25 anos sem doenças crônicas. Atualmente já há diversos casos de jovens sem doença crônica adoecendo severamente.

Logo no meu segundo dia em Papaïchton, 18 de março⁵⁹, foi decretada a quarentena e *maman* Camille⁶⁰, minha anfitriã, mulher boni, negra, de 65 anos, que me alugou um quarto, seria obrigada a conviver diariamente muito mais comigo do que com qualquer outro/a/e inquilino/a/e até então. Desde 23 de março o transporte de pessoas tanto de canoa como de avião dentro da Guiana Francesa foi paralisado, ou seja, as linhas aéreas e canoas estão servindo apenas ao suprimento de alimentos e necessidades básicas. Isso significa que, mesmo se eu quisesse, eu não teria como voltar para o Brasil nesse momento. Portanto, estou vivendo na incerteza acerca de quando o transporte voltará à normalidade.

Meu objetivo nesse artigo é descrever desde a minha perspectiva – de branca estrangeira pesquisadora hospedada na casa de uma *maman* boni - a vivência da pandemia oferecendo algumas informações e compartilhando reflexões, desde o ponto de vista de quem está vivendo um momento excepcional em um lugar, cuja vida cotidiana “normal”

⁵⁸ Censo de 2012, fonte: INSEE Guyane, 2012.

⁵⁹ Eu não tenho certeza se essa é a data exata em que a quarentena foi decretada, mas por volta dessa data a polícia começou a falar para as pessoas ficarem em casa e os residentes de Papaïchton começaram a ficarem mais em casa.

⁶⁰ Ela é chamada “*maman*” por ser uma mulher de terceira idade com filhos adultos. O nome é fictício para resguardar sua identidade.

não se conhece. Como toda situação considerada de crise, seja política, econômica ou sanitária (vale lembrar que nenhuma dessas crises ocorre sem afetar os outros dois âmbitos), a pandemia COVID-19 escancara precariedades previamente existentes, que podem ser analisadas pelo prisma de uma Necropolítica do Estado (MBEMBE, 2016), em que o Estado afirma sua soberania através da decisão de quem pode morrer e quem deve viver e como, comparável ao que ocorreu com o Zika no nordeste brasileiro (DINIZ, 2016). Dessa forma, as consequências mais drásticas de epidemias atingem principalmente populações negras e indígenas⁶¹. Remediando um subinvestimento constante, mobiliza-se agora esforços em um estado de urgência – se suficientes estão em aberto – para manter vidas às quais em estado considerado normal – cotidiano se tem negado um acesso de qualidade à saúde. Esforços, porém, que até então não têm se traduzido em intervenções voltadas para as realidades locais na região do rio Maroni.

« **Ici, c'est pays boni** » - “**Aqui é país boni**”

Algumas informações sobre a Guiana francesa

Sendo a Guiana francesa apesar da sua proximidade com o Brasil bastante desconhecida para a maior parte dos/as/es brasileiros/as/es, inicio com alguns dados básicos sobre essa ex-colônia penitenciária⁶². Com por volta 259.865 habitantes (2015) e uma extensão de 83.534 quilômetros quadrados, sendo 90 % do território floresta amazônica portanto, pouco povoada e pequena, a Guiana francesa possui grande diversidade étnica: são 32,8 % população *créole*, negra, isto é, descendentes da população outrora escravizada, 7% guianeses brancos, os chamados “*Blancs pays*”, 8,1% franceses oriundos da França continental, *metropolitaines*, 5,8% surinameses *créoles*, 3,9%, indo-caribenhos, 3%, brasileiros, 8,1 % haitianos, 1,8 % indígenas, por volta de 10% marrons, 1,5% Hmongs e 10% chineses⁶³. Os seis povos indígenas são os Galibi/Kali'na, Arawak, Emerillon, Wayampi, Wayana e Palikurs e os três povos *marrons*: os Ndjuka, Saramaka e Boni/Aluku, sendo todos os três oriundos do Suriname. Os povos marrons são comunidades constituídas a partir da fuga de pessoas negras escravizadas, semelhante

⁶² De 1854 até 1953 a França manteve na Guiana prisões de trabalho forçado em uma região conhecida como “Ilha do Diabo” e na cidade de Saint Laurent du Maroni (Dedebant,2019).

⁶³ Trata-se de números aproximados. Os dados são retirados da “Composition etnolinguistique” disponível em <axl.cefan.ulaval.ca>, do dia 27 de março de 2017. Considerei a categoria “afro guyanês” como Créoles também.

aos povos quilombolas do Brasil. Esses povos se encontram principalmente ao longo do rio Maroni-Lawa na divisa com o Suriname. Papaïchton é a capital dos Boni.

A Guiana Francesa possui o fluxo migratório mais intenso de todos os territórios franceses. No último censo, de 2015, mais de 84.000 imigrantes foram contabilizados, um terço da população⁶⁴ total, sendo os principais países de origem o Haiti, Suriname, Brasil, França continental e China. Em Maripa-soula e Papaïchton, residentes nascidos nessas cidades destacam também a imigração da República Dominicana ao serem questionados. Desde 2015, a Guiana Francesa também tem sido destino de refugiados sírios e imigrantes de diferentes países da África (GRANGER, 2016). Em Caiena, tive o prazer de conhecer refugiados palestinos em aguardo de asilo, que tinham vindo do Líbano.

Desde 1946 o litoral da Guiana francesa possui status jurídico de “departamento francês ultramarino” - “département outre-mer” - já o interior e a região fronteiriça com o Suriname e o Brasil, divisão geográfica e política marcada pelos rios Maroni e Oyapoque, respectivamente, continuou com um regimento diferenciado enquanto “Território de Inini” até 1969 (MOOMOU, 2013; FOUCK, 2007). No entanto, no geral as relações entre a Guiana francesa e a França “continental” indicam uma continuidade das estruturas de dependência coloniais. Dessa forma, a importação da maior parte de produtos alimentícios do Brasil é proibida, porque não corresponderiam aos padrões de segurança alimentar da União Europeia, resultando em importação de produtos até como suco tropical e café da França, impossibilitando vínculos econômicos mais sólidos dessa região “ultra periférica” com os vizinhos locais (LAMAISON, 2019; GRANGER, 2007). A Guiana francesa depende de auxílios, pois praticamente não há indústria local. O seu destaque é o Parc Amazonien de Guyane (PAG), maior parque da União Europeia e o centro aeroespacial na cidade de Korou, em que a França investe muito dinheiro. Ultimamente, a Guiana francesa chamou atenção pelo projeto de mineração do governo Macron “Montagne D’Or”, “Montanha de Ouro” muito criticado por socioambientalistas, comunidades indígenas e engenheiros críticos à mineração (IZOARD, 2019; LOCHARD; IZOARD, 2019). O garimpo ilegal é considerado um dos maiores desafios da atualidade na Guiana.

Papaïchton, capital boni

⁶⁴ INSEE 2 Flash Guyane, n. 57, janeiro de 2017

Os Boni/Aluku são descendentes de um grupo de pessoas negras escravizadas fugitivas de plantações em Cottica, no Suriname. A distinção dos “rebeldes de Cottica” é, além de terem constituído comunidade, terem travado guerra contra os poderes coloniais (MOOMOU, 2004, 2017), o que o filósofo e antropólogo Dénètam Touam Bona define como “secessão” (BONA, 2016, p.45) na sua tipologia alternativa do fenómeno da *marronnage*⁶⁵. Boni e Aluku que deram nome ao povo foram lideranças importantes. Em guerra contra o governo holandês, mas também com conflitos contra os Ndjuka, outra comunidade *marron*, inimizada alimentada pelo governo holandês, os Boni atravessaram o rio Maroni buscando refúgio na Guiana Francesa, fundado seus vilarejos: Loka, Boniville, Apatou e a capital atual Papaïchton (MOOMOU, 2004).

Toda a região do rio Maroni é marcada por “crises sanitárias” desde a colonização e escravidão até os dias atuais em que principalmente o garimpo ilegal impacta na saúde da população (CHERUBINI, 2006). Atualmente a região sofre com um aumento significativo dos casos de dengue (Guyane La Première, 2020). O único Centro de Saúde de Papaïchton conta com dois médicos e algumas enfermeiras, que são de fora, em geral “*metropolitaines*”, isto é, profissionais oriundos da França continental, com rotatividade grande.⁶⁶ Em caso de adoecimento mais grave é preciso se deslocar para Caiena. Em situação de emergência a pessoa é transportada em helicóptero até a capital. A próxima farmácia fica em Maripa-soula, há 45 minutos de distância de canoa ou duas horas de táxi, um caminho de chão de terra em condição péssima por dentro da floresta amazônica.

Importante ressaltar que a situação do sistema de saúde em Caiena é precária também. São 24 médicos especializados por 100.000 habitantes e proporcionalmente apenas a metade de clínicos gerais comparados à metrópole. Um quinto da população está há mais de 30 minutos de distância de serviços de urgência (POMME, 2018). Há apenas um hospital público em Caiena e três clínicas privadas e um total de 29 leitos com o equipamento de reanimação, que aumenta as chances de sobrevivência aos ataques ao sistema cardiorrespiratório promovidos pelo COVID-19. Esse número foi divulgado na

⁶⁵ Para não seguir reproduzindo um discurso escravagista e também não reproduzir o mito de “escravo dócil” em oposição ao “rebelde” em vez da “pequena” (fugas ocasionais temporárias) e “grande” *marronnage* (fuga definitiva e constituição de comunidade), esse autor sugere a divisão entre *marronnage* ocasional: uma forma de greve, *marronnage* da “clandestinidade”: circulação em liberdade com falsas cartas de alforria e autorizações de circulação e *marronnage* de secessão: movimento de fuga coletiva inaugurando comunidades (BONA, 2016, p.44).

⁶⁶ A Guiana francesa possui uma única universidade, inaugurada em 2016 e situada na capital Caiena. Nem o curso de medicina, nem de enfermagem são ofertados lá.

mídia após pressão por parte da população. Devido ao estado de emergência, equipamentos foram transportados desde a França continental e a Guiana conta atualmente com 40 leitos. Acompanhando as ligações na rádio da Guiana Première, os comentários proferidos e as questões feitas pela população divulgadas no noticiário fica evidente uma desconfiança acerca de uma possível falta de transparência com os números de casos e das condições reais dos territórios ultramarinos no enfrentamento da crise. Os especialistas consideram que a epidemia estaria ainda no início na Guiana francesa sendo impossível prever seu desenvolvimento. Questões relativas à (falta de) saúde, acesso à educação formal e eletricidade criminalidade e violência foram as principais pautas de uma onda de protestos que tomou as ruas da Guiana em 2017 (MAROT, 2017), na qual havia também demandas específicas de reconhecimento e direitos territoriais de povos indígenas e *marrons*.⁶⁷

⁶⁷ Há uma edição especial da rede televisiva Guyane La première acerca das demandas de comunidades indígenas e *marrons* em 2017 disponível em <https://la1ere.francetvinfo.fr/guyane/emissions/edition-speciale-0/edition-speciale-peuples-autochtones-bushinengue-guyane-du-29-mars-2017-464155.html> Bushinengué (homens da floresta) é uma outra denominação para *marrons*.



Foto 2 Destaque para os serviços públicos existentes: Prefeitura e biblioteca, Centro de Saúde, Polícia Militar (Gendarmerie), Correio, Escola Fundamental, Creche, Colégio (Ensino Médio), Supermercado, Quadra esportiva, Parque amazônico da Guiana.

Meu confinamento em Papaïchton e “Operation Resilience”

A minha rotina desde que cheguei em Papaïchton tem sido um pouco monótona, mas ao mesmo tempo instigante. Minha sorte foi ter encontrado um quarto para alugar logo na casa de uma *maman* boni e ela ter aceitado embarcar nesse projeto comigo. Dessa forma, pelo menos alguns aspectos da pesquisa original eu tenho conseguido realizar. Caso eu venha a adoecer eu precisarei sair daqui e ficar isolada em um *studio* aqui perto, onde não colocarei ninguém em risco.

De duas a três vezes por semana vamos à roça e em outros dias fazemos serviços menores no quintal. O período mais quente é de meio dia até umas 15-16 horas da tarde, período em que todos os estabelecimentos – até em Caiena - costumam fechar e não se

vê quase ninguém na rua. No fim da tarde, *maman* Camille assiste uma novela e à noite o noticiário. A minha maior alegria é ir até uma das parcelas que fica perto de um riacho no qual eu posso nadar.

Maman Camille diminuiu drasticamente a sua ida para as três parcelas de terra que ela cultiva, que aqui denomino de “roça”, mas o nome mais apropriado é *abattis*, parcelas cultivadas na agricultura com queimadas. Normalmente ela vai quase todos os dias nem que seja só para “visitar, passear”. Atualmente ela só faz os serviços indispensáveis, o que tem lhe causado angústia. “Eu não fico em casa assim, eu vou ao *abattis*, nem que seja para visitar. Ou então saímos por aí para discutir”, ela me explicou. “Isso cansa demais ficar assim, me cansa mais do que trabalhar.” Quando não vamos à roça, fazemos outros pequenos serviços como o sorvete artesanal de coco que *maman* Camille segue vendendo apesar da quarentena: principalmente crianças vão até a sua casa para comprar o *soubé* - sorvete, mesmo nesse período. De vez em quando elas também aparecem para resolver alguma coisa para suas mães – entregar ou receber algo. Porém, a vida se encontra em grande parte suspensa pelo vírus e as medidas preventivas – os poucos restaurantes e bares da cidade fechados, não se vê ninguém na rua, com exceção de crianças brincando. “Elas não estão ficando em casa?”, perguntei para *maman* Camille. “Estão sim, mas crianças não são como gente grande, é impossível deixar elas dentro de casa o dia inteiro assim”, ela me respondeu. Há também o costume de deixar as crianças juntas sob guarda de uma moça jovem, costume que não foi abandonado em decorrência da crise sanitária. Confesso que fico apreensiva com a circulação das crianças. A discrepância de realidades entre essas crianças e um menino branco confinado em Caiena que aparece na TV divulgando informações sobre o Coronavírus, mostrando como está passando o tempo sozinho com o seu videogame e os seus brinquedos em um apartamento também é gritante.

O único outro lugar que eu tenho frequentado além das idas para a roça, é o mercado mais próximo. Na entrada, eu entregava uma lista para o vendedor pegar os produtos para mim, estava proibida adentrar no estabelecimento. Quando não encontro o que preciso nesse mercado maior eu vou a uma lojinha menor que pertence ao filho de *maman* Camille e aproveito para tomar um ar curtindo a paisagem deslumbrante na beira do rio que fica há alguns passos – mantendo a devida distância de qualquer pessoa. Nessa lojinha também posso comprar uma cópia do “atestado de deslocamento derogatório” por 50 centavos, do qual falarei mais adiante.

Os rituais de enterro de um parente boni, falecido recentemente em Caiena cujo corpo acaba de ser transportado de helicóptero até o vilarejo Loka, nas proximidades de Papaïchton, será postergado, assim como a construção de uma cerca de arrame farpado em torno de uma parcela de terra, atualmente desprotegida. “Só depois que acabar essa doença”, disse *maman* Camille. “C’est le virus qui conduit maintenant - É o vírus que comanda agora.”

Até então – dia 03/04 – não houve nenhum caso em Papaïchton, apenas em Maripa-soula, o que talvez explique em parte porque aqui as pessoas não estão com tanto medo – ainda? No noticiário do dia 03/04 foram divulgados 66 casos identificados na Guiana francesa, dos quais 27 pessoas já se recuperaram e uma se encontra em leito de reanimação. Os locais em que esses casos ocorreram foram Caiena, Kourou, Maripa-soula e Saint Laurent du Maroni. Enquanto isso os hospitais na França já estão saturados e pacientes estão sendo transferidos para áreas menos afetadas. No entanto, a ministra dos territórios ultramarinos Annick Grande ao ser questionada acerca da possibilidade da vinda de médicos cubanos para os departamentos ultramarinos responde que isso não está sendo cogitado no momento.

As estratégias nos territórios ultramarinos, *oultre-mer*, comendo a “*Operation Resilience*” – “Operação resiliência”, envolvem o transporte dos equipamentos (máscara, álcool em gel e leitos e equipamentos respiratórios, cuja produção tem sido intensificada) com o navio da marinha para os territórios. Por fim, os/as/es médicos/as/es e enfermeiros/as/es vindas da metrópole estão sendo submetidas à testagem ao COVID – 19 e as forças armadas serão empregadas no controle das ruas e vias fluviais.⁶⁸ Nove milhões de Euros serão disponibilizados para auxiliar no rombo da economia da Guiana francesa, um auxílio principalmente voltado para pequenos produtores e vendedores.

⁶⁸ Todas essas informações foram divulgadas pelo noticiário da Guyane La Première entre os dias 20/03/2020 e 03/02/2020.



Foto 3 *Maman* Camille no caminho para um dos abattis, Autoria: Yazmin Safatle, março, Papaïchton, a autorização para uso da foto foi concedida pela *maman*.

O estranhamento das dicas alimentares e de outras medidas de prevenção

Na televisão passa uma “Alerta Coronavírus” com as principais informações e medidas de proteção. De tempos em tempos, além da alerta em francês, é transmitida uma mensagem nos diferentes idiomas indígenas, marrons e português também. As dicas alimentares divulgadas na televisão me causaram um incomodo, um estranhamento diante da inacessibilidade dos alimentos. Mostraram diversas frutas e legumes. Aqui nos mercados se encontra somente milho, ervilhas e cenouras em conserva e frutas secas. A exceção para mim tem sido o milho que colhemos na roça, o *Makoko*, que é semelhante ao espinafre, também plantado no *abattis*, o coco que tem no quintal de *maman* Camille e uma frutinha silvestre chamada de *Môpé*, certamente rica em vitamina C. No entanto, não há nenhuma intervenção no sentido de incentivar o consumo dos legumes e frutas locais que possuem as propriedades para o fortalecimento do sistema imunológico. A base da alimentação aqui é a farinha de mandioca (o *couac*), o arroz e o peixe.

Sobre a quarentena, em uma ocasião *maman* Camille me disse: “Estamos como os escravos, presos em casa.” Ao ser questionada acerca do que ela achava dessas medidas, se acreditava ser válidas, necessárias, ela disse que era lei, uma lei decidida pelo

presidente baseada no medo. Em outro momento, estávamos assistindo um filme em que um homem inocente estava sendo acusado de assassinato e se encontrava em prisão preventiva. “Nós estamos na prisão também, não estamos? Não podemos sair sem documento!”, me disse *maman* Camille. “As pessoas não estão saindo, estão com medo de sair sem o documento.” Naquele instante o decreto determinando a obrigatoriedade do porte do documento tinha acabado de ser despedido. O documento ao qual ela se referia é o “*Attestation de Deplacement Dérogatoire*” – Atestado de Deslocamento Derrogatório. Houve duas versões desse atestado: uma apenas para deslocamento profissional, uma segunda que envolvia “compras, práticas desportivas individuais ou de pessoas que residem no mesmo domicílio e atividades profissionais que não podem ser realizadas à distância” e uma terceira que além desses critérios demanda a precisão da data e hora de saída. O decreto que prevê esse documento foi assinado pelo *prefét* da Guiana francesa, cargo mais alto na Guiana francesa, Marc Del Grande, no dia 24 de março e prevê uma multa de 3750 Euros para aqueles que recebem uma notificação por três vezes no período de 30 dias, assim como seis meses de prisão. Também está proibido qualquer deslocamento do domicílio entre às 21 horas da noite e às 5 da manhã (Arrêté n. R03-2020-03-007). Traduzo o texto do documento a ser preenchido por toda a população a seguir:

“ATESTADO DE DESLOCAMENTO DERROGATÓRIO ⁶⁹

Em aplicação do artigo 3 do decreto do 23 de março de 2020 prescrevendo medidas gerais necessárias por enfrentar a epidemia do Covid – 19 dentro do quadro de urgência sanitária

Eu, abaixo assinado/a, [nome]

Nascida no dia:

Em:

Residente em:

Certifico que o meu deslocamento está ligado ao motivo seguinte (assinalar o caso correspondente) autorizado pelo artigo três do decreto do dia 23 de março de 2020 prescrevendo medidas gerais necessárias por enfrentar a epidemia do Covid – 19 dentro do quadro de urgência sanitária!:

- Deslocamentos entre o domicílio e local de exercício de atividade profissional, desde que indispensáveis para o exercício de atividades que

⁶⁹ Todas as traduções são livres e minhas

não podem ser organizados na forma de trabalho à distancia ou deslocamentos profissionais que não podem ser adiados²

- Deslocamentos para realização de compras de utensílios necessários à atividade profissional e compras de necessidades básicas³ nos estabelecimentos cujas atividades continuam autorizadas (a lista se encontra em: gouvernement.fr)
- Consultas e cuidados que não podem ser assegurados à distancia e não podem ser adiados; consultas e cuidados de pacientes acometidos por uma doença de longa duração
- Deslocamentos por motivo familiar imperioso, para assistência de pessoas vulneráveis ou cuidados de crianças
- Deslocamentos breves, dentro de um limite de uma hora cotidianamente e dentro de um raio máximo de 1 quilometro em volta do domicílio ligados à atividade física individual de pessoas, passeios com indivíduos agrupados dentro de um mesmo domicílio ou necessidades de animais de companhia. A exceção à toda prática desportiva coletiva e de toda proximidade com outras pessoas.
- Convocação jurídica ou administrativa
- Participação em missões de interesse geral sob demanda da autoridade administrativa

Feito:

No dia às..... horas

(Data e hora da saída de casa a serem mencionadas obrigatoriamente)

Assinatura:

1 As pessoas que desejam se beneficiar de uma dessas exceções devem se munir em seus deslocamentos fora dos seus domicílios de um documento que os permite justificar que esse deslocamento consiste em uma dessas exceções

2 A ser usado pelos trabalhadores não salarizados, desde que eles não disponham de uma justificativa de deslocamento estabelecido por seu empregador

3 Aquisições gratuitas (distribuição de bens alimentares e de deslocamentos ligados à recepção de prestações sociais e retirada de dinheiro).

Sem dúvidas, a França escolheu enfrentar a crise pela via da vigilância e punição.

O que está garantindo a manutenção da quarentena em Papaïchton? Consciência sobre os

cuidados necessários, o medo do vírus ou o medo de ser pego “sem documento”? Não pude evitar: a primeira coisa que me veio à mente acerca desse documento vivendo isso aqui são as cartas de alforria ou autorização de circulação e o “*sans-papier*” (não documentados, clandestinos) da modernidade: refugiados buscando asilo. Quando eu ainda não tinha entendido do que tratava esse documento imaginei que estavam controlando a identidade das pessoas e a Guiana conta com uma imigração ilegal acentuada⁷⁰. Até então, pelas minhas conversas, parece que as pessoas aqui não costumam andar com um documento equivalente ao documento de identidade brasileiro. O que significa portar essa declaração para um povo, que, de acordo Jean Moomou, historiador boni, até a municipalização do território do Inini em 1969, e com isso, os boni/aluku se tornarem cidadãos franceses, escondia crianças nas florestas diante da vinda de autoridades para levantamento de seus dados para que o governo nunca soubesse quantos de fato eles eram – por medo de serem re-escravizados (MOOMOU, 2017) ?

⁷⁰ Para aprofundar essa questão ver artigos de Calmont e Chim sobre a imigração na Guiana na coletânea organizada por Fouck, 2007.

ATTESTATION DE DÉPLACEMENT DÉROGATOIRE

En application de l'article 3 du décret du 23 mars 2020 prescrivant les mesures générales nécessaires pour faire face à l'épidémie de Covid19 dans le cadre de l'état d'urgence sanitaire

Je soussigné(e),

Mme/M. :

Né(e) le :

À :

Demeurant :

certifie que mon déplacement est lié au motif suivant (cocher la case) autorisé par l'article 3 du décret du 23 mars 2020 prescrivant les mesures générales nécessaires pour faire face à l'épidémie de Covid19 dans le cadre de l'état d'urgence sanitaire¹ :

Déplacements entre le domicile et le lieu d'exercice de l'activité professionnelle, lorsqu'ils sont indispensables à l'exercice d'activités ne pouvant être organisées sous forme de télétravail ou déplacements professionnels ne pouvant être différés².

Déplacements pour effectuer des achats de fournitures nécessaires à l'activité professionnelle et des achats de première nécessité³ dans des établissements dont les activités demeurent autorisées (liste sur gouvernement.fr).

Consultations et soins ne pouvant être assurés à distance et ne pouvant être différés ; consultations et soins des patients atteints d'une affection de longue durée.

Déplacements pour motif familial impérieux, pour l'assistance aux personnes vulnérables ou la garde d'enfants.

Déplacements brefs, dans la limite d'une heure quotidienne et dans un rayon maximal d'un kilomètre autour du domicile, liés soit à l'activité physique individuelle des personnes, à l'exclusion de toute pratique sportive collective et de toute proximité avec d'autres personnes, soit à la promenade avec les seules personnes regroupées dans un même domicile, soit aux besoins des animaux de compagnie.

Convocation judiciaire ou administrative.

Participation à des missions d'intérêt général sur demande de l'autorité administrative.

Fait à :

Le : à h
(Date et heure de début de sortie à mentionner obligatoirement)

Signature :

¹ Les personnes souhaitant bénéficier de l'une de ces exceptions doivent se munir s'il y a lieu, lors de leurs déplacements hors de leur domicile, d'un document leur permettant de justifier que le déplacement considéré entre dans le champ de l'une de ces exceptions.
² A utiliser par les travailleurs non-salariés, lorsqu'ils ne peuvent disposer d'un justificatif de déplacement établi par leur employeur.
³ Y compris les acquisitions à titre gratuit (distribution de denrées alimentaires...) et les déplacements liés à la perception de prestations sociales et au retrait d'espèces.

Foto 4 Formulário de atestado de deslocamento derogatório, Autoria: Yazmin Safatle, abril, Papaïchton

Eu estou saindo com certo receio para trabalhar na roça com *maman* Camille, pois não há uma opção em que esse trabalho se encaixe verdadeiramente – eu costumo assinalar a opção do deslocamento profissional e de compras. Como a maioria das mulheres aqui – até onde foi possível apreender - *maman* Camille não se considera que trabalhar o *abattis* seja uma agricultora profissional, pois a “agricultura” aqui é relacionada a grandes parcelas de terra para venda, com emprego de mão de obra assalariada, registro formal e máquinas industriais. O formulário não corresponde às necessidades locais: algumas tarefas no *abattis* não podem seguir o tempo do vírus, algumas famílias não possuem água corrente, por isso lavam suas roupas e panelas no rio e aproveitam esse momento para pescar.

Porém, em todas as minhas saídas, com exceção de um dia em que a *gendarmarie* estava passando por todos os mercados para reportar as necessidades locais e o estoque

de comida, eu não tenho visto eles nas ruas. Não acredito que estejam atribuindo multas, pois possuem alguma noção acerca da realidade local, e como me disse um funcionário do PAG e sua esposa: todos os representantes do Estado francês precisam de um consentimento mínimo da população para trabalharem aqui:

“Aqui, é um outro mundo. A polícia não está em casa. Aqui é o território das famílias. Nós do parque também precisamos negociar, é preciso ser diplomático, se não não conseguimos trabalhar. Tem as leis da França sim, mas aqui são os direitos tradicionais (*droits coutumiers*) que prevalecem”⁷¹

A *gendarmerie* é parte do exército, comparável à polícia militar brasileira. Ela é composta por *metropolitaines*, em sua maioria brancos, em missão. Eles passam alguns anos em cada região, seguindo uma lógica do não-envolvimento afetivo e emocional com a população da localidade pela qual são responsáveis.

A água corrente é cortada por volta das 19 horas para economizar para as reservas não esgotarem no período da seca, de agosto à novembro (FLEURY, 2016), medida que também dificulta a lavagem recomendada e constante das mãos, por exemplo. Tem alguns povos indígenas no sul da Guiana, me contou um anfitrião em Caiena, que à noite ficam sem eletricidade alguma, pelo mesmo motivo: economia. Álcool em gel e máscaras não se encontra aqui facilmente. Eu não tenho visto pessoas usando máscara até então, com exceção dos motoristas das canoas em Maripa-soula.

No dia 31 de março foi divulgando no noticiário da Guyane La Première que as lideranças indígenas Wayana se reuniram com a *gendarmerie* para impedir a circulação de canoas no rio Maroni. Foi dito que implementaram alguns postos de controle com enfoque nos vários garimpeiros, que aparentemente não têm seguido as medidas de prevenção. No outro lado da margem do rio perto de casa fica o “Suriname”⁷² onde há várias casas que são mercados “dos chineses” também chamados de “mercado dos garimpeiros” por parte dos meus anfitriões em Caiena, garimpeiros sobre os quais há um consenso que estes seriam em sua maioria brasileiros.

Concluindo – a outra *resilience*

⁷¹ No pouco tempo de pesquisa ainda não foi possível aprofundar essa questão.

⁷² Ainda não sei se há um nome própria para essa região que pertence ao Suriname, pois todas as pessoas aqui com que tenho conversado se referem a ela como “Suriname”.

Nesse momento, eu me sinto abençoada em poder viver essa crise aqui, em um lugar lindíssimo, na beira do rio Maroni, cujo nome, de acordo com Bona (2016), advém das populações *marrons* que habitam suas margens. Assim como foi para Bona (2016) em sua experiência em Apatou, uma das coisas que mais me impressiona é a fluidez das fronteiras entre floresta e cidade. Dessa forma, para chegar em uma das parcelas de terra que *maman* Camille cultiva tenho a sensação de em poucos passos atravessar um portal mágico para dentro da floresta. Plantar feijão, tomate, abacaxi e colher milho em vez de estar trancafiada em um apartamento em Brasília é uma benção.



Foto 5 A vista há alguns passos de casa. A autoria: Yazmin Safatle, Março, Papaïchton

No entanto, resta torcer para que o vírus não chegue aqui, pois Papaïchton não conta com uma estrutura para atender sua população. Talvez porque, como disse meu anfitrião em Caiena: “A França prefere investir no exército do que na a saúde da população. Ou então no centro aeroespacial, no qual investem milhões.” Caso o vírus se alastre aqui as consequências podem ser devastadoras. Como será o manejo da crise, tendo em vista que mesmo os hospitais na “*hexagone*”, isto é, da França continental, já estão sobrecarregados? Mensagens nos idiomas diversos com certeza não são eficazes se não dialogam com a realidade dos povos.

Um dia desses encontrei um dos dois *kapiten* na beira do rio quando fomos passear um pouco, minha anfitriã e eu. De acordo com *maman* Camille, os *kapiten* são responsáveis pela administração de conflitos e manter a harmonia na comunidade. Em cada bairro da cidade há dois *kapitens*. O *kapiten* me disse, com um sorriso no rosto: “É preciso manter distância, mas nós não temos medo, nós temos muitas doenças aqui, somos imunes, não vai ser esse vírus que vai nos derrubar.” Talvez o *kapiten* naquele instante estivesse subestimando o perigo ou então ele estava buscando transmitir calma, mas de alguma forma para mim, outra resiliência está nesse sorriso. Nesse sorriso e nas brincadeiras que *maman* Camille faz da situação toda, quando reclama de não poder ir com tanta frequência na roça – “agora a gente só come e dorme” e quando diz rindo “*On va regarder le virus - Vamos assistir o vírus agora*” em referencia ao fato de que não passa mais quase nada além da pandemia no noticiário local.

Bibliografia

BONA, Dénètem Touam. *Fugitif, où cours tu ?*. Paris, PUF, 2016, 139 p.

CALMONT, André. Dynamiques migratoires en Guyane : des politiques migratoires de développement au développement des migrations spontanées. In : FOUCK, Serge Mam La (Org). **Comprendre la Guyane d’aujourd’hui – Un département français dans la région des Guyanes**. Ibis Rouge Editions, Matoury (Guyane), 2007, p.107-129

CHERUBINI, Bernard. Situations Sanitaires et ethnicité : une lecture de la dynamique des relations interethniques en Guyane française. In : FOUCK, Serge Mam La (Org). **Comprendre la Guyane d’aujourd’hui – Un département français dans la région des Guyanes**. Ibis Rouge Editions, Matoury (Guyane), 2007, p.577-601

CHIM, Paul Roselé. Les déséquilibres de développement par la migration et l’informel en Guyane. In : FOUCK, Serge Mam La (Org). **Comprendre la Guyane d’aujourd’hui – Un département français dans la région des Guyanes**. Ibis Rouge Editions, Matoury (Guyane), 2007, p.269-295

DEDEBAND, Christèle. Les dernières années du Bagne de Guyane, In : Geo france, disponível em < <https://www.geo.fr/histoire/les-dernieres-annees-du-bagne-de-guyane-195010>> , 2019

DINIZ, Débora. **Zika**: do Sertão nordestino à ameaça global. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 192 pp., 2016, ISBN: 978-8520013120

FLEURY, Marie. Agriculture itinérante sur brûlis (AIB) et plantes cultivées sur le haut Maroni: étude comparée chez les Aluku et les Wayana en Guyane française. In : **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 2, p. 431-465, maio-ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000200006>

FRANÇA. Arrêté n. R03-2020-03-007, portant réstriction à la liberté de circulation et à la liberté d’aller et de venir sur le département de la Guyane dans le cadre de la lutte contre la propagation du virus COVID-19

GRANGER, Stéphane. Guiana francesa, um território europeu e caribenho em via de “sul-americanização” ? In **Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia.**, 10 de novembro de 2008, disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/5003>> último acesso 16/05/2019

_____ Une région ultrapériquérique em quête d’intégration. In : FOUCK, Serge Mam La (Org). **Comprendre la Guyane d’aujourd’hui** – Un département français dans la région des Guyanes. Ibis Rouge Editions, Matoury (Guyane), 2007, p.129-145

Guyane La première. Edition speciale: peuples autochtones et bushinengue de Guyane, 29 de março de 2017, disponível em <<https://la1ere.francetvinfo.fr/guyane/emissions/edition-speciale-0/edition-speciale-peuples-autochtones-bushinengue-guyane-du-29-mars-2017-464155.html>>

_____ Noticiários do dia 20/03/2020 ao dia 03/04/2020 , Guyane La Première, online disponível em <www.lere.fr>

Institut National des Statiques et des Études Economiques (INSEE), Censo Populacional, 2012

_____, Censo Populacional 2015,

_____, Flash Guyane. N.57, janeiro de 2017.

IZOARD, Celia. «_L’industrie minière crée des phénomènes qu’elle ne sait pas maîtriser
» Entretien avec ISF SystExt, collectif d’ingénieur·es de la mine en révolte In : **Revue Z**, Edição Z 12, 2019 disponível em < <http://www.zite.fr/z12-edito/>>

LOCHARD, Anna ; IZOARD, Celia. «Les multinationales n’ont jamais affranchi aucun peuple de la domination coloniale» La Jeunesse autochtone de Guyane secoue le débat public In : **Revue Z**, Edição Z 12, 2019, disponível em < <http://www.zite.fr/z12-edito/>>

MBEMBE, Achille. Necropolítica In: **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, dezembro 2016 Renata Santini [Tradução]

MOOMOU, Jean. *Le Monde des Marrons du Maroni en Guyane (1772-1860). La naissance d’un peuple : les Boni Matoury* : Ibis Rouge, 2004, 216 p.

_____ Silences et construction sociale du récit historique chez les Boni de la Guyane française. In : *Anthropologie et Sociétés*, vol. 41 nr. 1, p. 263–279, 2017 disponível em < <https://doi.org/10.7202/1040277ar>>

MOOMOU, Jean. (Org) et membres de L’APFOM. **Sociétés marronnes des Amériques Mémoires, patrimoines, identités et histoire du XVIIe au XXe siècles**. Ibis Rouge Editions, Matoury, Guyane, 2015

POMME, Eléa. Les chiffres-clés pour comprendre la situation en Guyane. In : Le monde diplomatique, disponível em www.lemonde.fr-les-chiffres-cles-pour-comprendre-la-situation-en-guyane , 2018